



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**As práticas dos vendedores ambulantes no centro comercial de
Campina Grande - (1970-1996)**

Maria Auriane de Sousa Ferreira

Campina Grande – PB

Junho de 2012

MARIA AURIANE DE SOUSA FERREIRA

**As práticas dos vendedores ambulantes no centro comercial de
Campina Grande (1970-1996)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em Cultura e Cidades. Campina Grande, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza

CAMPINA GRANDE – PB
FEVEREIRO DE 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

F383p Ferreira, Maria Auriane de Sousa.
 As práticas dos vendedores ambulantes no centro comercial de Campina Grande (1970-1996) / Maria Auriane de Sousa Ferreira. - Campina Grande, 2012.
 113f.: il.

 Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.
 Orientador: Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza.
 Referências.

 1. Campina Grande - História. 2. Vendedores Ambulantes. 3. Espaço. 4. Cidade. I. Título.

CDU 94(813.3)(043)

MARIA AURIANE DE SOUSA FERREIRA

**As práticas dos vendedores ambulantes no centro comercial de
Campina Grande (1970-1996)**

Avaliado em: ____ / ____ / ____.
Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza – PPGH/UFCCG
Orientador

Prof. Dr. Xisto Souza Júnior – UFCCG
Examinador Externo

Prof. Dr. Severino Cabral Filho – PPGH/UFCCG
Examinador Interno

Suplente Externo

Suplente Interno

*Caminhar sempre olhando pra frente é se tornar egoísta.
Devemos olhar pra trás e ver o que o passado nos revela.*

AGRADECIMENTOS

Uma ideia se fixou em minha mente: fazer parte do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Para isso, iniciei os primeiros contatos com àquela que havia sido minha professora na graduação em História, na Universidade Regional do Cariri, no Crato-Ce. Marinalva Vilar. Com idas e vindas de e-mails a respeito do curso que teve início no ano de 2007, a professora Marinalva me instigou a participar de sua disciplina como aluna especial. Assim o fiz. Saí de Milagres, no Ceará, e vim morar em Campina Grande.

Na tentativa de me tornar aluna regular do PPGH, entrei em contato com uma das pessoas mais surpreendentes que tive o prazer de conhecer, o professor Iranilson Buriti. Nisso, passamos a trocar informações sobre o processo seletivo, sempre pronto a responder as minhas dúvidas, que, por sinal, eram muitas. Depois disso, dei início à pesquisa para elaboração do projeto com a ajuda de um colega “especial”, Elton John. Esse teve paciência comigo. Passamos a estudar e discutir juntos os textos para a seleção do mestrado. Elton, bem afiado com as ideias de Certeau, foi me guiando nas tantas questões colocadas na elaboração do projeto. Devo muito a este colega e amigo que me motivou a pensar e a questionar. Afinal, sem questões não se faz história.

Outra colega especial, que devo meus agradecimentos é Paula Rejane. Já aluna do PPGH quando eu ainda tentava passar, posso dizer que ela foi a minha primeira orientadora, pois me indicou leituras sobre cidades, emprestou material, me pôs em contato com Sandra Jatahy Pesavento, leu meus rabiscos e os corrigiu quando necessário. Sempre pronta a me ajudar, Paula contribuiu muito para a elaboração desta dissertação. Agradeço de coração a ajuda, as correções, as dicas e a paciência que teve para comigo.

Iniciei meus primeiros contatos “oficiais” com os professores do PPGH em busca de orientação - Marinalva, Alarcon, Gervácio, Luciano Mendonça, Regina e, por último, depois de tanta insistência com ligações e e-mails, Antonio Clarindo. Confesso que nosso primeiro contato não foi dos melhores. mas o tempo ficou responsável por mostrar a pessoa dedicada, inteligente, atenciosa e amiga que ele é. Posso dizer que teve início o que considero ser uma amizade, com todos os requisitos que ela possui:

conversas sérias, puxões de orelha, conselhos, broncas, desentendimentos, mas também conversas “fiadas”, bons momentos e boas risadas. Com tudo isso, passei a ter maior admiração tanto pela pelo profissional como pessoa que ele representa.

Também quero agradecer a minha turma maravilhosa (e numerosa) que me proporcionou bons momentos, nas aulas de Teoria, a sala apertada, as piadas de Cláudio, as risadas, as conversas com Romerino, Bruno Gaudêncio, Emerson, João Paulo, Rafael, Luis, Iordan nos intervalos regados a bate-papos e cafezinho; ao momento “Avon” com Cida, que reunia as meninas em busca da beleza. Afinal, nem só de livro vivem as mulheres. Reuníamos eu, Karina, Iane, Sâmala, Fernanda, Kelly, Neide, Socorro, Joselma, Ivone, Cibele, Lauricéia e Liélia, atentas para as dicas que Cida nos dava. Isso foi fundamental.

Agradeço também àqueles que me ajudaram indiretamente, mas não menos importante, como todos os professores do PPGH, a Maresa, Filipe e Arnaldo, bastante atenciosos, prontos a ajudar no que fosse necessário, tanto na burocracia como nos conselhos e palavras de incentivo.

Não poderia deixar de agradecer também à Fátima, responsável pelo acervo Bioca, do Museu Histórico de Campina Grande que, como boa historiadora, sabia onde encontrar um livro ou um jornal que me servisse. Além de se mostrar sempre preocupada com a conservação do arquivo, que não se encontra lá essas coisas, pela falta de ajuda da administração pública.

Agradeço também a compreensão e ajuda de duas pessoas especiais e importantes, que me auxiliaram nos bastidores da minha trajetória acadêmica, Roberta e Quinha, responsáveis pela Biblioteca Municipal de Milagres “Padre Aldemir Queiroz”, nas minhas idas ao Ceará, sempre recorria as duas para me suprir de obras significantes na minha formação intelectual. Agradeço também à geógrafa Priscilla Pollyana pela ajuda na confecção do mapa utilizado neste trabalho, que foi de fundamental importância.

Aos professores, Cabral e Xisto, pelas contribuições importantíssimas para a elaboração deste trabalho final. Sem suas observações creio que este resultado não seria possível. Muito grata aos dois.

minhas angústias e as compartilhou para que diminuíssem o peso sobre mim. À tia Socorro pelas discussões que me proporcionou e pelas críticas construtivas sobre o meu trabalho e minha vida, fazendo com que eu olhasse cada vez mais pra frente.

Ao meu pai, Francisco Rodrigues, que me ajudou e me incentivou desde o início de minha vida, “desde quando me entendo por gente”, a buscar os meus ideais. Lembro bem que nos momentos difíceis ele me dizia que as coisas que vêm fáceis se vão fácil. Que a gente aprende a dar valor ao que conquista com suor, com dificuldade. E assim é. E minha mãe, Zenilda, pelo apoio incondicional que toda mãe pode oferecer a um filho. Eles merecem aplausos.

Aos meus irmãos, Aurélio, Aurênio, Sebastião, Aurilany e Júnior que, mesmo distantes fisicamente, me proporcionaram momentos de descontração, de risos, de conversas e de novidades contadas por telefone ou pelo MSN.

E não poderia deixar de agradecer, acima de tudo, àquele que representa uma força superior, um Deus que me guia e que me vigia para que os caminhos por mim traçados sejam os mais corretos.

RESUMO

Essa dissertação tem como propósito detectar as ações através das práticas espaciais dos vendedores ambulantes no centro de Campina Grande, no período que compreende os anos de 1970 a 1996. De como estes sujeitos se apropriam do espaço urbano, construindo para si territorialidades, fazendo parte do cotidiano destas pessoas as incertezas de cada dia, entre montar e desmontar barracas, das reclamações dos comerciantes e da ação do poder público, que proibia o comércio ambulante. Para tanto, utilizamos de fontes escritas, Diário da Borborema, fundado na década de 1950 e o Jornal da Paraíba, do ano de 1972, para nos auxiliar na contextualização histórica, de como a cidade e os vendedores ambulantes se apresentavam, eram ditos pelas palavras de alguns jornalistas, que muitas vezes enquadravam, através de seus discursos, os ambulantes como uma categoria homogênea. Além dos jornais, utilizaremos os relatos orais de memória, na tentativa de apontar as peculiaridades de cada sujeito, das experiências individuais que se contrapunha a uma homogeneidade proposta pelos veículos de comunicação, como o jornal.

Palavras-chave: Vendedores Ambulantes. Espaço. Cidade.

ABSTRACT

This thesis aims to detect the actions through spatial practices of street vendors in the center of Campina Grande city, in the period comprising the years 1970 to 1996. How these individuals appropriate urban space, building territoriality to himself, the uncertainties of every day as part of the daily of these people, between assemble and disassemble tents, merchants' complaints and the action of government, which prohibited street trading. For this purpose, we used written sources as *Diário da Borborema* newspaper, founded in the 1950s, and the *Jornal da Paraíba* newspaper, founded in 1972, to assist us in historical context, of how the city and street vendors were presented, were said by the words of some journalists, who often fit through his speeches, street vendors as a homogeneous category. Besides the newspapers, we will use the oral reports of memory in an attempt to point out the peculiarities of each individual, the individual experiences arguing against the proposal by a homogeneous media, such as the newspaper.

Keywords: Street Vendors. Space. City.

Sumário

Introdução	11
Campina Grande sob diferentes olhares.....	20
Da modernização ao progresso à distância	35
Campina Grande e as práticas espaciais: Trabalhar, Circular e Resistir.....	47
2.1. Campina Grande e seus lugares de circulação	54
2.2. Calçadão da Cardoso Vieira e o “Calçadão da Juventude”: lugares de lazer?.....	63
2.3. Configurações histórico-espaciais da cidade	76
Os vendedores ambulantes: sujeitos transformadores do espaço	87
3.1. A história do cotidiano aplicada ao cenário campinense através dos relatos orais de memória.....	89
3.2. A oralidade que nos chega pelas fissuras das rochas da memória.....	91
Considerações finais	107
Referências	110

Introdução

Uma dimensão histórica não surge do nada e nem desaparece por completo (BARROS, 2008). Alguns afirmam que a História Cultural é filha da História Social ou que a História das Mentalidades deriva da Cultural; mas o que vai diferenciá-las e fazê-las ganhar visibilidade será a época em que afloram. Paradigmas são derrubados e outros são postos no lugar para que num dado momento também possam ser questionados fazendo com que a História ou a Historiografia estejam em constante renovação, movidas pelas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais.

A produção historiográfica em torno do tema cidades vem ganhando respaldo em paralelo à História Cultural a partir da década de 1980¹, com a Nova História, possibilitando analisar as cidades não apenas fisicamente - urbanistas e geógrafos, ou descritivamente como os antropólogos, apesar da Antropologia ter contribuído bastante para o estudo histórico com novos métodos²; não somente pelo viés político e socioeconômico; não primando apenas pelo embate econômico com as tensões entre as classes ou as desigualdades sociais, mas também o cultural.

A análise pela ótica cultural vai além; mergulhando nas profundezas da multidão, adentrando o íntimo e buscando detectar as sensibilidades envolvidas no processo histórico das relações entre o espaço urbano (produto) e sujeitos/vendedores ambulantes (consumidores). Perceber essas sensibilidades e sociabilidades nos permite uma melhor visibilidade com relação à construção tanto dos sujeitos como do espaço que esses utilizam. E para se chegar a essa percepção faremos um breve apanhado do que pretendemos que será pensar em como se configura a arrumação espacial no centro comercial de Campina Grande nos anos de 1970 a 1996 através da ação dos vendedores ambulantes.

¹ Também na década de 1980, a temática sobre cidades vai se definir como linha de pesquisa em programas de pós-graduação. BRESCIANNI (2005, p.243)

² Métodos como a descrição densa de Geertz, não a descrição em si, mas uma arqueologia onde nos será apresentado a profundidade dos detalhes, da subjetividade. Uma antropologia que trate os fenômenos culturais como sistemas significativos e, portanto, passíveis de interpretação. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989. Ainda uma discussão pertinente a interdisciplinaridade, da proximidade entre História e Antropologia (ou antropologias) ARANHA, Gervácio Batista. A nova história cultural e a antropologia: perspectivas e convergências In: *Metodologia do Ensino e da Pesquisa - Caminhos da Investigação*; BURITI, Iranilson e DANTAS, Eugênia Maria – Ideia/EDUFPG: João Pessoa/Campina Grande: 2008: p.15-56.

Faz-se necessário explicarmos a escolha do título e da questão colocada – esse seria mais um exercício de escrita do que um exemplo de método. No início de nossa pesquisa o tema ficou confuso por não deixar claro o que definimos como objeto a ser investigado “Construções sólidas, discursos flutuantes: os discursos de modernização e industrialização na cidade de Campina Grande (1970-1980)”. Pelo título, o objeto em destaque seriam os discursos, mas não serão apenas discursos, apesar de serem utilizados a partir dos jornais que dizem a cidade e dos relatos orais de memória que “contradizem” essa mesma cidade. daremos ênfase aos sujeitos múltiplos que consomem este espaço urbano com enfoque maior nos vendedores ambulantes. Então temos - cidade, espaço, sujeitos. Podemos dizer que estas são as palavras-chave tratadas no presente texto, fazendo apenas uma ressalva para o peso de cada uma delas.

A cidade – a leitura que faremos dela como um espaço construído socialmente, composto de parte física³, com prédios, ruas, casas, e parte abstrata, pois que trataremos também das relações sociais que a compõem e a permeiam; e falar de relações sociais é falar do ser humano e das formas (complexas) de sociabilidades, que podem ser prazerosas e/ou conflituosas. Isso faz da nossa análise sobre a cidade uma análise abstrata porque tentamos abstrair destas relações o que queremos mostrar/representar, de como estas se configuram na urbs. E falar em espaço urbano requer uma explicação de como entendemos tal conceito e de como pretendemos abordá-lo e apresentá-lo, fazendo a interconexão cidade/espaço/sujeitos.

O espaço, segundo Certeau, é o lugar praticado. Esse lugar ao ser apropriado por pessoas que mantêm um vínculo de sociabilidade torna-se espaço e nos remete à ideia e o sentido de pertencimento, pois que há o envolvimento e a interação das pessoas com os lugares, sejam eles ruas, praças, calçadas e “calçadões”, aí serão definidas territorialidades⁴ que seria a ocupação do lugar para determinado fim. Este nos parece ser o caso dos vendedores ambulantes que tomam o centro da cidade e as suas ruas, as calçadas e os calçadões da Cardoso Vieira e da Maciel Pinheiro, João Pessoa, Marquês do Herval e Venâncio Neiva. Estes sujeitos definem para si territorialidades no centro

³ Algumas leituras sobre cidade que nos dão ideia dos usos da cidade, do uso do espaço físico, dos lugares, dos terrenos. Ana Fani A. Carlos (2009) define o espaço urbano como movimento historicamente determinado num processo social. O modo de produção do espaço contém um modo de apropriação, que hoje está associado à propriedade privada da terra.

⁴ O conceito de territorialidades será abordado a partir da contribuição de geógrafos e urbanistas como Raquel Rolnik (1997), em que este não se define em relações puramente funcionais. Há a significação da construção da territorialidade; há sensibilidades envolvidas.

da cidade, que, de acordo com a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2007) se define como:

Núcleo de origem que concentra prédios mais antigos, ditos históricos e potencialmente referenciais para o passado da urbe; neste espaço também teve início o processo de instalação dos primeiros equipamentos urbanos, assim como tais sítios de origem são, via de regra, centros políticos, culturais, religiosos e, sobretudo, locais de intensa sociabilidade. (PESAVENTO, 2007)

Acabamos por adentrar no terceiro ponto ou na terceira e mais importante palavra-chave: os sujeitos, praticantes do espaço urbano. Perceba-se que não conseguimos abordar ou tratar de algo isoladamente sem que haja uma interferência ou interconexão de outros fatores ou outras questões.

Os sujeitos que se apropriam do centro comercial de Campina Grande ganham maior peso nessa análise, pois que são as pessoas que dão sentidos ao lugar, criando espaços. O que seria da cidade sem os ambulantes para vender seus produtos de forma menos “burocrática”, ou da polícia e autoridades públicas para manter a ordem; dos consumidores para fazer girar o capital e alimentar a economia da cidade; dos pedintes para “incomodar” a quem é abordado e também àqueles que questionam sobre os problemas sociais enfrentados por praticamente todos da cidade; o que seria da cidade sem os passantes/transeuntes/andantes que guiam o sentido do caminhar pelas ruas; e os jornalistas, cronistas e intelectuais que apontam estas e mais outras questões nos seus escritos, colunas e crônicas, mostrando a cidade que é e a que gostariam que fosse. São todas estas pessoas, juntas ou segregadas, de forma desordenada ou ordenada, legais ou ilegais, pobres ou ricas, *heterogeneamente*, que dão sentido ao lugar, ao espaço, à cidade.

Com isso, propusemos um novo título: “As práticas dos vendedores ambulantes no centro comercial de Campina Grande (1970-1996)”. Neste, podemos perceber uma redução no nosso recorte espacial em que os sujeitos estão representados no título pelos vendedores ambulantes, que farão usos dos lugares públicos, através de suas práticas cotidianas, do trabalho, de comercializar. E não apenas disso, das relações que serão construídas com companheiros de trabalho, com clientes, comerciantes e outras pessoas, num período que corresponde ao início da década de 1970 por questões temporais historiográficas, já que temos produções sobre a cidade de Campina Grande em

períodos anteriores, até o ano de 1996, quando começa a ser reivindicado um lugar, o camelódromo, adequado para abrigar os comerciantes. Porém, para falarmos de tais sujeitos será necessário abordarmos outras questões pertinentes à composição desta pesquisa.

Qualquer recorte que façamos, mesmo o menor possível, numa escala de análise reduzida, possibilita-nos visibilidades sob vários ângulos e cada historiador parte de um dado diferente e constrói, a partir dele, seu relato, sua representação⁵. Tudo que se move é belo; a beleza da vida está no movimento, seja conflituoso ou pacífico, o movimento nos chama atenção. No período das décadas de 1970, 80 e 1990 os trabalhos, especialmente da recepção da História Social no Brasil privilegiam a classe trabalhadora, os populares, os humildes, os despossuídos. Talvez seja por todo o movimento que estes representam. Eles reagem, articulam, burlam, resistem, agem numa retaguarda ofensiva; mexem, incomodam, movimentam. Fazem com que leis sejam criadas, códigos de moral sejam pensados, padrões sejam repensados; vigilância seja necessária, e desafiada⁶.

Um dos exemplos da recepção da História Social no Brasil é o trabalho de Sidney Chalhoub (1986)⁷, que vai olhar atrás da cortina do palco principal da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX e vê os que estão trabalhando e como estão trabalhando. Estarão se divertindo também? Sim. De forma diferenciada, limitada e na maioria das vezes policiada, mas eles se divertem. Um dos meios de comunicação de maior circulação naquele período era o jornal. Através dele, a sociedade letrada ficava a par do que acontecia no Rio de Janeiro do período retratado.

⁵ A Micro-História vem propor essa redução do objeto, para uma melhor configuração do mesmo dentro de uma escala maior. Para Jacques Revel (1998), a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento. (...) variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor. significa modificar sua forma e sua trama. (...) mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação. (REVEL, 1998; p.20)

⁶ A crise de paradigmas colocou em xeque alguns conceitos e teorias, em especial a marxista, da luta de classes, da tomada de consciência e da proposta de estrutura e superestrutura, em que a cultura seria um componente da superestrutura do mundo das ideias. A recepção da História Social no Brasil teve por base os trabalhos do historiador inglês E. P. Thompson e sua forma de ver e reconhecer a importância dos elementos culturais com a história "vista de baixo", colocando em cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignoradas.

⁷ Além de "Trabalho, Lar e Botequim" que retrata as condições dos trabalhadores no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, Chalhoub vai apontar outras questões nesse período, como das habitações e formas de higiene, com varíola, vacinação.

Além dos jornais, o autor vai fundamentar sua pesquisa nos processos crime que, diferentemente do jornal, são documentos escritos de forma técnica, apurada, objetiva, com minúcias; uma narrativa “seca”, direta, para fins de finalização, de encerramento de determinado acontecimento, como o da morte de Zé Galego⁸. Podemos dizer que a finalidade do processo crime seria essa, de encerrar um assunto (o crime) e enquadrar um sujeito (Paschoal). Daí a leitura a partir de processos crime ser tão parecida e tão repetitiva, por buscar traçar esses objetivos e reconstruir um acontecido. Chalhoub vai “bisbilhotar” tais fontes em busca dos elementos que se sobressaem, que diferem do repetido; e do contrário: do que se repete, do que é comum a todos, além de detectar as formas como os populares conseguiram driblar as garras da polícia, criando táticas para não serem enquadrados pelo discurso jurídico.

A mescla do discurso jornalístico com o discurso jurídico, o que fará Souza (2011) em seu texto “*Por uma vida menos infame*”⁹ em que, ao se utilizar de fontes como o periódico Diário da Borborema para contar a história de sujeitos infames e dos processos crime para mostrar outro tipo de discurso que nomeia estes populares, classificando-os dentro de uma sociedade que prega a moral, a lei e os bons costumes de convivência. A discussão apresentada, de início toma os conceitos de discurso e homens infames da teoria pós-moderna proposta por Michel Foucault, depois, numa perspectiva social, adentra as sensibilidades destes sujeitos, o que aponta para uma análise do campo da história cultural. Em Pesavento, o autor busca o conceito de sensibilidades e de como é possível (se é possível reconstituir o sentir das pessoas de outra época.) então, a pergunta que Souza tenta responder é quem expressam os sentidos que os homens em cada momento da história foram capazes de dar a si próprios e ao mundo. Então, o historiador pode dizer tal e qual as pessoas de outra época sentiam? Não. Mas, “através dos indícios, pode ressignificar, rerepresentar, tentar inquirir o que tal sentimento significava para aquelas pessoas”. (SOUZA, 2011: 89)

⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

⁹ Esse texto é a produção mais recente de Souza (2011) que se encontra no livro organizado por ele. In: *Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer*. João Pessoa, Ideia, 2011. Pp. 81-107. Também para consulta, outras obras do mesmo autor que trabalha com jornais e com processos criminais numa perspectiva sócio cultural da história das cidades, em especial, da cidade de Campina Grande como da sua tese de doutorado: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. *Lazeres permitidos: Prazeres Proibidos: Sociedade, cultura e lazer na Campina Grande dos anos 1945-1965*. Recife, Tese de Doutorado em História- PPGH/UFPE, 2001. SOUZA, Antonio Clarindo B. de e BURITI, Iranilson de O. (orgs.)- *Cultura e Cidades: Campina Grande*; EDUFCG; 2009. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de – Arrochar a titela, chambregar e criar um furdunço in: *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*; 2ª edição; João Pessoa; Ideia, 2005; p. 185-226.

Os usuários da cidade em sua cotidianidade não se caracterizarão apenas pelo embate de forças ou pelos conflitos entre grupos sociais distintos, que certamente existem e que não passarão despercebidos em nossa análise, mas que, a cotidianidade e a apropriação espacial dentro do espaço maior chamado urbano serão traçadas pelas tantas sutilezas em se praticar determinadas atividades, que para muitos, não carece de explicação ou problematização, como Mary Del Priore (1997) nos diz: que “inscrevem-se formas de visibilidade e de modos de enunciações próprios a fazer emergir cada grupo enquanto sujeitos da história”. Para tanto, não podemos segmentar o cotidiano e as sensibilidades de tão diferentes sujeitos e práticas. Por isso nos apropriaremos da noção de “invenção do cotidiano” e através dela detectaremos as ações não planejadas no centro da cidade pelos ambulantes, que vão jogar com os acontecimentos, transformando-os em ocasiões. (CERTEAU, 1994)

Com isso, pretendemos falar *sobre* o que aconteceu e não *o que aconteceu* - que seria uma tentativa vã de dizer a verdade. Falar “*sobre*” o que aconteceu é dar outra versão para a realidade de determinado período, já que nosso recorte temporal não se distancia tanto assim dos nossos dias, e isso não seria e não é um anacronismo, pois que trata de representações a partir de como a entendemos em Chartier (1990). Para ele, as estruturas do mundo social não são um dado objetivo tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas. E sim, historicamente produzidas pelas práticas articuladas que constroem as suas figuras. Entender as práticas que constroem o mundo como representação, de fazer presente o ausente ou de representar, teatralizar, mostrar de forma diferente, portanto original, já que representações que construímos partem de práticas as quais poderemos captar em documentos ou relatos orais de memória do e sobre o período proposto.

O jornal como fonte nos permitirá detectar indícios de como a sociedade campinense agia e reagia às diversas mudanças e intervenções que a cidade sofria e que eram contadas nas páginas diárias dos jornais, em especial, no Jornal da Paraíba e no Diário da Borborema, sendo que pertencentes a grupos empresariais distintos possuíam peculiaridades e afinidades políticas também distintas, o que fará com que a nossa interpretação sobre os mesmos se dê de forma diferenciada quando se tratar dos discursos que caracterizam cada um deles. O Diário da Borborema é da década de 1950 e na leitura que fizemos para as décadas de 1960 e 1970, percebemos a predominância de discursos voltados às questões econômicas e políticas vinculadas no nível nacional,

com os projetos de governo voltados ao processo de crescimento e investimento no setor industrial, em que serão construídos prédios como os da FIEP e estarão sendo divulgados também os projetos da SUDENE, dentre outros.

Ao analisarmos o Jornal da Paraíba, fundado no ano de 1972 e fazendo parte desse cenário de “aparente” crescimento industrial, podemos detectar uma maior diversidade de discursos que vão desde crescimento econômico, violência doméstica, assuntos do cotidiano, problemas de ordem pública como buracos nas ruas, falta de água, ou reformas de praças e ruas. Podemos dizer que para a análise que nos propusemos, o Jornal da Paraíba nos dá maiores indícios para construirmos nossa representação sobre como se davam as práticas no centro de Campina nos anos de 1970 a 1996. Porém, esta não será a única fonte que utilizaremos. Teremos os jornais sindicais que trazem um pouco do movimento organizado do qual os vendedores ambulantes e feirantes faziam parte; temos a revista “O Sol”¹⁰ que nos traz um panorama do Nordeste e das questões político-econômicas de outros estados como Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Outra fonte que nos ajudará serão os relatos orais de memória, não na tentativa de preencher algum vazio deixado por outras fontes, pois toda fonte nos deixa vazios que só poderão ser preenchidos com pistas que nos guiam em outras tantas direções.

Os relatos orais de memória antes mesmo de serem transformados em documentos, sendo selecionados por nós aquilo que será arquivado, eles mesmos sofrem arquivamento prévio na memória do entrevistado que relatará o que quer ou consegue lembrar. É uma fonte importante que, para alguns serve como uma técnica ou um método ou até mesmo uma disciplina. Vemos como um método em que, para melhor escrever o que pretendemos mostrar, utilizaremos os relatos feitos com sujeitos que vivenciaram o período e que correspondem a algumas categorias que pretendemos de início: ambulantes, políticos, autoridades, comerciantes e freqüentadores dos espaços públicos, e que tais relatos nos possibilitarão outros discursos que diferem dos discursos jornalísticos e que serão confrontados ou entrecruzados quando necessário para melhor proximidade do real.

¹⁰ Os exemplares que selecionamos para esta análise são os seguintes: O sol. “No RGN, o governo é do povo”. Março de 1988, ano IV, nº 22. “80 anos de frevo”. Jan/fev de 1985. Ano I, nº 4. “O Nordeste em São Paulo”. Novembro de 1987. Ano IV, nº 18.

As perguntas as quais pretendemos que sejam respondidas. Como vieram parar nas ruas para comercializar? Alguém convidou? Qual o atrativo? Quais as dificuldades? Quais as lembranças boas? Qual o ponto de vista com relação às transformações e intervenções urbanas? Como foram construídos os laços de amizades? Perguntas sobre questões cotidianas carregadas de sentido simbólico e das sensibilidades envolvidas neste processo de apropriação e pertencimento.

A arrumação dos três capítulos em que dividimos a nossa escrita segue da seguinte maneira. Teremos o primeiro capítulo como uma extensão da introdução, em que abordaremos os conceitos de modernidade e modernização, indispensáveis para pensarmos o tema cidades. Para isso, apresentaremos uma breve discussão bibliográfica sobre cidades de forma geral e da historiografia sobre Campina Grande, para que possamos reconfigurá-la no nosso recorte temporal, a partir dos planos de desenvolvimento urbanos, que pretendiam uma cidade diferente da que se apresentava, dando sequência à bibliografia sobre esta cidade, apontando novos sujeitos e novos usos que se farão no espaço urbano.

A reconfiguração de Campina Grande neste período nos foi possibilitada pelas análises feitas basicamente a partir de jornais onde demonstraremos as contradições no que era dito por eles e no que, na prática, se dava diferente pela ação dos vendedores ambulantes.

No segundo capítulo, trataremos da forma como os vendedores ambulantes se apropriavam do espaço urbano, de como se relacionavam e de como desenvolviam suas táticas para driblar as autoridades públicas. Os espaços de circulação no centro da cidade serão tomados por estes sujeitos, vendendo produtos diversos, como frutas, meias, calcinhas para criança, cuecas, roupas femininas, jogos no período de festejos juninos. ocupando estes lugares de circulação em busca de visibilidade para seus produtos, pois que, segundo eles, estes lugares apresentavam um maior fluxo de pessoas transitando, aumentando as chances de obterem lucros.

Falaremos das principais ruas do centro e dos calçadões, fazendo um mapeamento a partir das mudanças dos vendedores, percorrendo quase todo o centro da cidade. Para demonstrarmos esses traçados, utilizaremos um mapa para melhor situar o leitor. E por último, ainda neste capítulo, serão apresentadas as diferentes formas de resistência, as táticas que os ambulantes utilizavam para fugir às teias do poder lançadas

pelos secretários, dirigentes lojistas, jornalistas e letrados, na tentativa de combater suas práticas.

No terceiro e último capítulo, adentraremos as memórias destes sujeitos. Primeiramente abordaremos as questões teóricas pertinentes ao uso da História Oral e dos relatos orais de memória, a partir de depoimentos de cinco colaboradores, todos eles vendedores ambulantes, sendo quatro deles homens e uma mulher. Questões serão apontadas e rememoradas, desde as práticas no espaço urbano até as relações de sociabilidades que foram construídas no cotidiano.

Capítulo I

Campina Grande sob diferentes olhares

A cidade não se prende a teorias. É uma construção múltipla e dinâmica que não se limita e não se deixa limitar por teorias ou leituras definitivas (BRESCIANI, 2002: 18). A cidade nos mostra tudo; coisas que não conseguimos captar num único olhar, o que possibilita olhares diferenciados sobre a mesma. Porém, ao encerrarmos este assunto no espaço de um texto¹¹, a teoria, assim como a metodologia e a bibliografia utilizadas são fundamentais para dar suporte à discussão que ora apresentamos.

A continuidade na história é defendida por alguns teóricos quando tratam das questões teórico-metodológicas apresentadas por um novo olhar, uma nova forma de ver e apresentar os fatos. Outros condenam essa continuidade, propondo rupturas¹², não brechas, mas uma quebra total, uma interrupção de um fio condutor que liga os fatos ao passado que se quer representar. A ideia de ruptura brusca se dá pela angústia de pensar que uma continuidade levará a um ponto inicial, talvez de forma linear, o que passa a ideia de um eterno retorno; e que o ponto onde estamos (o presente) não representaria nada com relação a isso (ao passado). A angústia é entendida até certo ponto, onde as rupturas diferenciam o que é do que foi. Por seu lado, a ruptura brusca causa um vazio, em que as coisas não se ligam, não fazem sentido em acontecer, estando soltas e sem explicação plausível. Acabam se relativizando.

O movimento, por sua vez, caracteriza mudança e essa mudança só é possível quando conseguimos relacionar o que queremos dizer e mostrar com algo que já foi dito ou mostrado, o que não quer dizer propriamente que há um retorno e que vai ser levado pelo fio condutor até um ponto inicial.

¹¹ Vemos a escrita historiadora como uma prática social que nos permite representar o passado, em que o texto deve seguir uma ordem cronológica. “Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim” CERTEAU, Michel. A Operação Historiográfica In: *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

¹² Aqui fazemos referência à análise dos Pós-modernos em que o tempo não é pensado de forma linear e sim na existência de várias temporalidades dentro de uma mesma estrutura sócio-cultural. Seria um tempo passível de rupturas e descontinuidades em que estas levariam sempre a uma ruptura completa com o passado.

Lançamos estes questionamentos para ter uma compreensão plausível do que pretendemos apresentar de início em termos teóricos, dentro do que nos possibilita a abordagem no campo da História Cultural, e que Pesavento (1995) assim define:

Entendemos a história cultural não como uma virada de mesa com relação a pressupostos teórico-metodológicos, mas como uma nova abordagem, ou um novo olhar que se apóia sobre as análises já realizadas e, por sua vez, avança dentro de um determinado enfoque. Nesse sentido, a história cultural realmente vem se somar ao conhecimento acumulado, sem voltar as costas a uma matriz teórica (...) (PESAVENTO, 1995: 280)

Apesar que, as matrizes teórico-metodológicas se definem ou se distinguem umas das outras pelo olhar particular que cada uma vai lançar sobre determinados temas, numa temporalidade própria. E para essa Nova História cultural se firmar, necessita de conceitos como o de representação que, segundo a autora, implica numa relação ambígua entre ausência e presença. Assemelha-se com a passagem que abrimos este texto, em que os paradigmas são derrubados, mas outros são postos no lugar. E estes paradigmas têm por base conceitos advindos de correntes teóricas anteriores e que Pesavento vai definir este novo paradigma da história cultural, aplicado ao trabalho do historiador que estudar cidades e tudo o mais que a comporta, seus personagens, atores, sujeitos e os usos que fazem dela, através de fragmentos na tentativa de reconstrução do passado, em que:

Apoiado num novo paradigma centrado na cultura, utilizando conceitos tais como os da representação e do imaginário [social] ou o princípio do cruzamento das práticas sociais com as imagens e discursos de representação do real, escorado na estratégia metodológica detetivesca da montagem por contraste e justaposição. (PESAVENTO, 1995: 287)

A autora consegue condensar nesta passagem do texto que acabamos de citar, todo o passo a passo que o historiador da cultura deve seguir na tentativa de resgatar o passado.

Deixemos claro que, quando relacionamos essa continuidade desenvolvida aqui entre a História Cultural da qual Pesavento nos fala com o tema de cidades, pegando como ponto de partida as sensações que a modernidade causa nas tantas experiências urbanas, não faremos tais comparações numa linearidade em que experiências

vivenciadas por Londres ou Paris serviram de modelo para posteriores transformações urbanas; nem de uma ruptura, já que pretendemos (e precisamos) comparar as tantas experiências do viver urbano para ressaltar as peculiaridades de cada pesquisa. Aqui, como em outros trabalhos que levantam essa questão, queremos deixar claro que a ideia não é de experiências semelhantes ou próximas; é justamente mostrar as diferenças em sentir a mesma coisa (o moderno) e em momentos e lugares também distintos, levantando questões, as quais nos propomos apresentar e que se farão diferentes ou semelhantes em determinados momentos, fazendo com que nosso trabalho acrescente um pedaço a essa “malha historiográfica” sobre cidades.

Diante disso, é de fundamental importância explicar um pouco sobre alguns trabalhos a respeito da cidade de Campina Grande, de como os historiadores construíram suas narrativas sobre as mesmas, fazendo devidas ressalvas a respeito do que se aproxima e se distancia do que nós pretendemos, tendo a constante que poderíamos dizer que está presente em praticamente todas as abordagens sobre esta e outras cidades, que são os conceitos de modernidade e modernização¹³. Pois que, parte da produção historiográfica que nos cerca atualmente ou produzida vinte anos atrás está pautada nesta questão, ressaltando que, se voltando para experiências modernas em cidades brasileiras, o que não se encontra tão distante de nós, cronologicamente falando, esta distância é necessária para melhor nos voltarmos a este assunto. Nesse sentido, a distância acaba nos favorecendo. O presente agindo no passado, trazendo-o à tona em forma de representação.

Os símbolos, signos e códigos que compõem a vida na cidade ou as relações entre seus habitantes nada têm de secretos, misteriosos ou escondidos. Alguns trabalhos que citaremos aqui, de autores que escreveram sobre Campina das primeiras décadas do século XX até o ano de 1965, apontaram alguns destes códigos de como se comportar numa cidade dita moderna, lançando para isso, diferentes olhares sobre diferentes

¹³ Para Berman. “a experiência da modernidade, anula as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana.” Poderíamos dizer, também, que a modernidade seria comum a todos. Que todos são seres modernos por fazerem parte de um aparato técnico moderno e de um meio social urbano conflitante, mesmo tendo os que não aceitam. A modernidade se definiria pela tradição permanente (e presente) na mudança. “Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição [...] é ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador”. BERMAN, Marshall. “Modernidade, ontem hoje e amanhã”. In: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 11-41.

personagens, através de fontes diversas, como fontes literárias, crônicas, processos criminais, jornais, fotografias, dentre outras¹⁴.

Partindo de fontes literárias, Pesavento (2002) atenta para as sensibilidades, revelando um mundo mágico e assustador do urbano na Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre a partir das narrativas literárias. Investiga a literatura como metáfora, logo, como representação do real. A cidade imaginada, idealizada pelos poetas e escritores, que mergulham no ideal da cidade possível, convivendo com outras tantas cidades: a cidade higienizada; ordenada; desodorizada; planejada. Mas, também, a cidade perigosa, a cidade problema; a cidade desordenada.

Em nossa análise sobre como se deu a apropriação das principais ruas comerciais da cidade pelos vendedores ambulantes, enquadra a cidade de Campina Grande na sua forma desordenada. Buscamos referências de apropriações nestes mesmos espaços num tempo passado, para que possamos fazer uma comparação, melhor dizendo, uma demonstração da mudança de sentidos que são atribuídos aos espaços através das formas de apropriação e da ação dos sujeitos que se apropriam destes lugares.

Temos como delimitação espacial o centro comercial de Campina Grande e que serviram de tema para cronistas de outrora como Cristino Pimentel. No dia 30 de abril de 1974, o Diário da Borborema faz uma homenagem ao cronista Cristino Pimentel, publicando alguns trechos de sua obra "*Pedaços da História de Campina Grande*".

Nela, Pimentel nos apresenta a antiga Rua Nova, da destruição de monumentos carregados de simbologia para a cidade, dando lugar a outras construções materiais e simbólicas, a partir de que outros sentidos serão atribuídos a estes novos lugares e das sensações e novos modos de se comportar. Pimentel fala dos moradores da antiga Rua Nova que depois passa a se chamar largo do Rosário, e por fim, Praça da Bandeira. "No

¹⁴ A Escola dos Annales possibilitou essa abertura para a questão histórica sobre outros objetos, que no decorrer das pesquisas foram amadurecendo outras formas, técnicas e métodos, além das fontes utilizadas e construídas pelos historiadores. Novas preocupações e novos problemas colocados na análise do pesquisador. O que caracterizará a narrativa historiadora vão ser justamente as questões colocadas em determinado contextos e realidades, e estas questões vão ser levantadas pela terceira geração dos Annales, com o auxílio da interdisciplinaridade e conceitos advindos de outras áreas, como antropologia, sociologia, economia, geografia, lingüística, semiótica, etc. Não podemos pensar nas palavras objetos, problemas e abordagens de forma separada, pois que, a partir do momento que pesquisamos novos objetos, colocamos novas questões, nunca antes colocadas sobre eles e de forma também nova, com as abordagens que iremos fazer. Esse tripé se interliga e é tido como novo, marcando assim uma reviravolta nas questões tanto da história como da historiografia.

fundo da Rua Nova tinha pouso a Cadeia Velha construída em 1877 e que foi demolida em 1935 para dar lugar à praça Clementino Procópio, “um centro de atração muito vivo, onde costuma a mocidade em todas as tardes e noites alegres cochichar com as namoradas cativas, à vista dos focos elétricos”.¹⁵

Falar da crônica de Cristino Pimentel que nos chega através de uma edição especial *Campina Nostálgica*, lançada pelo Diário da Borborema, sobre algumas das principais artérias do centro comercial de Campina Grande de outrora, nos leva a perceber o sentimento nostálgico que marca suas palavras ao falar das formas como estas ruas eram ocupadas “desde o tempo que entregava o seu largo descalço para os grandes empilhamentos de sacas de algodão”, fazendo referência ao comércio do principal produto que movimentava toda a cidade e das “tropas de burros que davam um ar de ‘pitoresco agreste’ com o bando de almocreves trazendo largas carteiras a tiracolo (...), era poético”. O jeito nostálgico com que o cronista descreve contrasta com seu desejo e vislumbre de ver o lugar que antes tinha um ar de “pitoresco agreste” com o novo, do embelezamento de ruas e de construções de praças, como a Clementino Procópio, “centro de atração muito vivo” em que o progresso enchia seus olhos ao relembrar e escrever sobre a cidade que via crescer a cada dia.

O cronista relembra as diversas formas que foram tomando estas principais ruas do centro de Campina Grande, da Rua Nova e da Marquês do Herval e dos personagens que por elas circulavam. Porém, como o próprio Pimentel diz “esse nosso trabalho não tem caráter histórico. A história para ser escrita “tim-tim por tim-tim” carece de muito estudo, de acurada cultura e ativa busca nos arquivos públicos.¹⁶ O nosso cronista só não imaginaria que aqui estaríamos, um dia, transformando suas crônicas em documento para a pesquisa histórica que nos ajuda a contar um pouco desse passado, para construir nossa versão sobre Campina Grande nos anos de 1970 a 1996, ao mostrarmos os novos sujeitos, os ambulantes, que agora circulam por estas mesmas ruas apresentadas por ele e que, pelos novos sentidos que serão atribuídos, faz com que não sejam mais as mesmas.

A Rua Maciel Pinheiro, tida como uma das principais artérias do comércio campinense também vai ganhar outros personagens e novos significados ao longo do

¹⁵ PIMENTEL, Cristino. *Campina Nostálgica* in: Diário da Borborema, Campina Grande. Caderno especial 4. 30 de abril de 1974. p.4

¹⁶ “Cristino, o cronista que permanece”. Jornal da Paraíba, Campina Grande. 11 de outubro de 1974. p. 2.

tempo. Assim como os ares de progresso apontados e sentidos por Cristino Pimentel registrados em suas crônicas sobre a antiga Rua Nova, hoje correspondente a Praça Clementino Procópio e da Marquês do Herval, estes ares de progresso também serão sentidos pela elite letrada e políticos em décadas posteriores. A Rua Maciel Pinheiro, na década de 1980 é “a sala de visitas” do comércio campinense¹⁷. Exala progresso, civilidade e bom gosto, “com suas lojas sempre cheias de fregueses onde se concentra o maior número de empregos.

Com suas lojas coloridas e bem sortidas, onde existe todo tipo de comércio a varejo – malharias, confecções, farmácias, livrarias, papelarias, artigos para presentes, tecidos, movelarias, eletrodomésticos, sapatarias, lojas com escada rolantes, de forma que a Rua Maciel Pinheiro vem mantendo a tradição como a principal rua do comércio da cidade.¹⁸ (*grifo nosso*)

A nota que faz referência à Rua Maciel Pinheiro como a “sala de visitas” do centro comercial de Campina, publicada no Boletim Notícias Sindicais de agosto de 1980, veio reforçar a propagação, ou melhor, o “marketing” da instalação do primeiro Magazine pertencente ao grupo Lundgren – Casas Pernambucanas, na cidade; sendo que, uma das atrações do empreendimento seriam as escadas rolantes, como destacamos na citação acima. Além de receber uma loja de tamanhas proporções e diversidade de produtos, o atrativo para a população seriam as escadas rolantes, um elemento ainda novo aos olhos de muitos campinenses e que viria reforçar ainda mais os ideais de desenvolvimento comercial e de progresso desta cidade. “O que num momento pode ser extremamente importante, fundamental e essencial para uma dada sociedade, amanhã poderá não sê-lo mais.”¹⁹ O que parecia de fundamental importância e tido como novidade, visto por nós hoje não mais representa algo novo. Tornou-se obsoleto. Porém, ao olharmos para o passado com o distanciamento que se faz necessário, alguns elementos e equipamentos representavam inovação e progresso principalmente para

¹⁷ O boletim *Notícias Sindicais*, órgão do Sindicato do Comércio Varejista de Campina Grande, que circulou por mais de trinta anos, fundado por Antonio Pereira de Moraes e Pedro D’Aragão. Ver “A sala de visitas” In: *Notícias Sindicais*. Agosto de 1980. Ano XXX.

¹⁸ *Notícias Sindicais*, op. Cit.

¹⁹ Tanto para Souza como para Aranha, a modernização representa progresso no meio econômico e técnico; elementos que Campina Grande ainda buscava, e com maior intensidade, nas décadas de 1970 e 1980 a partir dos novos planejadores e lideranças políticas não somente no âmbito local, mas nacional, da implementação de projetos e órgãos que acelerassem esse desenvolvimento e esse progresso, marcados pela política do regime militar, mas, entendendo que no Brasil, segundo Souza, a modernização ocorreu apenas em alguns setores da economia e em certas regiões do país e teve início já no final do século XIX, quando foram implantados alguns equipamentos e hábitos urbanos que nos davam o ar de moderno. SOUZA, op. Cit. p.116.

aqueles que iriam usufruir deles. Talvez, nem todos os campinenses, no período da chegada do magazine com escadas rolantes na cidade, se interessaram pela novidade ou não deram tanta atenção ao símbolo do moderno naquele momento.

Apontamos brevemente estas referências a algumas das ruas centrais de Campina Grande e de toda a importância que estas representavam aos olhos de alguns campinenses para que, num dado momento deste trabalho possamos confrontar as várias realidades ali existentes, tão distintas quanto o são as pessoas que por elas circulavam; pois não eram apenas comerciantes, cronistas, jornalistas ou elite que as viam com “cara” de civilizada e em progresso. Outros sujeitos também circulavam por estas artérias, fazendo “uso dos espaços da cidade que não condiziam com os interesses e os desejos de padronização” (CABRAL FILHO, 2009: 67), e que não condiziam completamente com o que mostravam os escritores, cronistas e jornalistas em suas publicações.

Voltando um pouco às décadas de 1930 e 1940, vemos que as principais artérias do centro da cidade eram tomadas pelo produto conhecido como “ouro branco”, com a comercialização e distribuição do algodão para o Brasil e para o mundo. O comércio naquela época girava em torno deste produto e os personagens que por ali circulavam também eram outros como nos mostra Sousa (2006):

Os carregadores tinham as ruas centrais e comerciais como área de atuação cotidiana. Rua Grande ou Maciel Pinheiro, Armazéns ou Marquês do Herval, praça do algodão ou João Pessoa, Rua Irineu Joffily, estação da Great Western. Monsenhor Sales ou Independência, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira e, especialmente, Rua das Areias ou João Pessoa. (SOUSA, 2006: 45)

Estas características e nas ruas apontadas na citação, demonstram que nelas se dava maior movimentação do comércio campinense, assim como continuará sendo nos anos seguintes com a presença dos vendedores ambulantes.

Os carregadores apresentados por Sousa e que demonstramos na citação anterior, nos dá ideia de um dos muitos personagens que atuavam pelas ruas centrais da cidade no período de 1920 a 1945, ao saírem para trabalhar e nos seus traçados cotidianos, dando novas formas e novos sentidos às ruas de Campina. São sujeitos que não passaram despercebidos na época, atuando como coadjuvantes no cenário do próspero

comércio algodoeiro, mas que se tornavam protagonistas aos olhos dos jornalistas e autoridades policiais através das matérias publicadas nos jornais e nos processos crimes quando se envolviam em brincadeiras e brigas que uma vez e outra ocorriam.

O autor define como ponto central da sua pesquisa a análise das tensões e múltiplas formas dos moradores viverem na cidade de Campina Grande nas décadas de 1920-1945, buscando compreender como jornaleiros, operários, artistas, comerciantes, prostitutas, industriais e agricultores viviam. Portanto, estes são os personagens apresentados por Sousa, numa cartografia da cidade nesse período e para isso, utilizando como fontes processos criminais, associados a jornais, memórias, jornaizinhos de festa e outras fontes. Como citamos na introdução deste trabalho, Sousa vai analisar, através destes personagens, ao construírem suas andanças pela cidade, desenhando uma cartografia e definindo territorialidades, nos apontando seus personagens ao tomarem as ruas do centro e das tensões que estas construções territoriais e relacionais implicavam.

Analisando a cidade como lugar de tensões, marcada por conflitos sociais e exclusão, Sousa (2006) fala das múltiplas formas dos moradores viverem na Campina Grande das décadas de 1920 a 1940. A cidade múltipla não somente pelos seus habitantes como pelos usos que fazem do espaço público. A cartografia do espaço urbano a partir dos sujeitos que o consomem, mostrando que estes fugiam ao modelo de sociedade desejada pelos letrados e pelas elites.

O autor trata da cidade moderna por este aspecto, dos ideários de progresso e civilidade marcados pela exclusão social com base em análises de processos criminais, além de outras fontes. O trabalho deste autor nos ajudará nesse aspecto, no uso dos conceitos de espaço e território abordados por ele e dos quais nós também fizemos apropriação para definirmos o espaço da cidade nas décadas que nos propusemos, tanto pelo aspecto material e dos conflitos sociais como pelo aspecto simbólico. Portanto, Sousa (2006) nos ajudou a pensar este espaço da cidade sob outro ângulo, assim como faz menção aos sujeitos que atuam cotidianamente pelas ruas da cidade. Os nossos sujeitos estarão ali atuando também.

Não será somente a partir de crônicas, como as escritas por Cristino Pimentel que os historiadores irão se debruçar para mostrar o ar de civilidade que respirava

Campina e seus idealizadores²⁰, nem apenas pelos processos criminais que será dada por encerrada a construção da “malha historiográfica” sobre Campina, mas essa pode ser dita a partir de outras fontes, como a fotografia.

Severino Cabral Filho (2009) propõe um olhar diferenciado sobre Campina Grande nas décadas de 1930 a 1950, utilizando como fonte que dará suporte ao seu trabalho, textos de cronistas e literatos, e imagens, e, para tanto, o autor define alguns conceitos a respeito da fotografia em Walter Benjamin e Roland Barthes em que, para esse último, “a imagem fotográfica não rememora o passado, mas afirma que a coisa fotografada de fato existiu, reproduzindo ao infinito o que ocorreu apenas uma vez”. Mas que, segundo Boris Kossoy, as imagens comportam significados que dependem da sua contextualização.

Será nesse sentido que Cabral Filho utilizará as fotografias que foram tiradas numa determinada época e por algum motivo específico, buscando contextualizá-las com o cenário fotografado que é a cidade de Campina Grande nos seus momentos de “manifestações modernizantes”, e em que plano as camadas mais pobres aparecerão nestas “imagens do progresso”. Em que estas, ao serem recepcionadas, são capazes de lançar luzes sobre o passado, dando-lhe movimento e fazendo desencadear esforços para compreendê-lo. (CABRAL FILHO, 2009: 30) Portanto, segundo aquele autor, essa documentação fotográfica vai permitir uma aproximação das práticas sociais com sua dimensão simbólica, considerando as tensões e conflitos que, historicamente, permeiam a sociedade. (CABRAL FILHO, 2009: 33)

Assim como o autor lê sua fonte como “universo pleno de representações e que possibilitam a elaboração de outras representações”, também vemos as nossas fontes, o *Jornal da Paraíba* e *Diário da Borborema*, representações que foram construídas ou escritas por um grupo seletivo, uma elite letrada que pretendia uma cidade, dentro de outras já existentes e tão reais quanto a que esta elite desejava. E, da mesma forma que o autor buscará em seus registros fotográficos, os silêncios de boa parte dos

²⁰ Para melhor entender os desejos do cronista Cristino Pimentel e de sua relação com a cidade de Campina Grande, escritas entre as décadas de 1930 e 1960. Ver: SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. Cristino Pimentel: cidade e civilização em Crônicas. In: *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. 2 ed. João Pessoa: Idéia. 2005. Pp. 133-184. A cidade em crônicas chamou a atenção do historiador, que em suas pesquisas sobre cidades era comum encontrar as tantas outras cidades ditas pelas penas de cronistas. Como sua pesquisa de doutorado compreendia os períodos de 1920-1940, Sousa não poderia deixar que passassem despercebidas as crônicas escritas por Cristino Pimentel, publicadas em jornais paraibanos como *A Imprensa*; *O Estado* e *A União* de João Pessoa, e *O Rebate*, *A Ordem* e o *Diário da Borborema*, de Campina Grande.

campinenses que ao aparecerem na imagem fotografada, ou não aparecerem, levariam a pensar e questionar os contrastes desta cidade dita moderna e civilizada. Nós buscamos mostrar as contradições presentes num mesmo espaço, do centro de Campina Grande, que será utilizado de várias formas, tanto pelos que apenas passam, como pelos que ali ficam, seja para conversar, seja para trabalhar, fazendo o cotidiano da cidade que muitos chamam de moderna, apesar de mostrar muitas vezes o contrário.

A nostalgia está presente em quase todos aqueles que se remetem ao passado, nas suas comparações de uma cidade antes com a cidade dos seus tempos. Mas, ao mesmo tempo, têm aqueles que se colocam aquém do presente, transportando seus sonhos e desejos para o futuro, com os olhos voltados para o progresso.

Ao falarmos de Campina Grande e do desejo de alguns dos seus habitantes em querer vê-la e tê-la como grande, em todas as formas, sendo construída esta característica ou este adjetivo pelas mãos de jornalistas, escritores, memorialistas, cronistas e por que não dizer de historiadores que, ao falar ou buscar nas suas fontes indícios que comprovem essa vontade em dizer a cidade como grande, mesmo que seja apenas pelo desejo e que este não consiga achar solo fértil para brotar inteiro e totalmente. Ao rebuscar estas afirmativas em crônicas e matérias jornalísticas, o historiador constrói uma narrativa que posteriormente servirá como fonte, em que estes discursos de outrora, de uma Campina realmente grande, possam ser comparados, analisados, repensados e reescritos.

Tanto os desejos de uma cidade *ideal* como as contradições que a cidade *real* apresenta, fará com que Rezende (1997), através do texto “*A cidade: seduções, desejos e imagens*”, apresente-nos a cidade do Recife na década de vinte e dos conceitos de modernidade e modernização, o que implica falar também de tempo (passado/presente) e das sensibilidades; de como as pessoas ou, os recifenses, vão recepcionar tais mudanças, ressaltando onde e como são representados os paradoxos da vida moderna:

Mas a convivência do moderno com a tradição existe, está registrada nas páginas dos jornais e das revistas, nas propagandas, nas diversões que surgem marcadas pela presença da técnica que anuncia os primórdios da cultura de massas, nas discussões intelectuais, até mesmo na maneira ambígua de compreender e aceitar o progresso como uma conquista. (REZENDE, 1997: 58)

O autor vai mostrar que tanto Recife como as capitais européias se mostraram sensíveis à modernidade, em velocidades distintas; conseqüentemente, num ritmo também distinto. O que farão alguns historiadores paraibanos ao falar sobre cidades e sobre Campina Grande, destacando o ponto de discussão entre modernidade e modernização, das mudanças que serão apresentadas por essa produção historiográfica local, seguindo vertentes teóricas distintas na busca de conclusões que se interligam, da cidade, da representação sobre ela e dos seus habitantes.

Esse processo de construção de uma cidade moderna, só poderia se efetivar quando o velho desse lugar ao novo. Assim, casarões coloniais e ruas sem alinhamento foram alguns dos principais alvos. Esse intuito de civilizar, entretanto, não se restringiu apenas à estrutura física das velhas cidades, suas construções e suas ruas, mas fez-se presente também no cotidiano e nos corpos das pessoas, especialmente dos populares, pois hábitos e costumes do cotidiano do povo também passaram a ser vistos e ditos negativamente sob a óptica do discurso do progresso. (AGRA, 2006: 47-48)

Estes hábitos e costumes cotidianos nos guiarão no desenrolar da nossa narrativa, ao compararmos e muitas vezes confrontarmos o ideário de progresso apresentado pela elite letrada e pelas políticas públicas, obedecendo ao contexto da época, com o que as pessoas estavam fazendo ao circular pela cidade, ao inventar modos de trabalhar e de viver na Campina “progressista” dos anos de 1970 a 1996.

Ainda no que compete à busca por um aporte historiográfico sobre Campina, Giscard Farias Agra (2006) vai definir como mote para contar sua versão sobre o processo de modernização em Campina Grande do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX o discurso de modernidade, no século XIX, e das doenças como empecilhos ao tão desejado progresso. O recorte temporal será tomado de início com referência na “grande seca” de 1877, o que vai levar ao aumento populacional da cidade, com migrantes de vários lugares da região e de outros estados, levando ao crescimento econômico e, também, ao entrave do progresso.

Agra adentra pela abordagem cultural e aponta a contribuição da Escola dos Annales por permitir um leque de opções de objetos a serem pesquisados e problematizados pelos historiadores, dentre eles o corpo e as práticas médicas (contribuição de Michel Foucault), em que a ciência na figura do médico representaria o

progresso e as práticas de cura partindo dos populares, que representaria o atraso. Pela perspectiva cultural, será possibilitado ao autor apontar as mudanças produzidas pelo sentido de modernidade, mudando as sensibilidades dos campinenses, “alterando as formas de significar o cotidiano urbano”. (AGRA, 2006: 28)

O autor dialoga com distintas correntes teóricas, pois que seu objeto abarca tanto olhares da História Cultural, enfocando as sensibilidades, como o pós-estruturalista com a disciplinarização dos corpos e pelo viés Social no que toca à população campinense que não cumprisse com as normas de higiene e saneamento exigidos no período, fazendo com que boa parte da população pobre da cidade fosse prejudicada duas vezes: uma pela falta de estrutura e assistência adequadas e outra pelos discursos de jornalistas que vão nomeá-los como “classes perigosas”²¹ e um empecilho ao progresso, o que vai levar, indistintamente, aos conflitos urbanos.

Giscard Farias Agra (2010), seguindo na mesma perspectiva em mostrar as contradições no processo de modernização na cidade de Campina Grande, vai produzir outra obra que trará como questão chave o processo de pasteurização do leite e da obrigatoriedade do seu consumo pela população campinense, o que vai gerar desentendimentos tanto entre membros da elite, médicos e jornalistas, como aborrecimentos por parte da população “desobediente”, que de formas astuciosas, conseguirão driblar estas normas.

“A Modernidade aos Goles” parte de uma situação aparentemente insignificante aos olhos de muitos, mas que vai ganhar significado ao ser enlaçada por diversos fatores que estarão interligados, dando sustentação ao objetivo proposto pelo autor, contar sobre a regulamentação do leite pasteurizado em Campina Grande, em 1935. Agra desenvolve sua obra em torno do pensamento que pairava na época do recorte apresentado, de 1904 a 1935 e dos projetos de modernizar e civilizar a cidade e seus moradores, amparado pelo discurso médico, possibilitando ações de progresso que se materializaram com as reformas urbanas implantadas por Vergniaud Wanderley na sua primeira gestão à frente da Prefeitura, de 1935 a 1937.

A experiência de modernização em Campina Grande é também mostrada por Gervácio Batista Aranha (2005), ao resgatar o estudo da cidade entre o final do século

²¹ Conceito trazido da obra da historiadora Maria Stella Bresciani, *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

XIX e início do século XX (1880-1925) ressaltando as peculiaridades do viver e sentir a modernidade na Parahyba do Norte²². Estas peculiaridades são logo ressaltadas pelo historiador para evitar comparações de ritmo social na Paraíba do período com as experiências modernas marcadas pelo ritmo frenético das capitais européias oitocentistas.

Aranha faz uma comparação com as experiências de modernidade em Londres e Paris, com base em literatos, sociólogos e cronistas do urbano que vivenciaram tais experiências e alguns as retrataram de forma negativa: Baudelaire, Benjamin, Victor Hugo, Engels, Simmel, mostrando os problemas sociais gerados em decorrência do desejo de viver no progresso, de forma civilizada. O autor vai comparar tais experiências com as vivenciadas num contexto mais próximo ao seu recorte espacial e temporal, o estado da Paraíba e de cidades como Recife, em que vai questionar o que leva a capital pernambucana a tornar-se uma referência em termos de modernidade urbana no espaço regional localizado (ARANHA, 2005).

A instalação de luz elétrica e da água encanada que chega às casas, ou deveria chegar, são alguns dos elementos que Aranha (2005) define como equipamentos modernos do conforto e que no decorrer dos anos, desde a implantação de tais equipamentos²³ até o recorte temporal da nossa pesquisa, denuncia-se a falta de tais bens tidos como modernos. É como se o tempo se repetisse e os problemas advindos com essa modernização no início do século XX permanecessem em décadas posteriores.

Para Arrais (2008) ao pesquisar a cidade de Natal entre as décadas de 1900 e 1930, as experiências modernas foram mais (ou melhor) sentidas pelas elites. O autor nos mostra que esse novo trazido pela modernidade será sentido com maior intensidade pelas elites, deixando a par, por questões metodológicas, os sujeitos indesejados, não querendo dizer com isso que tais sujeitos também não desejassem ou não a possuíssem, de tal forma que suas vontades se chocavam com as da elite. A imprensa serve como ponto de análise, com o jornal "A República", como redatores literatos, na sua maioria bacharéis de Direito, o que demonstra que não havia distinção entre literatura e política, e como pelo próprio título do jornal situa a pesquisa dentro de um contexto político de

²² Assim era chamada a capital João Pessoa na época retratada pelo autor.

²³ "As primeiras experiências com energia elétrica na Paraíba remontam ao ano de 1912, em Itabaiana e na capital do estado em 9 e 15 de março, respectivamente.(...) Em 1916, mais três localidades interioranas contam com tal equipamento que representa progresso e embelezamento: Sapé, Bananeiras e Guarabira. Em Campina Grande só a partir dos anos 1920." ARANHA (2005)

mudança de regime monárquico para o republicano. O desejo de letrados e elite era mudar a forma da cidade, alterando suas ruas, construindo novos espaços; mudando as pessoas, nos seus modos de ser, nas suas formas de se comportar e se divertir nas ruas, nas praças, nos jardins públicos, no teatro.

Estes sujeitos indesejados que Arrais deixou de lado por questões metodológicas nos servirão para mostrar que ser cidadão é ser moderno e compartilhar, direta ou indiretamente, das experiências modernas e de modernização, mas representando poder aos que podem contar ou usufruir de elementos e objetos que produzam a sensação de estar à frente do seu tempo – seu próprio tempo. Satisfação ao ser influenciado e seduzido pelos encantos do moderno; encantos estes que tanto Rezende, no texto em questão, como da sedução do “Imaginário da cidade” para Certeau, nos é dado como representação. Transformação de si, dos outros e do meio.

Apoiando-nos no que políticos e jornalistas escreviam, conseguimos captar as práticas dos campinenses que iam de encontro ao ideário de cidade moderna e se comportavam de forma contrária ao que se pretendia – os vendedores ambulantes, ainda mais quando estes tomavam as principais ruas do centro da cidade, como a Cardoso Vieira e a Maciel Pinheiro, para contrastar com as lojas modernas que ali se instalavam;

Camelôs que negociam em outros locais da cidade estão invadindo as ruas Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira, principais artérias comerciais, aumentando em grandes proporções o problema para os pedestres, por causa das invasões as calçadas. (DB, 11.11.1975)

Através dos discursos nos jornais e periódicos que configuram o cenário de Campina da década de 1970, discursos voltados ao desenvolvimento industrial e ao progresso campinense, numa mudança que ficou marcada, como falamos de início, depois da decadência do comércio algodoeiro, o “ouro branco” que tanta riqueza trouxe para alguns de seus habitantes, trazendo também os problemas que viriam a surgir no decorrer dos anos. As ruas por nós mostradas como principais artérias da cidade, antes ocupadas por feirantes e negociantes de algodão, já não mais permitiam aos ambulantes comercializar ali, pois estariam obstruindo a passagem de pedestres e atrapalhando o comércio das lojas e vitrines modernas. A presença das barracas nas principais ruas de Campina não mais condizia com a cidade que não pretendia manter para sempre ares de “pitoresco agreste” nos dizeres de Cristino Pimentel.

A ideia de novidade talvez não mais pudesse ser usada aqui, associada aos conceitos de modernidade e modernização;

O novo está, por definição, destinado a se transformar no seu contrário, no não-novo, no obsoleto, e o moderno, conseqüentemente, designa um espaço de atualidade cada vez mais restrito. [ou curto] (GAGNEBIN, 1997: 143)

O caráter paradoxal caracteriza as obras de Baudelaire, segundo Gagnebin, em que o novo é palavra constante para demonstrar a relação entre novo e velho, separados por um tempo muito curto, diríamos que no tempo do olhar. O novo, ao ser visto já não é mais novo e num curto espaço de tempo, torna-se obsoleto. Para tanto, o artista (o poeta, pintor) deve buscar uma renovação constante do “olhar”, ver o homem na multidão, no seu vai e vem cotidiano e buscar “uma dissolução da particularidade na universalidade alheia.” (GAGNEBIN, 1997: 145)

Quando falamos destes desejos em tornar a cidade moderna e trazemos esta análise para o período que aqui tratamos, não podemos afirmar que estavam, os campinenses, vivendo a modernidade, como insistem em dizer os jornalistas e escritores em suas publicações matinais, “a modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo”. (LATOURE, 1994)

Essa modernidade, assim como o processo de modernização já passou, aconteceu em períodos bem anteriores, no final do século XIX e início do século XX com a vinda dos equipamentos e aparatos técnicos que possibilitaram o ar de moderno. O que trataremos agora será do desenvolvimento e progresso econômico em Campina Grande. Mas a ideia de modernidade insiste em permanecer e se fazer presente, assim como as disputas travadas entre atraso e avanço; tradição e modernidade, desejo e realidade. Dualidades que necessitam uma da outra para fazer sentido.

Estes trabalhos citados acima nos são úteis no sentido de que apontam como ponto convergente à nossa abordagem os conceitos de modernidade e modernização e de como trataremos esse processo de novos discursos progressistas para a Campina de quatro décadas depois, fazendo com que reflitamos sobre estes conceitos e do seu uso ao mostrarmos que tais práticas e contradições urbanas, que persistem ao longo do tempo, nos permitam apontar para outro caminho que não mais do uso do conceito de

modernização, sendo agora apresentado o sentido de desenvolvimento e progresso econômicos.

Da modernização ao progresso à distância

O desejo de mudar o comportamento das pessoas, aliado ao ideal de crescimento econômico e desenvolvimento industrial da cidade se fez presente também na vontade dos jornalistas e políticos campinenses. Um ideal que se explicaria perfeitamente com uma cidade desenvolvida, apresentando crescimento no setor industrial e, conseqüentemente, econômico, de forte expressão não só no Estado da Paraíba, como no Brasil, aliada à população disciplinada, educada, aos moldes do que se exigia de um cidadão moderno. Foi o que tentou fazer o interventor Luiz Motta Filho ao recorrer ao presidente Médici, “salientando o papel que Campina Grande desempenha como município líder de uma vasta região, no desenvolvimento *global* do Nordeste” (D.B – 5.9.1971, ano I, nº1) que transformou Campina na “primeira cidade do interior do Brasil a sediar uma Federação das Indústrias”.²⁴

Redesenha-se uma nova Campina, com base no desenvolvimento industrial a partir de políticas e projetos públicos, tanto da esfera estadual quando da federal, num processo que marca o desenvolvimento das regiões do país. Em Campina Grande, esse quadro compõe um cenário de investimentos que teve início em 1966, com incentivos da SUDENE no processo de industrialização tendo por base os produtos e “matérias primas como as argilas, calcários, amianto, sisal, algodão ou bagaço de cana de açúcar, para fabricação de celulose de fibra curta”. (O SOL, jan/fev. 1985: 44)

Os feitos dos governadores em exercício, tratando-se aqui do governo de Ernani Sátiro (1971-1975), têm como lema o progresso do estado da Paraíba e de suas principais cidades, contando com apoio de órgãos federais, como a Sudene, para execução de obras de esgotos sanitários nas cidades de Patos, Campina Grande, João Pessoa e Guarabira e lançando seu discurso de governo com feitos que ficarão para a posteridade, voltados para o futuro e não apenas no presente, para que todos possam lembrá-lo, mesmo com o passar dos anos;

²⁴ SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Por uma vida menos infame In: *Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer*. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (org.) João Pessoa, Ideia, 2011. p. 93.

Pois intensivamente nesses 1.444 dias que hoje completa o seu governo, todos os esforços possíveis foram concentrados numa administração inteiramente voltada para Campina Grande e suas realizações. É lógico, porém concebível, que ainda surja alguém para dizer que poucos foram os esforços do governo Ernani Sátyro destinados a Campina. Mas para esses existem as obras do futuro. Aquelas que serão verdadeiro sinfronismo e que predominarão em todas as épocas, como algo de imortal feito por quem realmente pensou em Campina Grande. (D.B - 28.02.1975) (*grifos nossos*)

Alguns campinenses podiam não se sentir modernos, mas os letrados e jornalistas do Diário da Borborema inseriam todos os campinenses nos seus desejos de Campina Grande moderna;

É com mais profundo regozijo que saúdo, na oportunidade, todos os meus conterrâneos, sem distinção de cores ou categorias sociais, conclamando-os a que juntos possamos trabalhar pela crescente grandeza de Campina Grande e pelo seu irreversível desenvolvimento. (J.P - 11.10.1974) (*grifo nosso*)

O prefeito Evaldo Cruz (1973-1977), durante sua administração, em 1974, passou a investir na urbanização da cidade através de projetos como o CURA – Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada²⁵, com reformas de ruas, praças e logradouros, ajardinamento e embelezamento de Campina. Algo que apontasse para o visual, a estética da cidade. Na comemoração do seu 110º aniversário, na nota de agradecimento dirigida ao povo campinense, Evaldo diz:

Desenvolvendo-se e transformando-se (sic) na sua fisionomia urbanística, nas suas estruturas econômicas e culturais, com a ampliação e modernização do seu comércio e do seu parque industrial com a sua Universidade e os seus institutos de arte dando nova dimensão na formação intelectual da juventude. Campina Grande chega aos 110 anos de emancipação política numa evidente demonstração da operosidade do seu povo, de cuja capacidade de trabalho surgiu esta cidade monumental, exemplo de esforço e dinamismo da gente nordestina, em plena região tropical. (*grifo nosso*)

²⁵ O projeto urbanístico CURA foi proposto tomando-se como base o PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado, elaborado em 1972 e que passou por um processo de atualização pela Comdeca - Companhia Pró- Desenvolvimento de Campina Grande, como nos mostra o artigo das sociólogas Maria Jackeline F. Carvalho e Jovanka B. Scocuglia: *Políticas Urbanas e Planejamento em Campina Grande-PB (1970-2005)*, Disponível em http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/pdf/NOVOS_DICURSOS_VELHOS_PROBLEMAS.pdf. Último acesso em 16/10/2011.

O prefeito Evaldo Cruz, em seu pronunciamento, acaba reproduzindo o discurso da Campina Grande “capital do trabalho”, em que todos os trabalhadores e campinenses aqui se inserem, sem distinção de cor ou classe social. A “gente nordestina”, que trabalha de sol a sol para manter a cidade em constante desenvolvimento. De acordo com o prefeito, o esforço não cabe somente às autoridades públicas e políticas, e sim ao povo campinense, este que merece o reconhecimento por ter e fazer a cidade tão sonhada por políticos e letrados.

No âmbito acadêmico, a cidade passa a ser estudada a partir da década de 1960, por antropólogos e sociólogos que vão pensar o social como um conjunto de problemas desencadeados nos grandes e pequenos centros urbanos. Porém, na prática, os projetos voltados à questão urbana permanecem firmes na tentativa de ordenar e homogeneizar a cidade, atendendo as mudanças no plano econômico com um suposto crescimento industrial. A cidade é pensada e reordenada para tais fins: instalação de indústrias e atrativo de investimentos. Temos, nesse contexto das décadas de 1970 e 1980 o ideário que embasa o discurso técnico urbanístico.²⁶

Mas a garantia de um retorno favorável aos desejos dos seus elaboradores por parte da população nem sempre correspondia às expectativas. Ao menos é o que nos dizem os jornais²⁷, já que este é o que proporciona o “encontro com os leitores, com a cidade, com o Estado”. Um código de postura sancionado por Luiz Motta Filho implantado por lei nº 41/72 – IF, de 12 de julho de 1972, dizia dos cuidados com *higiene pública, higiene das habitações, higiene dos alimentos, divertimentos públicos, trânsito público, aspectos referentes aos animais, cães, insetos nocivos*, em que a secretaria de serviços urbanos deveria tomar as devidas medidas para este controle e evitar acidentes (DB, 4.1.84); *empachamento das vias públicas*, como do incêndio que ocorreu no edifício Palomo, em que o corpo de bombeiros teve dificuldade de acesso por causa do calçamento que, segundo o colunista do Diário da Borborema, atrapalhou a ação dos bombeiros (DB, 23.8.84); *inflamáveis e explosivos*, com as barracas de fogos

²⁶ Os discursos que pregam o desenvolvimento industrial na Campina Grande da década de 1970 presentes no Jornal da Paraíba podem ser encontrados em colunas como a escrita por Sebastião Silveira – Paraíba em Desenvolvimento In: Jornal da Paraíba, 02/04/1972. Ainda nesta, podemos encontrar notas sobre pavimentação e ajardinamento do centro da cidade, além da instalação de indústrias. Op.cit. 04/04/1972.

²⁷ LOPES, Stênio. *Reencontro com a imprensa* In: Jornal da Paraíba. Campina Grande, 05/09/1971.

nas ruas centrais da cidade²⁸; *preservação de jardins, exploração de pedreiras e olarias, anúncios e cartazes em vias públicas, muros, comícios ambulantes etc.*

O código de postura trazia as proibições que destacamos em itálico dando apenas alguns dos muitos exemplos que as páginas dos jornais nos trazem do descumprimento de tais leis e nos permitindo reconfigurar a cidade a partir de cada ponto do código de postura, mostrando que as pessoas resistiam, burlavam e astutamente traçavam brechas pelas quais saíam fugidias ao continuar vendendo o “leite cru” em carroças pela cidade, em montar suas barracas de fogos e expor seus balaies de frutas e verduras para a venda de forma inadequada, além de outros exemplos, que seguimos no encaixe destas brechas; seguimos os rastros que nos foram deixados²⁹ pelos discursos dos jornais, fazendo-nos pensar tanto na ideia de modernização e desenvolvimento da cidade como dos problemas que essa modernização e esse desenvolvimento traziam.

É esta cidade com a qual em alguns momentos nos deparamos nas análises feitas por pesquisadores da Campina Grande de décadas anteriores, e a que fazemos, quando que, o problema que se instaurava era a questão higiênica, de mudanças de hábitos e costumes para que as pessoas se enquadrassem num meio moderno, caracterizado pela chegada de equipamentos como energia elétrica, água encanada, leite pasteurizado e reformas de vias e lugares públicos.

Uma matéria publicada no Diário da Borborema, ganha destaque na capa do jornal, que caracteriza bem estes problemas juntos e da tentativa de mudar os hábitos dos campinenses. Diz respeito ao consumo do leite *in natura*, vendido pelas ruas da cidade;

²⁸ Jornal da Paraíba, Campina Grande 17/02/1972 e 26/11/1975; e Diário da Borborema 14/11/75.

²⁹ Aqui nos valem do método indiciário de Carlo Ginzburg (1991) para nos guiar com relação ao tratamento das fontes, seguindo indícios que nos levam a outras fontes. Por exemplo, a fonte que utilizamos para dar o pontapé inicial à nossa pesquisa foi o jornal, que nos trazia informações fragmentadas do nosso objeto por se tratar da “enciclopédia do cotidiano”, então partimos para outros periódicos, jornais sindicais, revistas sobre o Nordeste e a Paraíba e os depoimentos orais que também foram nos auxiliando.



FOTO 1: Diário da Borborema (publicada em agosto de 1984)

O leite 'in natura' é vendido abertamente nas ruas de Campina Grande, apesar de proibido por lei. O consumo do leite cru é altamente perigoso à saúde, pela existência de bactérias e falta de higiene.

Nos bairros e até no centro da cidade, observa-se diariamente o comércio do leite 'in natura' em grande escala. A sua comercialização é proibida pelo decreto lei 923 onde houver indústria de pasteurização.

ESTERILIZAÇÃO

Segundo o professor Aluizio de Aquino Andrade o consumo do leite cru pode acarretar até problemas de esterilidade na mulher e aborto no caso de gestante. (D.B – 17.08.1984) (*grifos nossos*)

Ao mostrarmos a imagem que acompanha a matéria aqui no texto, podemos analisá-la para que entendamos o que ela nos fala, representada por uma carroça de tração animal com um senhor e duas crianças em cima, vendendo o leite pelo centro da cidade em vasilhames de alumínio comumente utilizados para a venda do produto. Esta imagem apresenta um texto próprio, que é transmitida pelo jornalista ao associá-la ao que estava sendo publicado, estando implícita, no texto e no imaginário do jornalista e leitores desse jornal, a mensagem de que, contrastando com a cidade desenvolvida, em cujas ruas transitam automóveis, há uma Campina de práticas tidas como símbolo de atraso, de modos rudes do homem rural.

A partir da matéria mostrada, podemos demonstrar que a cidade dita moderna pelos letrados, acabava por se contradizer no que eles mesmos escreviam, apresentando justamente o contrário com a prática descrita, que trata a questão da higiene pública, da

desobediência ao código de postura do município, do elemento modernizador caracterizado pela indústria de pasteurização e, por fim, do momento em que recorre ao discurso científico para se contrapor às práticas populares, ao consultar um professor para explicar as conseqüências que o consumo do leite provocava, especialmente nas mulheres.

É a contradição que permanece entre velhos e novos costumes e práticas, tanto por parte dos populares que driblam as leis, como pela elite letrada, jornalistas e autoridades públicas que tentavam impor e fazer valer seus desejos de ver a cidade progredir sem sujeiras e sem problemas.

A mudança de hábitos de consumo, aliados ao plano político vivenciado pela população não só campinense, mas em todo o país, do período do regime militar e de sua decadência nos anos oitenta obedecia a um ritmo acelerado de transformações, que foram provocando mudanças também no cenário econômico e social, na decadência do setor industrial e comercial, no aumento desordenado do número de pessoas desempregadas.

Para fortalecermos o nosso argumento de que estava havendo uma crise no setor industrial e comercial, especialmente na década de 1980, recorreremos à matéria publicada pelo Diário da Borborema, no dia 17 de setembro de 1987, que aponta falência e crise no comércio:

Quem chega a Campina Grande para fazer compras, está longe de imaginar que o comércio desta cidade esteja em crise. A primeira impressão transmitida ao visitante é a de uma cidade com intensa atividade comercial, refletida no vai-e-vem de caminhões descarregando mercadorias.

A dolorosa realidade da crise na qual vem mergulhando o setor comercial campinense pode ser aferida nos sessenta e cinco pedidos de falência em empresas locais, em tramitação no cartório da 4ª vara cível, da Comarca onde também não é pequeno o número de pedidos de concordata. (...)

Entre as firmas em situação de falência estão algumas indústrias, mas no comércio está o cerne de toda a crise, envolvendo os mais diversos ramos da atividade, como tecidos, confecções, material elétrico, material de construção, tipografia, revenda de pneus, cerealistas, produtos farmacêuticos, móveis, esquadrias de alumínio e gráfica. (D.B – 17.09.1987)

Estas questões que citamos compõem um cenário de dificuldades que podemos detectar a partir das representações discursivas presentes nos jornais, na citação anterior, como da campanha que se pretendeu lançar na tentativa de reanimar a população e os setores políticos e econômicos, como prova desse desejo em ver a cidade crescer e aparecer novamente; no desejo de ter novamente a *Campina Grande*. *A Campina te quero grande!*³⁰

Fechamento de quase todas as unidades fabris de nosso Distrito Industrial, comércio estagnado e em crise, arrocho fiscal, URNE em caótica situação, o tradicional Campinense Clube (das antigas elites) tendo seu patrimônio penhorado pela justiça, são algumas das tristes imagens do cotidiano de uma cidade que já teve o título de Capital do Interior do Nordeste. (DB, 4/4/84)

Trata-se de uma campanha que foi lançada através do Diário da Borborema como um clamor, para que a população, todos os seus segmentos se mobilizasse e fizesse retornar a Campina de outros tempos.

No setor industrial, Campina sofreu uma queda na produção e nos investimentos, tendo algumas empresas fechado as portas e demitido muita gente, como o caso da indústria de fogões Wallig. Porém, “para os acomodados que dizem que a Wallig não é viável, mesmo fechada desde 1979, esta continua sendo procurada para encomendas por diferentes países que lhes enviam cartas com propostas de encomendas (D.B, *Binóculo*, 14.9.84). Boatos levam mil pessoas à Wallig, dizendo que esta iria readmitir os empregados, levando muitas pessoas a passarem horas na fila, algumas até dormirem no local, na esperança de conseguir de volta seus empregos.³¹ A notícia mal fundada gera, ao mesmo tempo, esperança e desespero àqueles que procuram por emprego, muitos há dois anos desempregados e com famílias para sustentar.

As esperanças são agora depositadas no ano de 1984. O anseio ao retorno da política democrática com eleições diretas no Brasil e o fim do período ditatorial fazia com que os dirigentes políticos, assim como a elite letrada, jornalistas como Carlos Rocha (D.B- 17.04.1984) lançassem e deixassem transparecer seus desejos nas matérias que publicavam.

³⁰ Coluna *BINÓCULO*. Diário da Borborema, Campina Grande. 04 de abril de 1984.

³¹ *Desemprego*. Diário da Borborema, Campina Grande. 11 de janeiro de 1984.

Este mês de abril marca a passagem dos dois mais importantes acontecimentos políticos após as eleições para governador de 1982, quais sejam, o envio e a aprovação ou rejeição pelo Congresso Nacional, em duas reuniões que serão realizadas em datas diferentes, este mês, das duas emendas propondo eleições diretas, uma defendendo a realização do pleito já este ano, a do deputado matogrossense Dante de Oliveira, e a outra do governo adiando para depois que for eleito pela via indireta o sucessor do presidente Figueiredo.

Esperava-se por uma posição política no país que trouxesse novidades, que provocasse um novo ritmo à economia e à sociedade brasileira e campinense, já que:

Fora esses dois acontecimentos, isto é, das duas propostas pró-diretas, o ano político de 1984 se arrastará sem nenhuma novidade aparente. Em outros setores pode ser que ocorra algo de novo como, por exemplo, a consolidação dos primeiros sinais de recuperação econômica do país registrados nas duas últimas semanas e quem chegam a indústria e ao comércio numa hora em que muita gente não acreditava que ocorresse neste primeiro semestre. (D.B- 17.04.1984)

Nos dizeres do colunista do Diário da Borborema, o ano de 1984 ficaria conhecido e marcado na história do Brasil como um ano decisivo, “ano primeiro do reinício da caminhada do Brasil como nação livre”. Com esta análise e esta relação dos veículos de comunicação, tanto da cidade de Campina Grande como do Brasil, encontrava-se regulada pela censura dos veículos de comunicação³². Talvez seja por isso que encontramos publicados no Diário da Borborema, discursos voltados ao que pretendia a esfera federal, de desenvolvimento e crescimento em todas as regiões do país, inclusive o estado da Paraíba.

Visitamos alguns periódicos que de início não tomamos com tanta prioridade, sabendo que eles se dirigiam a determinadas classes sociais e econômicas do país, mas que foram se mostrando interessantes e nos possibilitando ligações com as fontes que tínhamos em mãos. Tratam-se de exemplares do periódico *Veja*³³. E visitando os exemplares correspondentes às décadas de 1970 e 1980, encontramos citado com certa frequência o nome do estado da Paraíba, dentro do quadro que apresentamos no período, da ditadura militar e da criação de órgãos voltados a resolver o problema das

³² Idem: 22 de abril de 1984.

³³ O acervo pode ser consultado através do site <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Último acesso em 11 de agosto de 2011.

secas nos estados nordestinos, com a SUDENE, e do financiamento de projetos de recuperação e desenvolvimentos regionais, CURA, anteriormente citado.

Vimos a possibilidade de citarmos estas matérias veiculadas nacionalmente, indo parar nas mãos de uma elite leitora e consumidora deste periódico, e fazendo leitura de nossas fontes, em especial, do jornal Diário da Borborema, este apontará semelhanças quanto a diagramação³⁴, em que as suas capas trarão notícias nacionais e internacionais, passando no corpo das páginas, para notícias regionais e sobre Campina Grande e demais cidades paraibanas.

Não vemos tais notícias publicadas na revista *Veja* sobre a Paraíba como a verdade ou uma versão confiável dos fatos, mas as vemos como representações diferenciadas sobre o mesmo fato ou o mesmo ponto em questão, que parte de um tipo de discurso que se dirige a determinado público leitor que, provavelmente não será àquele composto pelos vendedores ambulantes de Campina Grande. O estado da Paraíba nas décadas de 1970 e 1980, tendo veiculadas também e que nos servirão de aporte para contextualizarmos essas décadas marcadas pelas mudanças no âmbito político nacional, em que estaremos fazendo referência à ditadura militar e ao olhar que o periódico *Veja* lança sobre estas questões, Nordeste e Regime Militar³⁵.

No período de ditadura militar (1964 –1985), grande número de periódicos entrará em circulação, tanto na condição de difusores de propaganda política favorável ao regime ou como espaço que apresenta formas sutis de contestação e resistência. (PINSKY, 2010; p.129)

Estes periódicos estão estruturados de forma cartesiana, onde as matérias publicadas buscavam uma visão totalizante do que acontecia não só no Brasil, mas no mundo todo. Essa ideia de totalidade chegou a nós através da diagramação do Diário da Borborema, como dissemos no início, em que as notícias partiam do internacional para o nacional e daí para o regional e local. As notícias vinham de fora para dentro, causando um efeito de totalidade, de um todo em que a Paraíba estaria inserida.

³⁴ MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido*. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

³⁵ VEJA. *Os militares: teoria e prática do poder*. Edição 82. 01.04.1970: pp 20-25

Na edição da revista de número 86, intitulada “*O Nordeste em debate: a mesma paisagem de seca há três séculos*” discorrerá a respeito das questões relacionadas às secas na região Nordeste, como segue a matéria:

Os telegramas aflitos de prefeitos a governadores do Nordeste descrevem a mesma paisagem de séculos atrás. “Peço urgente providências calamidade este município provocada falta chuvas”, clama do alto sertão paraibano o prefeito de Sousa. “Informo a V. Ex.^a que a cidade de Coremas se encontra invadida por agricultores”, comunica outro prefeito da Paraíba. “Acaba de chegar esta cidade caravana sacos-secos”, telegrafa o de Pedra Lavrada, referindo-se a gente do campo que invade as cidades com sacos vazios que serão enchidos - por bem ou à força - de alimentos. Nos três primeiros dias da semana passada, quase todas as cidades do sertão da Paraíba tinham grupos de duzentos, trezentos e até mais lavradores famintos exigindo comida e trabalho.

No sertão da Paraíba, o editor-assistente Carmo Chagas encontrou um quadro semelhante: “Novecentos homens e mulheres invadiram Patos na segunda-feira. Às pressas, políticos locais -- haverá eleições para deputado este ano -- conseguiram comida no comércio e deslocaram a massa para o campo de futebol. Evitou-se o saque ao armazém da Cobal -- Companhia brasileira de alimentos. Em Pombal, também na segunda, seiscentos homens foram contidos pelo tenente que comanda. Enfim, várias invasões de pessoas famintas aconteceram nas cidades do sertão paraibano nesse período da seca de 70.

O governador da Paraíba no período, João Agripino, falou ao conselho da SUDENE, “45 minutos de voz pausada, baixa, decidida. Discordou de que as notícias fôssem fruto de um estado emocional. Pôs em dúvida a precisão das previsões da SUDENE, “ a SUDENE não tem pluviômetros em todos os municípios e eu duvido do pluviômetro. Pode chover abundantemente em um município e não cair uma gota no município vizinho. As notícias que eu trouxe não são falsas. E encerrou sua fala dizendo: “Nós não podemos sair desta reunião sem uma conclusão.” (VEJA, 29.04.1970)

Essa matéria que ora citamos com exemplo de muitas outras que seriam veiculadas, nos serve de referência daquilo que se noticiava em outras camadas sociais a respeito da situação econômica e social da Paraíba, incluindo Campina Grande, como forma de demonstrarmos que as representações a respeito da cidade não se limitavam apenas às fontes analisadas por nós, no âmbito local. Também apontamos para que se

tenha uma visão a respeito das questões políticas que pautavam o cenário nacional e o cenário campinense.

Como em muitas das renovações no campo da História aliada a outras áreas, “a renovação no estudo da história política não poderia dispensar a imprensa, que registra cotidianamente as disputas pelo poder”. (PINSKY, 2010; p.128) As mudanças e anseios no âmbito político nacional refletem nas condições econômicas e sociais da cidade de Campina Grande, com o aumento do desemprego e do fechamento de distritos fabris que antes abrigava boa parte da mão de obra que se encontrava desempregada, como apontamos em passagens anteriores.

A intenção de resolver os problemas da cidade, problemas reduzidos a questões técnicas, portanto disciplinares, o que é confrontado com os múltiplos saberes e com as práticas que vão além do concreto, além da “cidade tijolo”, possibilita-nos representar outra cidade, a cidade sujeito e sua subjetivação. Ao pensá-la como representação de um real possível e que nos é dada a ler através dos discursos dos jornais, desenvolvemos uma nova sensibilidade, pois que “nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo” (BRESCIANI, 2002:30). Campina Grande como palco de espetáculos não ensaiados, que são improvisados no cotidiano por atores anônimos, representando o que vivenciam e vivenciando o representado.

Apontamos as questões referentes ao processo de modernização em Campina Grande para mostrarmos em que situações as contradições deste discurso modernizante apareciam. Ao transformar o cenário urbano num aglomerado de pessoas e produtos, os conflitos e os problemas começavam a aparecer no dia a dia e o desejo em ver a cidade ordenada e desenvolvida social e economicamente ficava cada vez mais distante, ao menos para alguns.

Dentro desse contexto de exaltação do desenvolvimento de Campina, contando com auxílio dos setores industriais e forças políticas, investimentos da SUDENE, dentre outros, fazendo parte desta mesma realidade, teremos as pessoas desempregadas, as que buscam por condições dignas de habitação, as que desenham a cidade indesejada, que se faz leitura enquanto discurso publicado no jornal por intelectuais e jornalistas que compactuam do sentimento de mudança e de crescimento, que muito foi buscado para

retratar a *Campina* como *Grande*, desenvolvida, bela, capital do trabalho. Como se apresentavam os populares em meio a tanto desenvolvimento?

Capítulo II

Campina Grande e as práticas espaciais: Trabalhar, Circular e Resistir

Fazendo uma relação entre o espaço habitado com as práticas nas ruas centrais de Campina Grande nos apropriamos de alguns conceitos da obra de Michel de Certeau, Pierre Mayol e Luci Giard (1997) em que as relações e sociabilidades se condensarão pelo que se define de conveniência, um contrato que se impõe de forma invisível, inventado pelos moradores de um bairro, que na sua cotidianidade passa a desenvolver uma linguagem própria de identificação, reconhecimento que são captados pelos meios de sociabilidades, e aplicamos às ações dos vendedores ambulantes no centro comercial de Campina Grande.

Segundo Sandra Jatahy Pesavento (2007), em “História, Memória e Centralidade urbana”³⁶, o centro da cidade é formado por três elementos básicos. O primeiro por elementos estruturais, no traçado e organização dos espaços que se revelam por sua materialidade. Segundo, da apropriação deste espaço no tempo, construindo a experiência do vivido e transformando este em território onde se manifestam as relações de sociabilidade e, por último, a carga imaginária de significados portador do simbólico e das sensibilidades.

O conceito do centro da cidade apresentado por Pesavento cabe ser citado, uma vez que nossa pesquisa, ao utilizar os jornais, as matérias em sua grande maioria faz referência ao centro da cidade como um lugar moderno, onde as principais ruas, Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e Cardoso Vieira se mostram modernas, cartões postais do desenvolvimento econômico da cidade. Pouco, ou quase nada se fala nos jornais a respeito dos bairros mais afastados como lugares modernos que servissem de modelo de civilidade. Ou, quando citados, é feita uma comparação negativa, como na matéria que traz o título: “*No centro a mesma coisa*”;

³⁶ Texto da autora publicado na revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos. História cultural do Brasil. Dossiê coordenado por Pesavento. 2007. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/3212> Acessado em 02.01.2012.

Realmente, quando se fala no problema do lixo, cita-se apenas o panorama dos bairros. É bom que se veja que as montanhas de lixos também presentes no centro da cidade. Só um exemplo: no cruzamento das ruas Irineu Joffily e Tiradentes, semana passada, o Departamento de Limpeza Urbana retirou uma montanha de lixo, localizada junto a um muro ali existente. Mas não houve jeito. O povo já começa a amontoar lixo no mesmo local, ali não importa se é centro ou subúrbio. (D.B- calçadão, 03.02.1980) (*grifo nosso*)

O jornalista se refere ao centro da cidade como um lugar que não admite conviver com determinados tipos de práticas que, pelo que dá a entender através do que escreve, seriam comuns nos bairros mais afastados do centro. Ao reclamar do lixo jogado nas ruas centrais, mostra o quanto esse centro é um lugar importante para ele. Um lugar que exige ordem, limpeza, ares de cidade econômica e socialmente desenvolvida, que não permite às pessoas que se comportem de tal forma, jogando lixo nas ruas, “não importando se é centro ou subúrbio”.

Pesavento dirá que o centro da cidade funciona como um laboratório que vai definir padrões, em que uma elite letrada vai ditar as normas de comportamento dos seus usuários e reprimir, através dos seus discursos, àqueles que causam a desordem. Temos outra matéria que se refere ao centro da cidade e do aumento no número de ambulantes:

Se a campanha recentemente iniciada do plantio de árvores temesse que a população campinense, um dia viesse a ficar sem frutas, ela já surtiu um efeito ao menos, pois o centro da cidade foi literalmente tomado por uma onda de vendedores ambulantes, que vendem desde maçãs até abacaxis, sem muita preocupação pelo local adequado ou pela condição higiênica do seu produto.

Começando com a venda de maçãs a preços realmente mais acessíveis, o comércio disseminou-se agora, laranjas limão melão e outras frutas da temporada são comercializadas livremente, sem que estejam ao menos cobertas resguardando-se da contaminação da poeira das ruas e dos gases lançados pelos carros.

Depois da praça existente perto da Estação Rodoviária, já transformada completamente em feira de frutas, agora a esquina da farmácia Petrópolis, foi o ponto escolhido para concentração dos ambulantes dificultando a passagem de pedestres que se vêem obrigados a optar pelas ruas, ou congestionar o trânsito

dentro do estabelecimento comercial, transformado em passarela.

Não estamos a criticar a atitude dos garotos em escolher esse meio para realizar seu pequeno comércio. O que deveria haver era o disciplinamento maior, evitando-se que as frutas ficassem tanto tempo expostas a contaminação. Uma maior vigilância beneficiaria ao mesmo tempo a população e os vendedores, que aumentariam o tempo de duração de suas mercadorias, vendidas a preços mais baixos do que nos pontos convencionais. (D.B-03.07.1974) (*grifos nossos*)

O jornalista fala do aumento no número de vendedores de frutas no centro da cidade, que oscila de acordo com a fruta da estação. Muitos nem exercem o comércio ambulante, mas na época das frutas vão para as ruas, aproveitando para vender também. É que morar, trabalhar ou circular pelo centro da cidade exige que os seus habitantes e usuários sigam as normas de comportamento impostas, e aqueles que não se enquadram nestas normas, devem ser disciplinados.

Em meio ao desemprego e as condições de trabalho, aliados à especulação do terreno urbano e dos prédios no centro da cidade, os vendedores ambulantes proliferam com seus produtos variados, tomando conta do cenário urbano, do centro da cidade. As calçadas são tomadas por vendedores de frutas e verduras, por barracas de fogos, roupas para mulheres e crianças, meias, calcinhas, cuecas e outras tantas mercadorias³⁷. Estas pessoas vão dividir o mesmo espaço com políticos, intelectuais, idosos, trabalhadores, comerciantes, autoridades públicas, estudantes, militares, mendigos e andantes. Por dividirem o mesmo espaço, misturados ou segregados, conflituosa ou pacificamente, o encontro entre os diferentes usuários fará com que se desenrole uma relação plural, em que os laços de sociabilidade sejam construídos cotidianamente, deixando registrados seus indícios nas páginas dos jornais.

E falando em trabalho, até em dias feriados eles estão lá, trabalhando. Mesmo no dia do comerciário, os vendedores ambulantes armaram suas barracas nas ruas do centro, na tentativa de vender seus produtos, mas o que ocorreu é que o movimento nestes dias diminuiu em decorrência do fechamento das lojas;

³⁷ A diversidade de produtos comercializados pelos ambulantes era grande. No final da década de 1980 tinha produtos como bancas para plastificar documentos, livros espíritos, cartões de natal, pipoca, acarajé, lanches diversos, brinquedos, almofadas, cestas e peneiras de palha, extensões elétricas, objetos de metal para decoração, churros, carrinhos de confeitado, televisores, aparelhos de som e outros eletrônicos como videocassete.

Ao contrário das casas comerciais que fecharam suas portas em decorrência das comemorações alusivas ao dia do 'comerciário' que transcorreu ontem, a maioria dos camelôs armou as suas barracas, na tentativa de faturar mais um pouco, o que findou não acontecendo. A Maciel Pinheiro ficou literalmente tomada pelos vendedores ambulantes, alguns deles permanecendo até meio dia face ao fracasso nas vendas. (D.B- 16.10.1990)

Ainda na mesma matéria, com o comércio local fechado, os ambulantes acabaram saindo prejudicados nas suas vendas, como é dito no relato a seguir:

São exatamente quatorze horas e até agora não vendi absolutamente nada. É só uma perda de tempo. Em virtude dos bancos estarem abertos, pensei que fosse vender alguma coisa, mas a verdade é que o nosso comércio depende da abertura das lojas. Às vezes as pessoas comparam os preços e a qualidade das mercadorias e terminam por levar a da gente em decorrência do valor ser mais acessível.

Assim como no depoimento do ambulante, ao falar da relação destes com os comerciantes locais, torna implícito um laço de dependência quanto à questão econômica. O aumento das vendas dos ambulantes é propiciado pela movimentação no centro da cidade e pelo comércio local nas lojas, já que as pessoas buscam comparar preços, dispondo de opções de compras. Assim, em contrapartida, os comerciantes acabam por construir esse laço de dependência quando da ausência dos ambulantes próximo as suas lojas.

Estes depoimentos vão de encontro ao que era publicado nos jornais com relação ao comércio ambulante no centro de Campina Grande, em que o primeiro parece demonstrar uma realidade vivida por estas pessoas que, ao falar de suas relações, tanto comerciais como afetivas, demonstra um grau de aproximação que nos permite falar, ou até mesmo afirmar, que havia uma relação de dependência tanto por parte dos ambulantes como dos comerciantes ali estabelecidos. O jornal, por sua vez, vai mostrar uma realidade que mais parece partir dos desejos e imaginário de uma cidade ideal, fugindo ao que realmente acontecia na prática;

É bem verdade que o poder público não precisa ser tão enérgico a ponto de privar uma camada da população de encontrar no comércio clandestino e efêmero um meio de subsistência, numa cidade assolada pelo desemprego. Contudo, tal liberação não pode ir ao extremo de se transformar a centralíssima rua Venâncio Neiva num burlesco fundo de quintal, onde

predomina um varal que choca e agride as elementares normas de postura. Para se fazer sobreviver parcela marginalizada da população, não se deve, todavia, pagar tão elevado preço de igualar uma das mais progressistas cidades brasileiras a primitivos povoados da antiguidade. (D.B- 07.12.1975) (*grifos nossos*)

O enfoque é dado pelo jornalista ao que ele denomina de “centralíssima rua Venâncio Neiva”, que no seu imaginário, se compara a ruas comerciais de grandes cidades brasileiras e Campina Grande, com um grande potencial de desenvolvimento, marcada pela maré do progresso, não sabendo ele que os benefícios para um crescimento e desenvolvimento, especialmente no setor econômico, acarreta em conseqüências para este processo, e estas conseqüências se apresentam no que destacamos como a ação dos ambulantes, com seus produtos ocupando estas artérias, dando à Campina ares de cidade atrasada, no discurso dos jornalistas, pois que, os ambulantes não respeitam as normas de postura do município, o que não condiz com a Campina “grande” progressista, que é exaltada e desejada.

É no espaço público que se dá a encenação da vida cotidiana, que compreende falar dos lugares de trabalho, circulação e, porque não dizer, de resistências. Narramos algumas práticas cotidianas, mas buscando entender como elas se entrelaçam, de como as pessoas se encontram e de que forma estes encontros “furtivos” ficam registrados para que possamos também construir nossa representação, assim como apresentamos a questão espacial e territorial pela perspectiva histórica e geográfica, de forma tanto material quanto simbólica, ao utilizarmos os conceitos de Michel de Certeau (1996), Milton Santos (2008) e Raquel Rolnik (1997).

Milton Santos deixa claro na introdução de sua obra que a discussão ora apresentada é sobre o espaço e não sobre a geografia; e para isso é indispensável o uso de um método, um esforço interpretativo de dentro, o que tanto contribui para identificar a natureza do espaço, como para encontrar as categorias de estudo que permitem corretamente analisá-la. Dirá que “são os conceitos tirados da realidade e tornados capazes de utilização sobre a realidade em movimento”; E isso nos lembra a definição do conceito de práxis em que há reciprocidade na troca, uma dialética entre teoria e prática.

Portanto, o autor propõe a ideia de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações para, a partir daí, reconhecer as categorias analíticas internas, que são: a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. O espaço visto como uma forma-conteúdo, isto é, como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a consideramos separadamente do conteúdo e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abriga. Aqui, Santos refere-se à mesma questão colocada anteriormente, da relação homem e natureza, em que este se utiliza de técnicas para moldar o espaço a partir das ações que se fazem sobre ele, fazendo com que seu pensamento se remeta à dialética do pensamento marxista.

Os lugares se criam, se recriam e se renovam, a cada movimento da sociedade, e o motor desse movimento, segundo o geógrafo, é a divisão do trabalho, encarregada a cada cisão da totalidade de transportar aos lugares um novo conteúdo, “mil novo significado e um novo sentido”. (SANTOS, 2008; p.25) Para nós, o movimento é característico de mudanças históricas e esse movimento que vai definir lugares, espaços e territórios não parte apenas da divisão do trabalho, mesmo que esse implique em maiores subjetividades.

Esse movimento é moldado pela divisão do trabalho, assim como pelas ações humanas, do homem no seu meio social e tudo o mais que esteja implicado como as relações além do vínculo de trabalho, além da ideia dicotômica entre classe trabalhadora e patrões. Reconfiguramos, nesse aspecto, as relações funcionais e subjetivas, os ideais, os sonhos, os projetos, os desejos, a heterogeneidade de ações e pensamentos que correspondem à heterogeneidade e diversidade humana e daqueles que se encontram cotidianamente num lugar, definindo um espaço e lhe dando o sentido de cidade.

Mas a obra de Milton Santos não deixa escapar esta análise indispensável para quem lida com espaço, e para nós que lidamos com o espaço da cidade, mais especificamente, do centro comercial de Campina Grande, ele vai mostrar as relações entre o lugar e o cotidiano, palavras que muito nos interessam, revelando os usos contrastados do mesmo espaço segundo as diversas perspectivas que se abrem aos diferentes sujeitos. Como dito anteriormente, a cidade e seus espaços são tão múltiplos quanto às pessoas que o consomem. Essa versatilidade e quebra de homogeneidade (tão desejada por alguns) parte das relações do homem com o seu outro, dentro da cidade, o

que faz contrastar as tantas cidades que são ditas por políticos, comerciantes, autoridades públicas, consumidores, trabalhadores, urbanistas, geógrafos, sociólogos e historiadores.

Para tanto, recorreremos, também, ao conceito de espaço e território em Raquel Rolnik (1997) que vai fazer a ponte entre o espaço físico, geográfico, com a ideia de espaço e território de forma mais subjetiva a partir da sua obra que trata da lei do uso da terra. Nesse caso, tanto a ideia de espaço e território como da formulação, promulgação e aplicação de leis que determinam o uso particular da terra, com suas especulações e limitações, ambos partem de abstrações: o território como uma construção que vai além do físico, do palpável, que parte da relação entre indivíduos e das leis que são formuladas a partir de desejos e de planos idealizadores de alguns poucos com interesses em comum.

A ideia principal que permeia a obra da autora é sobre a legalidade urbana; o conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço da cidade de São Paulo. O termo que a autora usa “regula a produção” se diz dos limites e das definições e demarcações territoriais no meio urbano que se fazem, de certa forma, invisíveis, através do pensamento e da ação daqueles a quem são delegados poderes de decidir a divisão do espaço urbano através de leis pensadas, planejadas e postas em prática para tal fim: disciplinar o uso dos espaços públicos.

Para nós, não só disciplinar o uso dos espaços públicos, como também os próprios sujeitos que atuam nesse espaço, a exemplo dos vendedores ambulantes como categoria de trabalhadores que não se encontra amparado juridicamente e sendo chamados de trabalhadores informais e com o que vai acontecer com eles e suas organizações trabalhistas, as quais não se encaixam nas leis trabalhistas criadas no Governo Vargas. As associações dos vendedores ambulantes vai ser chamada de sindicato, sendo que,

O uso do termo ‘sindicato’ é aparentemente inadequado, já que o arcabouço legal se refere ao mesmo como uma agremiação que defende interesses comuns de trabalhadores com carteira registrada. Assim, entendemos que a insistência dos idealizadores deste tipo de organização, no uso do termo sindicato, ao invés, por exemplo, da nomenclatura ‘associação’, possui um motivo político estratégico, pois mesmo passando

por um período de refluxo, o termo sindicato ainda remete ao entendimento de representação de interesses comuns.³⁸

A ideia que se faz sobre a formulação e da imposição de tais leis sobre a definição e controle de territórios na cidade são tão abstratas, invisíveis e subjetivas quanto à própria ideia de território que os usuários da cidade definem e constroem para si. Poderíamos dizer que há mais subjetividades e questões simbólicas envolvidas do que materialidade, mas que aparecem a nós de forma material; e que, dentro desta simbologia e subjetividade, há relações de poder na definição destes territórios, e essa disputa pelo poder, ou para fugir dessa teia de poder, é fator freqüente e indispensável quando tratamos do espaço urbano.

2.1. Campina Grande e seus lugares de circulação

Através de fontes impressas, dos jornais, a respeito do que se noticiava sobre os vendedores ambulantes e sua atuação nas principais ruas do centro comercial de Campina Grande, foi possível o mapeamento do percurso destes sujeitos da década de 1970 até os anos de 1996, das mudanças de uma rua para a outra, das realocações em lugares indesejados por parte dos comerciantes que tinham a visão para suas lojas obstruídas pela presença das barracas dos ambulantes e também por parte dos próprios ambulantes que, na maioria das vezes, resistiam às mudanças alegando que os novos pontos para onde eram realocados não tinha tanta visibilidade e nem consumidores para seus produtos como acontecia nas ruas Cardoso Vieira, Venâncio Neiva e Maciel Pinheiro, só para citar algumas delas.

Os camelôs de Campina Grande continuam insatisfeitos com a sua transferência. das calçadas das principais artérias da cidade onde comercializam os mais diversos produtos há muito tempo, para o calçadão da Praça da Bandeira, local já determinado pela Secretaria de Serviços Urbanos, para a realocação daqueles pequenos comerciantes. Os comerciantes ambulantes, que há muito tempo desenvolvem seu comércio nas calçadas campinenses, conforme eles mesmos afirmaram que estão inconformados, principalmente porque prevêem um grande prejuízo, com a transferência, alguns deles, já prevenido uma

³⁸ RODRIGUES, Ivanildo Dias e Antonio Thomaz Júnior. "Sindicato de Camelôs: formas incipientes de organização política. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/ceget/IvanildoDiasRodrigues.pdf> Último acesso: 10/12/2011.

queda de 80 por cento na venda de suas mercadorias. (D.B-16.04.1982)

Estas transferências serão constantes no decorrer do recorte temporal que propomos para esta análise. Elas se davam bem antes do que pretendemos, da década de 1970, e vai permear toda essa década, os anos 80 e início dos anos 90. Todo esse processo de expulsão e realocação dos ambulantes será noticiado nos jornais, permitindo-nos uma abordagem mais aprofundada acerca do problema, tanto pelo que os jornais noticiavam como pelo que dirão os próprio vendedores ambulantes, que compõe o capítulo terceiro deste trabalho.

Estes sujeitos se apropriavam destes espaços públicos, das calçadas e calçadas para comercializar seus produtos, construindo para si, além de um espaço onde pudessem vender e conseguir desempenhar seu trabalho. Construíram mais que isso. Construíram relações de sociabilidade, marcadas por conflitos com as autoridades públicas e com secretaria de urbanismo, assim como com alguns lojistas, que se sentiam ameaçados e prejudicados pela presença dos vendedores ambulantes. Para além destas relações conflituosas, outro tipo de relação foi sendo construída, meio que de forma invisível, quase imperceptível, no dia a dia, no cotidiano destes sujeitos; amizades com até mesmo alguns lojistas, com colegas de trabalho, com freguesia que consumia os produtos vendidos.

Para demonstrarmos o percurso realizado pela cidade, das ruas ocupadas pelos ambulantes e das realocações para outras áreas do centro, desenvolvemos um mapa, no qual o leitor poderá melhor se situar a respeito de tais apropriações. Uma das dúvidas com relação à utilização deste é de como iríamos mapear estas ruas no decorrer do contexto temporal que nos propusemos, da década de 1970, estendendo-se para as décadas de 1980 até o ano de 1996, no que decidimos por definir as datas em como se distribuíam espacialmente os vendedores até o ano de 1975; depois, da distribuição destes até o ano de 1995, momento em que passa a ser discutida a construção do camelódromo.

Não podemos precisar as datas exatas da remoção dos ambulantes de algumas ruas e da realocação em outras. Seguimos indícios que nos foram apontados através das fontes para nos aproximarmos destas ações que, por serem invisíveis, fugiam ao controle disciplinador do poder público. Para que o leitor se posicione com relação às

mudanças dos ambulantes e das ruas ocupadas por eles, confeccionamos um mapa que se aproxima da distribuição dos ambulantes pelo centro de Campina Grande, dentro do que definimos de recorte temporal e espacial. Segue o mapa abaixo:

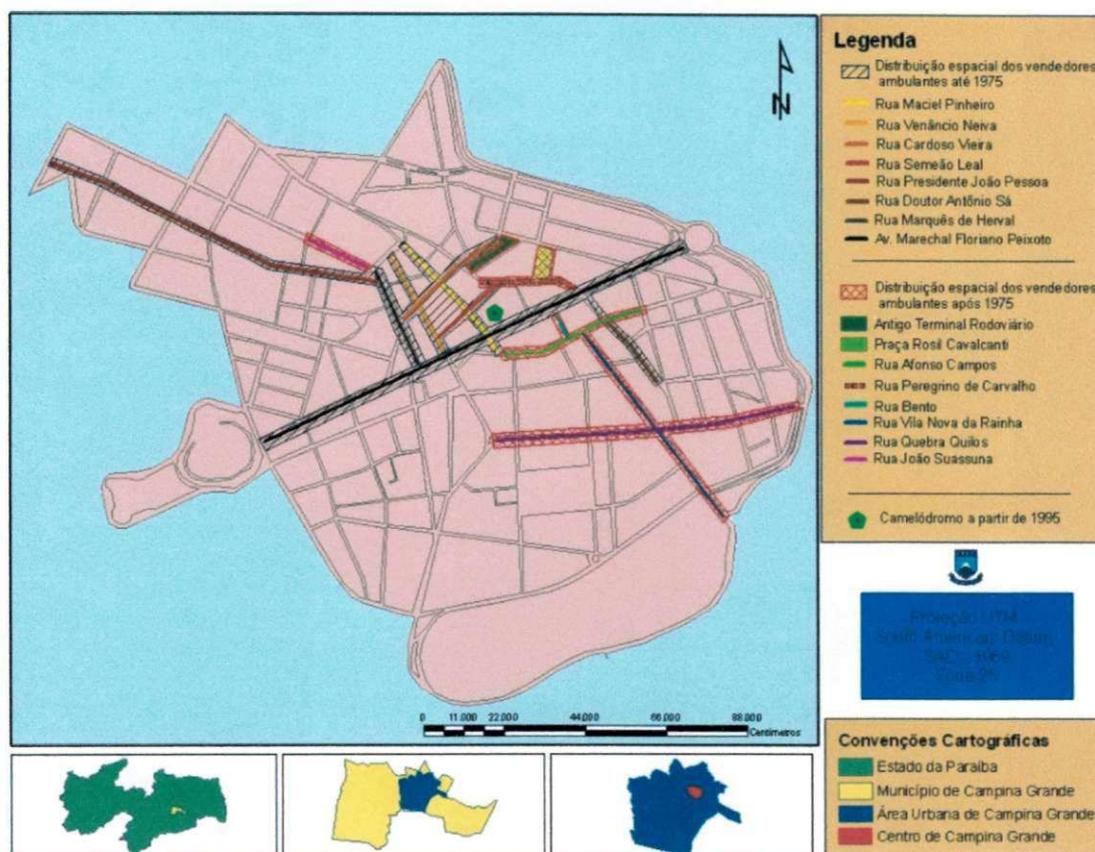


FOTO 2– Mapa do centro de Campina Grande*.

O mapa mostra as ruas que demarcamos com maior número de vendedores ambulantes no período que corresponde às décadas de 1970, 1980, indo até o ano de 1996. Na década de 1970 se dá com mais frequência a presença dos vendedores de frutas nas ruas centrais, que depois vão ser realocados nas ruas próximo à Estação Rodoviária, na Praça Cristiano Lauritzen, na Rosil Cavalcanti. Nos anos de 1975, ficando conhecida como a “feirinha da rodoviária”. Ou seja, nesse período a feirinha já existia³⁹. Depois foram sendo realocados nas praças da Bandeira⁴⁰, da Ternura e Alfredo Dantas.

* BEZERRA, Polyanna Priscilla da S. Xavier. Graduada em Geografia pela UFCG. Bolsista do Projeto da Extensão Geoescola: a importância do conhecimento geográfico na formação cidadã.

³⁹ Agora a esquina da farmácia Petrópolis é transformada em feira de frutas, com os vendedores que saem da estação rodoviária para as ruas mais centrais da cidade. Diário da Borborema, 03.07.1974.

⁴⁰ Os ambulantes protestam contra o novo local, a Praça da Bandeira. “A transferência dos mesmos deveria ter ocorrido na segunda feira, mas devido à transmissão do jogo do Brasil, foi adiada para ontem”.

Nas principais ruas do centro, Cardoso Vieira, Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva, a presença de vendedores ambulantes vinha aumentando gradativamente a partir dos anos 80. Na matéria “*camelôs*”, publicada no jornal Diário da Borborema, há duas colunas referentes aos vendedores. Na página intitulada OPINIÃO, há uma coluna “*Opinião Pública*” que vai tratar, como o nome sugere, de relatos diversos de pessoas a respeito de um tema recorrente, intitulada “*o que fazer para disciplinar o comércio ambulante?*”. Ainda na mesma página OPINIÃO, o editorial com o título “*camelôs*” vai ganhar destaque bem no início, centralizada, em referência à ocupação das principais ruas do centro: Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira e Venâncio Neiva, que, segundo os ambulantes, são as ruas mais atraentes para o comércio. (D.B- 28.12.1984) mesmo assim, outras ruas da cidade se tornaram atraentes ao comércio ambulante, com a rua João Pessoa na década de 1980.

Os ambulantes são novamente expulsos dos calçadões em março de 1983, sendo definido como novo local para eles a Praça da Bandeira e a Estação Rodoviária, além da feira e mercado central. Há resistência por parte dos vendedores, mas eles deixam os calçadões em julho do mesmo ano. Só que retornam ainda em julho, já com suas barracas padronizadas e cadastrados, exigências feitas pela secretaria para que estes pudessem permanecer nos calçadões. (D.B- 12.07.1983). As ações entre desapropriação e realocação são muito rápidas, pois os vendedores logo voltam para as mesmas ruas vigiadas por fiscais da Prefeitura, o que torna a precisão de datas e lugares mais difícil de ser feita.

No dia 8 de março de 1983, temos uma imagem pouco habitual do centro da cidade. Os calçadões se apresentam vazios, em destaque o calçadão da Maciel Pinheiro, sem a presença dos ambulantes e sob vigilância dos fiscais da Prefeitura, como pode ser notado na imagem veiculada na matéria publicada no Diário da Borborema, visto a seguir:

Inclusive, aumentou o número de ambulantes nestas ruas. (DB, 15 de outubro de 1982). Os vendedores de frutas também são transferidos, agora no ano de 1996, para a rua Capitão João de Sá, na Feira Central. (D.B, 18.01.1996) Nesse ano, o número de vendedores de frutas cadastrados era de 127 dos 180 espalhados pela cidade. Para as realocações exigidas pela secretaria, era necessário o cadastramento dos vendedores e a apresentação da carteira de cadastramento.



FOTO 3 – Diário da Borborema (publicado em março de 1983).

Nota-se a presença de alguns homens nas esquinas das ruas Maciel Pinheiro com Cardoso Vieira. São os fiscais da Prefeitura, às cinco horas da manhã, vigiando para que estes locais não fossem retomados pelos ambulantes. Percebemos, no traçado da rua, pelo calçamento, que por estas artérias não era permitida a circulação de veículos automotores. Elas serão reabertas alguns anos depois. O movimento é pouco, até mesmo pela hora do dia em que, possivelmente esta foto foi tirada. As lojas ainda se encontram fechadas. Mas a presença dos fiscais não intimidava a ação dos vendedores ambulantes, que voltavam a ocupar os calçadões.

Em outra matéria “*camelôs voltam aos calçadões*”, a rua Maciel Pinheiro:

Voltou a enfrentar o insanável problema de camelôs, que espalhados desordenadamente no trecho entre a Cardoso Vieira e a Simeão Leal estão atrapalhando os transeuntes e prejudicando as lojas ali estabelecidas. Aquele trecho, transformado em calçadão foi a princípio designado para ambulantes cadastrados junto à prefeitura. Em barracas padronizadas, o comércio foi ordenado, deixando-se espaço para os transeuntes e livre acesso as lojas. Hoje a situação é bem diferente de antes. (D.B- 07.10.1984)⁴¹

⁴¹ Diário da Borborema, Campina Grande, 7.10.1984. Outra matéria que faz referência a estas ruas: “*centro foi tomado por completo pelos camelôs*” em que fala da Cardoso Vieira e da Simeão Leal, assim como faz referência às ruas que começam a se caracterizar pela presença dos vendedores, como a Marquês do Herval e a João Pessoa. Diário da Borborema, 23 de novembro de 1984.

Com relação a uma proposta feita pelo prefeito Felix Araújo ao sindicato dos ambulantes, da realocação destes, saindo da Maciel Pinheiro e indo para a rua Simeão Leal, num processo de negociação, tendo por intermediário o vereador Marcus Morais, autor do projeto de construção do *Centro Comercial do Vendedor Ambulante*, e do então secretário de serviços urbanos, Demétrio Aguiar, estes conseguem convencer o prefeito a atender as exigências feitas pelos vendedores, da confecção de barracas padronizadas e estas bancadas pela Prefeitura, além de por em prática a proposta da construção do “camelódromo”⁴², obtendo, com isso, o atendimento as reivindicações da categoria para que estes aceitem “pacificamente” a transferência.

Ao ser noticiada esta negociação entre Prefeitura, Secretaria de Serviços Urbanos e Sindicato dos Ambulantes, o vereador Marcus Morais parabeniza a ação do prefeito Félix Araújo e acrescenta: “apesar de ser de oposição ao governo, por conseguir uma coisa inédita no país: o remanejamento dos vendedores ambulantes sem que seja necessário o uso da força”. (D.B- 17.04.1993) (*Grifos nossos*)

Seria mesmo algo inédito no país se a transferência dos ambulantes da rua Maciel Pinheiro para a rua Simeão Leal se desse de forma pacífica e sem o uso da força, como diz o vereador Marcus Morais. Como apontamos em outro momento deste texto, o processo de desapropriação, que é definido como uma desterritorialização tem como uma das principais características o uso da força em suas ações, ou ao menos, o descontentamento e “desfavorecimento” de boa parte dos envolvidos nesse processo, no caso, os ambulantes, já que esse processo não implica falar apenas da questão econômica, da visibilidade e da venda de seus produtos em determinadas ruas. Há mais que isso, que são as relações ali construídas através de um sentido de pertencimento, que envolve as sensibilidades.

Milton Santos vai abordar o conceito de território como pertencimento, “pertencer àquilo que nos pertence (...) expressas pelas relações de poder espacialmente delimitadas”⁴³. Esse mesmo conceito pode ser aplicado à questão cultural, onde o

⁴² A proposta da construção do camelódromo correspondia, inicialmente, às ruas Barão do Abiaí, Maciel Pinheiro e Sete de Setembro, de acordo com a publicação no DB, dia 17 de abril de 1993. Sabemos que esse foi transformado em camelódromo no prédio que se situa na rua Marquês do Herval com a Floriano Peixoto. Depois mudou para o local entre as ruas 13 de maio e Floriano Peixoto, onde funcionou o Pira's Bar. (D.B, 30.04.1994). Em novembro de 1995 tem outra proposta para a construção do camelódromo, agora no antigo Cine Capitólio. (DB, 16.11.1995)

⁴³ O geógrafo Milton Santos vai propor uma “geografia nova”, levantando questões paradigmáticas, propondo pensar não mais numa geografia física e teorias exatas, e sim numa geografia mutável, em

sentido de territorialidade não se caracteriza apenas pelo viés político e econômico, e sim, cultural. O pertencimento passa a definir territorialmente um espaço através da apropriação simbólica deste. Com as expulsões e realocações dos ambulantes, que atravessam o tempo no centro da cidade, estes não têm tempo de construir seus laços e logo são deslocados, material e simbolicamente.

É o que vai acontecer pouco tempo depois à realocação, quando:

Os vendedores ambulantes não estão satisfeitos com as vendas depois da transferência da rua Maciel Pinheiro para as ruas Cardoso Vieira, Simeão leal e Venâncio Neiva. Todos os entrevistados afirmaram que quase não conseguiram vender nada nos primeiros dias após a transferência. Na giria dos camelôs, ainda não conseguiram “descolar” (ou seja, comercializar os produtos) e sentem saudades do calçadão da Maciel Pinheiro. (D.B- 20.05.1993)

Se esta mudança causou descontentamento para alguns ambulantes, também causou para alguns lojistas, que reclamavam à Prefeitura medidas contra a mudança dos vendedores, pois a Prefeitura estaria transferindo o problema da Maciel Pinheiro para as demais ruas do centro.

Estas medidas, além das apropriações e desapropriações, são acompanhadas pela ação destes sujeitos, que seguem o traçado das ruas, definindo para si os pontos que compete a uma melhor visibilidade e maior procura pelos produtos comercializados, as ruas centrais. Mas, mesmo estas ruas sendo tão próximas, (Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira e Venâncio Neiva) ainda assim havia resistência por parte dos vendedores ambulantes, que insistiam em permanecer naquela que os jornalistas e cronistas costumam chamar de “cartão postal do comércio campinense”, na Maciel Pinheiro.⁴⁴

Nesse período já existia a “feirinha de frutas” na Peregrino de Carvalho. A matéria, em nossa pesquisa, que data mais antiga da presença dos vendedores de frutas na rua Peregrino de Carvalho é de 1970 em que diz:

constante transformação pela ação humana. E um dos conceitos que nos apropriamos dele foi o de espaço, onde esse espaço não se define pelo lugar e sim pelo sujeito e sentimento de pertencimento.

⁴⁴ Esse discurso, da rua Maciel Pinheiro como referência comercial de Campina Grande percorre o tempo através de escritos de cronistas, como mostramos no início do texto, com Cristino Pimentel: por jornalistas e letrados que insistem em afirmar em seus discursos a rua Maciel Pinheiro com a principal rua do centro comercial campinense e que abriga as grandes redes e lojas do país, de estados como Pernambuco, Bahia e sul do país.

Vem aumentando o número de comerciantes ambulantes na Praça Peregrino de Carvalho, local permitido para aquele comércio pela Secretaria de Serviços Urbanos da prefeitura municipal de Campina Grande. Anteriormente, esses comerciantes ficavam ao longo das calçadas da rua Maciel Pinheiro engarrafando o trânsito de pedestres naquela artéria central. (DB, 17 de abril de 1970)

Na matéria publicada pelo DB no dia 14 de janeiro de 1995, “*camelô decide resistir a transferência*”, os vendedores de frutas estariam, dessa vez, sendo transferidos para as Boninas. Como publicado na matéria do dia 11 de janeiro de 1995, “*curadoria determina a transferência...*”. No dia 20 de janeiro do mesmo ano, a curadoria volta atrás na decisão de transferência dos ambulantes para as boninas.

No mesmo dia que se dava a ordem de expulsão, os vendedores voltavam a ocupar as ruas, mesmo sob vigilância e repressão dos fiscais. Se não era numa rua, era em outra próxima. Se não era de um lado da calçada, era do outro. A “proliferação” dos ambulantes, termo comumente usado pelos jornalistas ao falar dos vendedores, tratando-os como uma doença que afetava o “coração da cidade”, o centro comercial, em que, é destacado na matéria que segue dizendo:

O vereador Ary Rodrigues, da tribuna da Câmara Municipal, na última segunda feira, levantou o problema da necessidade de a Prefeitura Municipal providenciar a remoção da conhecida feira de frutas existente na praça que fica situada na confluência das ruas Simeão Leal com Peregrino de Carvalho, antes da Estação rodoviária, para ali mandar erigir a estátua de Rosil Cavalcanti, numa homenagem da cidade à memória daquele ilustre compositor que tanta vida deu à Campina Grande, divulgando-a no Brasil inteiro através de suas músicas.

O pedido feito oralmente da tribuna deverá ser encaminhado à Interventoria, tudo fazendo crer que a voz do vereador arenista será ouvida e os feirantes da 'feira de frutas' deixarão, mais uma vez, o local para se instalarem num outro ponto da cidade.

Segundo o Sr. Ary Rodrigues, a medida se impõe dada a necessidade urgente de embelezamento daquele setor e, mais ainda, remover a sujeira que ali existe, erradicando do centro da cidade perigoso foco de contaminações. (JORNAL DA PARAÍBA, 26.07.1972)

No primeiro trecho da matéria, o jornalista parece concordar com a proposta do vereador, de construir um símbolo em homenagem a um artista local no lugar que é

ocupado pelos vendedores de frutas, em que ressalta a ideia e complementa dizendo que uma homenagem à altura do artista Rosil Cavalcanti, um “ilustre compositor que tanta vida deu à Campina Grande” seria mais do que justa, segundo as palavras do jornalista.

No segundo momento da matéria, ele destaca a mudança mais uma vez da feira de frutas, de um lugar para outro ainda desconhecido, mostrando que antes disso haviam tido outras remoções, quando afirma “deixando mais uma vez o local” e que a solução ou planejamento prévio da realocação da feira de frutas sempre se mostrou indeterminado e não planejado pela Secretaria de Urbanismo. No último parágrafo, também ressalta a sujeira presente no local, que pode ser remetida tanto a sujeira causada pelo lixo deixado no local como pela presença dos ambulantes, que contrastam com a imagem que se quer passar da cidade, como desenvolvida, limpa, fazendo com que, cada vez mais, os vendedores ambulantes sejam empurrados para as ruas marginais ao centro comercial da cidade. Não há um planejamento para a realocação deles, ao mesmo tempo em que são empurrados cada vez mais para ruas periféricas. Isso caracteriza ou até permite a ação e o aumento de vendedores nas ruas.

Se por um lado o poder público reprimia estes vendedores e os proibia de comercializar em determinadas ruas da cidade, este mesmo poder não definia o lugar adequado em que os ambulantes pudessem se fixar, causando essa flexibilidade, tanto nas opiniões de secretários e de jornalistas, (se posicionando a favor da causa, ora contra) como nas apropriações ora numa rua, ora em outra. Certeau (1996) vai analisar este tipo de medidas, como uma tentativa de uma organização espacial da cidade, como medidas de controle e baseados em um modelo ideal, em que:

Nesse lugar organizado por operações ‘especulativas’ e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação. De um lado, existem uma diferenciação e uma redistribuição das partes em função da cidade, graças a inversões, deslocamentos, acúmulos, etc.; de outro lado, rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui portanto os ‘detritos’ de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte etc.). (CERTEAU, 1996: 173)

Ou seja, há necessidade de se eliminar e descartar a sujeira ou tudo aquilo que fugia ao pretendido, aquilo que não se apresentava dentro do que havia sido planejado para ser. Estes “desvios” destacados por Certeau são apontados por nós, através da matéria, no momento em que a presença dos nossos sujeitos, os vendedores de frutas,

tomam conta deste lugar da cidade e que precisam ser removidos como uma sujeira. Também percebemos que, tanto o discurso do vereador como o do jornalista se confundiam, como se ambos compartilhassem da mesma ideia, a de que a presença dos vendedores de frutas enfeava as ruas. Era uma anormalidade. Fugia ao pretendido pelos órgãos e opiniões públicas.

Secretários de urbanismo, arquitetos e engenheiros planejam e projetam suas obras como os lugares de lazer, de circulação e de trabalho não pensando que estes pudessem sofrer algum tipo de interferência ou mudanças causadas pelas ações dos sujeitos. Mas, ao idealizar a cidade, ou lugares para esta cidade, estes homens não imaginariam e nem poderiam prever quais sentidos e usos seriam atribuídos aos lugares, pois que, Certeau ao se referir aos usos que são atribuídos aos lugares, afirma que estes não são possíveis de ser controlados;

A gesta ambulatória joga com as organizações espaciais, por mais panópticas que sejam: ela não lhes é nem estranha nem conforme. Aí ela cria algo sombrio e equívoco. Ela aí insinua a multidão de suas referências e citações (modelos sociais, usos culturais, coeficientes pessoais). Aí ela mesma é o efeito de encontros de ocasiões sucessivas que não cessam de alterá-la e de usá-la como o brasão de outra (...). (CERTEAU, 1996: 180)

Por mais que sejam controladas e vigiadas, as ações e usos dos espaços vão se dar de forma indefinida, mutável.

2.2. Calçadão da Cardoso Vieira e o “Calçadão da Juventude”: lugares de lazer?

A necessidade de entender a dinâmica do Calçadão da Cardoso Vieira partiu de uma visibilidade: a circulação e apropriação deste espaço; de como essas pessoas se apropriam e redefinem um lugar que seria apenas para a circulação de pedestres, encontrando múltiplos significados e reapropriações. Retomando os anos de 1970 a 1996, tivemos uma melhor visibilidade das mudanças advindas da modernização, das transformações urbanas e das influências dessas no cotidiano das pessoas, levando-nos a perceber o calçadão como espaço de sociabilidades, inventado e usado pelo sujeito *ordinário* que tece os lugares, utilizando-se de táticas e estratégias, construídas e reconstruídas cotidianamente.

Construído em 1975, o calçadão da Cardoso Vieira, compreendido entre as ruas Marquês do Herval e Venâncio Neiva, correspondia a um dos muitos projetos posto em prática pela Prefeitura Municipal, elaborado pela Comdeca, para revitalização do centro da cidade. A obra foi inaugurada pelo prefeito Evaldo Cruz, em que:

De início não agradou à população, mas com a continuidade da obra e sua posterior conclusão, conseguiu a simpatia de todos. As mudas de pau-brasil foram colocadas nos canteiros, dando mais vida ao 'calçadão', uma área há muito desejada em nossa cidade. (D.B- 20.09.1975)

O jornalista diz que a obra não agradou à população, mas não diz que parte dessa não se viu agraciada pela obra, que foi decorada e construída para ser uma área de lazer e que serviria à população que tanto desejava. Parece haver contradição em suas palavras, ao dizer que não agradou à população, ao mesmo tempo em que essa desejava há muito um espaço como esse. Mas o fato é que esta área, planejada pra ser um espaço de lazer, ganha outros sentidos, usada por outros sujeitos, não para lazer, mas para muitas outras atividades.

Tradicional local de bate papos, conversas políticas, transações econômicas e generalidades íntimas da vida dos outros – autêntico confessionário público e coletivo de toda a cidade – com seus bancos e apetrechos outros, o calçadão é por igual um outro elo desse complexo de recreação social de que Campina se utiliza, hoje. (D.B- 05.08.1976; p.5)

Lugar de bate papo, de negociações, de comércio, com os estabelecimentos comerciais ali localizados, o calçadão da Cardoso Vieira se torna um espaço rico em práticas sociais.

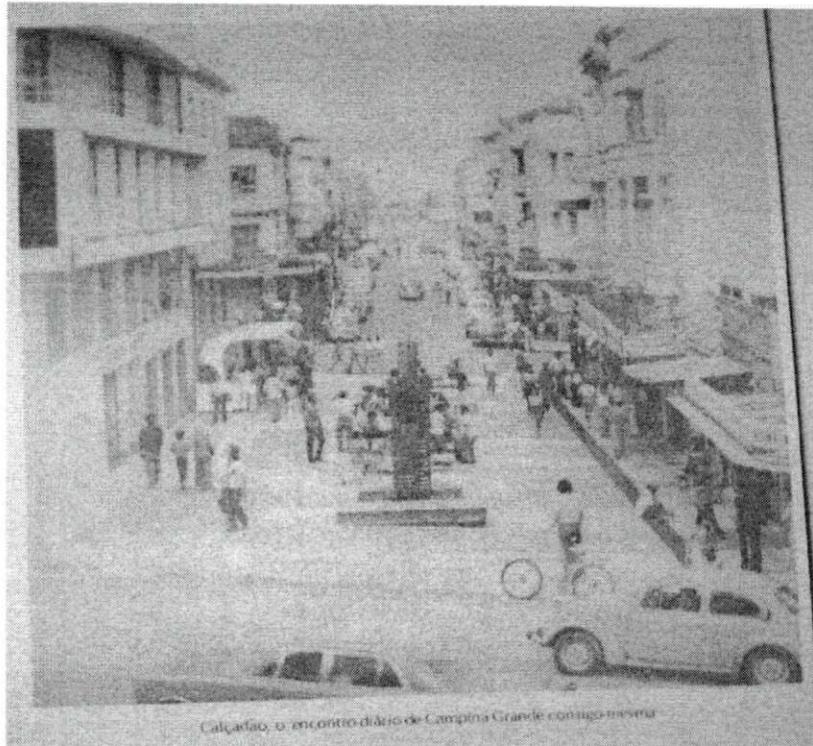


FOTO 4- Diário da Borborema (publicada em no ano de 1976).

O calçadão da Cardoso Vieira é reinaugurado, ganhando agora o nome de Jimmy Oliveira⁴⁵, num projeto de revitalização do centro da cidade, na gestão do prefeito Félix Araújo, em 25 de outubro de 1993.

São essas combinações que nos possibilitam a análise histórica, através de usos e invenções do espaço público e da construção dos sujeitos que se inscrevem nesse espaço. Os vendedores ambulantes, através de suas práticas no centro de Campina moldam para si outra cidade, configurando-a em determinados momentos para si, em outros, para outros. Isso mostra que o espaço urbano é moldado pela ação humana.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento, ao falar dos atores sociais que vão moldar a cidade, remete-se aos interventores do espaço, que são:

Agentes do urbano que são detentores do saber e do poder de transformar a cidade, redesenhá-la, destruí-la, edificá-la, preservá-la ou remodelá-la segundo as diretrizes e normas da técnica, da estética, da moda e da tendência, das leis do

⁴⁵ O nome do calçadão é dado em homenagem a Jimmy Oliveira, num projeto do vereador Altair Pereira. Jimmy foi um assíduo frequentador do calçadão, ficando conhecido por muitas pessoas, morreu aos 29 anos num acidente, ao cair de uma marquise, em 1977. Era torcedor e incentivador das torcidas, principalmente do Campinense. D.B, 19.07.1977; p. 4

mercado e das diretrizes da política. (...) engenheiros, urbanistas, médicos, higienistas, arquitetos, políticos e funcionários técnicos da urbe. (...)

Para além destes interventores, cabe resgatar os chamados consumidores do urbano: aqueles que no centro da cidade vivem, trabalham ou transitam. Homens comuns, cidadãos da urbe, eles não tem, contudo, o saber e o poder de nela intervir para modificá-la dentro da ordem legal. Mas, no consumo do espaço através do tempo, eles também transformam e produzem a cidade com as suas vidas. (PESAVENTO, 2007)

Estes “interventores do espaço” não são apenas os sujeitos em destaque, detentores de um poder e saber. Eles também são vendedores ambulantes que, através de suas idas e vindas pelas ruas da cidade, depois de tantas expulsões e realocações, fazem com que novos sentidos sejam atribuídos aos lugares. E não apenas isto. Mas, novas formas também vão ser dadas à cidade com a construção e posterior destruição de alguns calçadões e com a modificação de um prédio, antes símbolo do progresso econômico (caso das lojas Brasileiras⁴⁶) para dar lugar ao “shopping dos camelôs”.

As transformações que ocorreram no centro da cidade, através de projetos de revitalização⁴⁷, com a construção de calçadões, espaços destinados ao lazer dos campinenses, ao passeio público, à juventude, às compras. Dentro desse projeto pensado, projetado e posto em prática pelo poder público, fatores externos e indesejados/ inesperados passam a interferir no projeto inicial. A presença dos ambulantes nestas artérias é um destes, se não, o mais significativo destes fatores inesperados. A ação destes sujeitos fez com que este projeto fosse posto em prática, mas gerou desentendimentos e conflitos pelo direito de posse e uso do espaço público.

⁴⁶ Conhecida popularmente como “Lobras”, as Brasileiras eram uma rede de lojas de departamentos e variedades, fundada pela família Goldfarb em São Paulo, no ano de 1944. Até seu fechamento, ocorrido em 1999, a organização chegou a ter 63 lojas espalhadas pelo país. Em 26 de julho de 1983, a filial Campina Grande entraria em atividade. Com uma área de 3.200 metros quadrados. Com a falência do grupo nos anos 90, o prédio seria adquirido pela Prefeitura Municipal e foi reformulado para receber os comerciantes que ocupavam o centro, principalmente o Calçadão, passando a ser chamado de Shopping Popular Edson Diniz, isso depois do ano 2000.

⁴⁷ O projeto urbanístico CURA – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada foi pensado para a cidade de Campina Grande, tomando-se como base o PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado, elaborado em 1972 e que passou por um processo de atualização pela Comdeca – Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande. “O projeto CURA se vincula a uma experiência de planejamento territorial comandada pelo Estado, que visava orientar a expansão das cidades por um modelo concêntrico” e que foi posto em prática em algumas administrações municipais como da gestão do prefeito Enivaldo Ribeiro (1977-1982). Ver: CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa e SCOCUGLIA, Jovanka. Novos Discursos, Velhos Problemas: políticas urbanas e planejamento em Campina Grande (1970-2005). Disponível em http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/pdf/NOVOS_DISCURSOS_VELHOS_PROBLEMAS.pdf. Acesso em 16/10/11.

O “Calçadão da Juventude”, planejado para a Rua Maciel Pinheiro, “cartão postal” do comércio campinense. Esta artéria, como dito, uma das que estava sendo invadida pelos ambulantes, ocupando toda extensão da rua com suas barracas de lona e sua diversidade de produtos. Para a construção do calçadão da Maciel Pinheiro, entre as ruas Simeão Leal e Cardoso Vieira, começou a ser noticiado no ano de 1975, já que a experiência com o calçadão da Cardoso Vieira foi considerada bem sucedida, tendo o projeto atendido aos anseios do “povo campinense”, ou de alguns deles, já que este público ou que, as pessoas se diferenciam num mesmo espaço. Pessoas foram ouvidas numa pesquisa de opinião realizada pelo Diário da Borborema, em que, segundo o jornal, a maioria das opiniões se dizia favorável à construção de outro calçadão na cidade:

A construção do calçadão na rua Cardoso Vieira pela Prefeitura Municipal foi bem aceita pela população campinense. Aquele local de lazer tem recebido boa receptividade por parte do público. Em vista disso, o Governo Municipal já pensa em destinar outra área central da cidade para lazer; desta feita o trecho da Maciel Pinheiro, compreendido entre as ruas Simeão Leal e Cardoso Vieira.⁴⁸

A construção do calçadão da Cardoso Vieira no ano de 1975 parece ter empolgado alguns letrados, jornalistas e comerciantes campinenses, que passaram a pensar e desejar a construção de mais um calçadão, agora na rua Maciel Pinheiro, a julgar, como temos na citação anterior, que a construção do primeiro “foi bem aceita pela população campinense”, continuando a matéria dizendo:

A iniciativa já começa a ser comentada pelos campinenses, sendo que a maioria favorável, tendo em vista que o local se destinará ao livre trânsito dos pedestres, ensejando, assim, um melhor meio de locomoção, facilitando também, a que todos possam ficar mais à vontade e realizar suas compras com maior tranquilidade.⁴⁹

Já que algumas pessoas reclamavam por não ter local adequado para estacionar no centro da cidade e realizarem suas compras despreocupadamente, tendo que em alguns casos, os vendedores atenderem aos clientes dentro do próprio carro, parado no meio da rua. Estas e outras reclamações, tanto pela falta de lugar para estacionamento

⁴⁸ *Na Maciel Pinheiro o Calçadão da Juventude*. Diário da Borborema, Campina Grande, 16.10.1975. (Grifo nosso).

⁴⁹ *Idem*.

dos carros como por alguns que julgavam ter o direito de serem atendidas dentro do carro pelos vendedores das lojas, o que para outros causava repulsa, já que demonstrava certo comodismo por parte de alguns consumidores, causava incômodo e era noticiada juntamente com as demais opiniões favoráveis e contra a construção de mais um calçadão. Dos que se mostram contrário, o estudante Flávio José foi um deles, dizendo que:

“Sou a favor do já existente, mas quanto à construção deste outro sou contrário, porque poderá atingir desfavoravelmente ao setor comercial. Eu acho o povo campinense muito comodista. Só porque foi modificada a maneira de estacionamento (o que ficou correto), diminuindo o espaço para os automóveis, veio prejudicar um pouco ao movimento das casas comerciais, em vista que muitas pessoas querem estacionar o seu automóvel em frente à casa comercial na qual vai fazer a compra. Agora, quando não há lugar para estacionar, o freguês fica dentro do seu automóvel e quer que o funcionário vá atendê-lo onde ele está.⁵⁰

As preocupações se voltavam ao comércio local, no intuito de favorecer a movimentação no centro e no aumento da venda nas lojas ali localizadas. Nesse ponto, alguns comerciantes, ou boa parte deles se dizia favorável à construção de calçadões, assim facilitando o acesso as lojas. Bem, era o que se esperava que acontecesse;

O comerciário Vanildo Rodrigues disse ser favorável à construção da obra “porque além de ficar um local de passeio, proporcionará também, uma maior movimentação no setor comercial”.

No que remete aos comerciantes, nem todos concordavam com o senhor Vanildo. Alguns resistiram à proposta do novo calçadão por acharem que seriam prejudicados, já que o fluxo de carros diminuiria nestes locais, ou que, como alguns alegavam o acesso às lojas pelo corpo de bombeiros se tornaria mais difícil, já que o caminhão não teria como passar caso acontecesse algum acidente ou incêndio;

A princípio, os comerciantes se mostraram contra a construção do calçadão da Maciel Pinheiro, pois com a interrupção do trânsito, as vendas estariam comprometidas ou, na opinião do líder do Governo na Câmara, o vereador Genésio Soares: “não sou

⁵⁰ Ibidem.

contra a construção de um logradouro destinado a nossa juventude, mas nunca na rua Maciel Pinheiro, sala de visita de nossa cidade, império do comércio local”.

O presidente do Clube de Diretores Lojistas de Campina Grande, Álvaro de Barros Correia, em pronunciamento defendeu a transformação da rua Maciel Pinheiro em um calçadão comercial, e não de lazer, pois, ‘temos certeza, com base nos exemplos das ruas da Imperatriz, Nova, Palma e outras do Recife, além de várias cidades brasileiras, cujos centros comerciais, transformados em calçadão com estruturas próprias de comércio, logicamente suas vendas, constatando-se em curto espaço de tempo, uma valorização duas ou três vezes superior.’⁵¹

Os comerciantes se posicionaram de acordo com a construção do calçadão da Maciel Pinheiro. Porém, não mais com o sentido que foi pensado de início, dentro de um amplo projeto de revitalização do centro da cidade, com o calçamento de ruas, recuperação de praças e outras áreas de lazer, como a construção dos calçadões. Este foi o sentido inicial dado pelas autoridades públicas (prefeito, vereadores, secretário de serviços urbanos, arquitetos e engenheiros), da construção de mais um calçadão tanto para melhorar a circulação de carros nestas artérias centrais, como para transformar estas áreas em espaços de lazer e compras. Ou seja, para que o “ir às compras” dos campinenses se tornasse uma prática que viria proporcionar prazer, encontros e reencontros, horas de escolhas nas lojas, bate papos e com isso o tempo passasse e os consumidores comprassem cada vez mais.

Mas, depois de algumas reuniões com o poder público, os comerciantes decidiram aceitar a ideia e propor um novo sentido ao calçadão, não como o calçadão da juventude, área de lazer, mas como “o calçadão do comércio”, área comercial. Aqui, o “Calçadão da Juventude”, antes mesmo de se tornar realidade, já era real na imaginação e nos discursos destas pessoas, que projetavam seus desejos através de suas reclamações, sugestões e reivindicações nas páginas dos jornais, assim como dos letrados que também noticiavam a ideia de calçadão antes do concreto. Antes mesmo de ser posto em prática, o novo espaço também ganhava novos sentidos.

Julgamos que apenas alguns campinenses, nem todos, faziam uso deste espaço recém construído, como o calçadão da Cardoso Vieira. Ao menos o uso que foi

⁵¹ *CDL defende construção de calçadão da juventude*. Diário da Borborema, Campina Grande. 18 de janeiro de 1981.

pretendido para tal, de lazer, circulação de pessoas e para as compras no comércio local, sendo atribuídos a este lugar outros usos, além destes, quando da presença dos nossos sujeitos nestes espaços; (matéria: camelôs só deixam calçadão) o que vai fazer muita gente mudar de opinião quanto ao uso dos calçadões e de suas necessidades para o embelezamento e desenvolvimento do comércio campinense.

Os espaços se tornam públicos devido à presença humana, ao grande número de pessoas circulando livremente, numa leveza que parece mais um balé; às vezes movimentos suaves, outros, movimentos bruscos. O espaço se dá pelas operações atribuídas a um lugar, por um sujeito histórico. Assim como o calçadão que foi projetado e construído por urbanistas, destinado à circulação de pedestres, que fazem desse um espaço de lazer, de comercialização e de passagem. Os sujeitos passam a dar sentido ao lugar que antes, não se destinava a determinadas apropriações e práticas, operações do fazer espacial. “Os praticantes ordinários da cidade (...) eles são caminhantes, pedestres, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo.” (CERTEAU, 1994)

Os vendedores são atraídos para o calçadão pelo grande fluxo de pessoas transitando ou isso se dá no sentido contrário? O fluxo tende a crescer em determinados lugares justamente numa busca por produtos variados, pelo próprio prazer de circular em vias públicas e ficar em contato com a diversidade em seus variados aspectos: diversidade de produtos, de sujeitos e de discursos⁵². Pensar no calçadão da Cardoso Vieira é pensar nos seus sujeitos como determinado “gênero de discursos”, isto é, como formas de expressão escrita ou oral que partem de um autor posicionado e se dirigem e respondem a outros discursos⁵³.

Os vendedores ambulantes passam a tomar as principais ruas do centro comercial, causando desavenças entre comerciantes, ambulantes e pedestres, estando o problema nas mãos do poder público para que este seja solucionado. Mas o que detectamos através da leitura de nossas fontes é que havia determinados períodos do ano em que o assunto era debatido junto à secretaria de serviços urbanos e estes se

⁵² Diversidade de discursos pelo fato de no calçadão estarem presente as duas lojas dos times Treze e Campinense, tornando-se um lugar de disputas simbólicas entre os torcedores rivais. Além das disputas discursivas em torno da política, entre os Cassistas, Maranhistas, e Venezistas. Entrevista feita com o senhor Francisco Rafael, em 10/05/09.

⁵³ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumetalidades e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. Rio de Janeiro: FVG/CVPDOC, 2002. p.111.

pontuavam nas proximidades de datas comemorativas, como o Carnaval, São João e Natal.

A proporção em que se aproximam os festejos natalinos, as ruas centrais de Campina Grande ficam cada vez mais tomadas pelos vendedores ambulantes que armam as suas tendas indevidamente e, com isso, atrapalham, inclusive, a passagem dos transeuntes, além de prejudicar as lojas comerciais, principalmente na Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e Cardoso Vieira. A situação nesses setores poderá ficar bem pior, notadamente porque o próprio secretário Edvan Pereira Leite, de Serviços Urbanos, em razão dos insucessos obtidos para disciplinar os camelôs, declarou que lavou as mãos em torno deste assunto, com isso os vendedores estão deitando e rolando e, por conseguinte, vem promovendo verdadeira bagunça nas ruas centrais desta cidade.⁵⁴

Nestas épocas do ano, o número de vendedores aumentava na proporção em que aumentava também o fluxo em direção ao centro da cidade, o que chamava a atenção das autoridades, que buscavam solucionar o que eles consideravam ser um problema decorrente da presença destes vendedores, como da obstrução das vias públicas para o trânsito de carros e pessoas e das reclamações dos lojistas.

Nestes momentos, o problema da presença dos ambulantes vinha à tona e as medidas eram de repressão e apreensão das mercadorias, não se tendo de antemão, um projeto sólido que tivesse por base a construção ou a alocação adequada destes vendedores. O fator disciplina faltava aos ambulantes da mesma forma que o fator planejamento faltava às autoridades públicas. Somente um ponto convergia entre os dois: a luta pela posse do espaço público, e os ambulantes passariam a driblar as leis e códigos de postura para sobreviver a essa luta pelo espaço urbano;

Há vários anos que a secretaria de serviços urbanos vem tentando disciplinar esses comerciantes ambulantes, porém estas tentativas tornam-se infrutíferas, pois quando os fiscais da SSU apertam o cerco, esses ambulantes conseguem fazer com que o seu disciplinamento não seja concretizado.⁵⁵

⁵⁴ *Camelôs desafiam a SSU e permanecem ocupando ruas*. Diário da Borborema. Campina Grande, 15 de dezembro de 1987.

⁵⁵ Idem;

Teremos o lugar do calçadão como espaço direcionado pelos pedestres, usado pelos vendedores ambulantes, tornando-se um lugar TDR (territorializado, desterritorializado, reterritorializado).⁵⁶ Territorializado pelos camelôs que expõem seus produtos nos canteiros das árvores, como se fossem vitrines, expostos para que os passantes possam apreciar e comprar. A desterritorialização (forçada), com o mesmo exemplo, quando esses foram retirados do lugar, por estarem atrapalhando a passagem, e a venda do comércio local; e, em seguida, a reterritorialização, quando esses mesmos camelôs retornam ao calçadão, voltando suas atividades comerciais ou quando são realocados em outros lugares. Daí o motivo pelo qual os ambulantes resistem à realocação em novos lugares, pois que, seus laços e sentidos de pertencimento a determinado território é ferido, quebrado, tendo que ser reconstruído num novo lugar. O laço de sociabilidade será refeito, começando tudo de novo, da apropriação do espaço, da construção das afetividades.

A construção de territórios se dá pelo desejo humano de adequar o espaço físico a seu modo, de acordo com suas necessidades e interesses, sejam esses políticos, econômicos, sociais ou culturais. Políticos de anexação de territórios com o sentido de pertencimento, de um pedaço que estava faltando; um jogo de poder. Econômico com interesses afins e divergentes sobre algum bem natural ou material; e sociais com interesses puramente de sobrevivência, por perseguições religiosas e pela necessidade de sociabilidade; e culturais pelas práticas cotidianas, pelo que se produz desse e nesse espaço, indo além de habitar, de ocupar um lugar.

Conseqüentemente, se o sujeito é o agente transformador desse território, se o território é moldado de acordo com seus interesses e atuação, sempre haverá territorialização e (des)territorialização. Uma constante mutável, ou seja, algo que se confunde em termos físicos e simbólicos, de caráter econômico e cultural, fazendo com que dificilmente possamos definir uma territorialidade, ou uma (des)territorialidade; e sim, levar em consideração uma terceira opção: a multiterritorialidade.

⁵⁶ TDR - territorialização, desterritorialização e reterritorialização- conceitos trazidos da geografia para explicar a dinâmica territorial atuante, isso influenciando tanto a questão territorial como cultural, de pertencimento e quebra de identidades, sendo identidades fragmentadas um conceito pós-moderno abordado por Hall In: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 2003. 7ª ed. BECKER, Dinizar F. ; DOLLABRIDA, Valdir Roque. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMAN, Milton Luiz (Orgs.). Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. 2ª. ed. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC. 2008. p.176.

A apropriação das ruas centrais de Campina Grande pelo comércio informal, os vendedores ambulantes, mudou ao longo dos anos, ao menos de nome de vendedores de frutas para ambulantes, pois que, de acordo com as fontes que disponibilizamos e da análise bibliográfica que fizemos, a presença destes comerciantes é uma constante. Vendedores de frutas, de animais, de fogos, de roupas, de meias, de produtos artesanais, mostrando que essa ocupação do espaço urbano propiciava a estas pessoas melhores condições de vida, algumas de Campina, zona rural, outras de cidades vizinhas ou do sertão. O ponto de encontro é o centro comercial de Campina Grande.

Violências e resistências

Nas décadas de 1970 e 1980, as principais ruas do centro de Campina Grande estavam tomadas por barracas de lona, enfileiradas por toda a rua. Quando chovia a situação se agravava, os vendedores tinham que desmontar suas barracas e a mercadoria, devido às chuvas, muitas vezes se estragava e causava grandes prejuízos. Os vendedores ambulantes, na sua maioria, eram homens e mulheres desempregados, que vinham da construção civil ou da zona rural e não encontrando outros meios de vida, partiam para as ruas Cardoso Vieira, Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Monsenhor Sales, e outras, para vender de forma “incipiente”, seus produtos - meias, roupas, frutas e “bugigangas”. Estes sujeitos uma hora ou outra, ganhavam as páginas dos jornais, que noticiavam o problema, publicando as queixas dos comerciantes lojistas e da CDL, ao mesmo tempo em que estes letrados pediam providências às autoridades públicas para que as ruas tomadas por estes sujeitos fossem “desobstruídas” e assim os carros e os pedestres pudessem transitar livremente e sem incômodos.

Colocada a questão, o que tratamos aqui são as várias formas de violência sofridas por estes vendedores ambulantes, a começar pela violência física. Exemplo disso são as ações do “rapa”, publicadas na matéria do Diário da Borborema, dia 21 de março de 1991;

O calçadão da Cardoso Vieira, ontem pela manhã, tornou-se um palco de guerra entre os vendedores de frutas e o famoso “rapa” da Prefeitura, que são fiscais da Secretaria de Serviços Urbanos. A confusão foi iniciada quando os fiscais tentaram levar a mercadoria do vendedor ambulante Rubens dos Santos, que se rebelou e teve seu carro virado.

Houve muita confusão e discussão, os fiscais chamaram a policia para prender o vendedor, quando o presidente do PT, Jairo Oliveira que estava no local juntamente com José Antônio do sindicato dos comerciários, Eugênia Nascimento do sindicato dos bancários e o vereador Freire não deixavam que o vendedor fosse preso.

Falando a respeito do incidente, Jairo Oliveira diz que 'nós queremos ver uma cidade limpa, mas é preferível deixar que as pessoas trabalhem para sustentar suas famílias do que ficar sem fazer nada e partir para a marginalização. (D.B- 21.03.1991; p.7) (*grifo nosso*)

Ações como essas, travadas no centro da cidade, transformam o centro comercial num "palco de guerra", como diz o jornalista, com os fiscais da Prefeitura reprimindo a ação dos ambulantes, que tem seus carros de frutas virados pelos fiscais, colocando abaixo toda a mercadoria. Na ocasião, estavam presentes figuras políticas. Um vereador, que nessa época, para os ambulantes era tratado como padrinhos, pelo fato de se colocar a favor dos vendedores, não deixando de se colocar, primeiramente a favor da ordem pública e da limpeza da cidade, quando o próprio vereador que recorre para defender o ambulante diz que prefere ver a cidade limpa, mas que as ações e apropriações por parte dos ambulantes são praticamente impossíveis de serem impedidas e controladas, restando apenas aceitar a situação.

Outro momento de violência que se deu pela ação do "rapa" no centro da cidade, nesse mesmo dia 21 de março, acarretou na morte de um vendedor de frutas:

O espancamento do vendedor Geraldo Augusto dos Santos ocorreu no dia 21 de março deste ano no calçadão da Cardoso Vieira, por volta de meio dia, quando chegaram naquela área de lazer o fiscal da SSU, José Inácio Martins, que mora na rua Santa Luzia, 248, na Estação Velha acompanhado de mais dois colegas de trabalho e partiram para cima do camelô no intuito de tomar o balaio de umbu que ele estava comercializando no Calçadão.

Geraldo, ao notar que os fiscais da SSU iam tomar o único sustento de sua família, tentou resistir e não quis entregar a mercadoria, o que deixou os fiscais revoltados com a atitude do camelô. Eles partiram para agredir o ambulante, que após ter sido espancado com várias pauladas nas costas, caiu ao solo e ficou por vários minutos desacordado. (D.B- 30.07.1991)

Além da violência física tem também a violência moral e verbal, quando muitas vezes estes sujeitos são nomeados de camelôs pelos discursos de jornalistas e letrados como pessoas desonestas, de índole e produtos de “procedência duvidosa”. Como historiador cabe-nos o papel de mostrar a questão e analisar do ponto de vista histórico, no que acarretou para o espaço urbano e para as pessoas envolvidas este processo de apropriação e desapropriação. Os camelôs se posicionavam contrários às transferências, se utilizando de táticas até mesmo através dos discursos repetidos por eles. Os discursos mais frequentes são o de que através do comércio na rua tiravam o sustento da casa e da família; ou que era o único meio de sobrevivência deles, pois sem emprego, acabariam por aumentar o número de desempregados na cidade; sua presença não atrapalharia os comerciantes pois seriam eles que davam alegria e cor as ruas; os locais para os quais são removidos não apresenta a movimentação das ruas mais centrais, o que causaria prejuízos irreparáveis; dentre outros discursos que eles se utilizavam para convencer as classes dirigentes, o poder público e a opinião pública.

A violência na cidade se dá de diferentes formas, não necessariamente a violência física, o que seria mais fácil de ser detectado, pois que carecia de um processo judicial em que necessitaria de testemunhas, julgamentos e muitas vezes com parte dos que detém o poder, em alguns casos, ficando mais difícil para os desprovidos de algum poder, seja de influência política ou financeira, ganhar a causa. Mas a violência verbal, a violência moral e violência simbólica, por serem subjetivas, são mais difíceis de ser detectadas, pois que, a partir do contato cotidiano e inevitável entre os diferentes sujeitos num mesmo espaço, vai gerar desentendimentos por parte de determinados setores econômicos que vão tentar combater atividades vistas como duvidosas.

Esse tipo de contato, no espaço da cidade entre os diferentes sujeitos, de cor, credo e posição social diferentes faz com que os atritos sejam inevitáveis. A cidade é o espaço onde as pessoas trabalham, circulam, comercializam, compram, fazem política, discutem assuntos cotidianos, estudam, mendigam, realizam mobilizações e reivindicações; é o espaço onde os sujeitos se expressam se encontram e se chocam, de forma harmônica ou conflituosa. Estes encontros fazem parte do cotidiano de muitas pessoas que frequentam o centro comercial da cidade quase todos os dias e se deparam muitas vezes com situações desagradáveis.

2.3. Configurações histórico-espaciais da cidade

As configurações espaciais na cidade de Campina Grande comportavam um centro comercial de grande influência na região e no estado paraibano, onde pessoas do estado e de outras regiões comerciavam. Aliado a essa efervescente pujança comercial da cidade, que constantemente era nomeada pelos letrados e jornalistas desta forma, a capital do trabalho, do algodão, da riqueza comercial e econômica. Na década de 1970 começa a se desenhar aos olhos dessa elite letrada, representando em seus discursos jornalísticos o potencial de Campina Grande e dos investimentos que estavam sendo feitos por parte dos órgãos estaduais e federais, para que o setor industrial obtivesse também um almejado crescimento e reconhecimento em toda a região.

Em paralelo a este desejo de crescimento e desenvolvimento crescia também o número de desempregados causado pelo fechamento de alguns estabelecimentos fabris, como da indústria de fogões Wallig Nordeste, passando a fazer parte do pesadelo de muitos dos trabalhadores que estavam sendo demitidos e que buscavam outros meios de sobreviver. Muitos campinenses que atuavam na construção civil também se encontravam parados, desempregados pela queda desse setor, em que muitos buscavam empregos em outros estados brasileiros, do Sul e Sudeste. Estes retornavam, devido à crise do desemprego atingir boa parte da população, inclusive os trabalhadores campinenses.

Foi-nos possibilitada à investigação de tais conflitos e comportamentos cotidianos na cidade através de novas fontes e novos métodos, além de abrir o campo de pesquisa para outros objetos, como o que nos propomos a investigar dos vendedores ambulantes no centro comercial de Campina Grande. De tentar detectar e descrever as formas de apropriação que estes sujeitos fazem do espaço público para comercializar e de como o encontro entre estes e outros sujeitos de interesses contrários, como os comerciantes locais, que pagam seus tributos e impostos para ocupar determinados espaços, aluguéis altos por se tratar das principais ruas do centro, fato que deixa de fora estes vendedores ambulantes que vão atuar fora da legalidade. Segundo o olhar dos comerciantes e da CDL, desenvolvendo o trabalho informal que cresce cada vez mais em grandes e pequenas cidades brasileiras.

Com relação à determinação da Prefeitura em retirar os ambulantes do calçadão, os comerciantes alegam que o “tumulto” causado pelos mesmos prejudica a passagem de pedestres e, conseqüentemente, as vendas em seus estabelecimentos. Esse seria o discurso “legal”, utilizado pelos comerciantes, contrapondo-se ao discurso dos ambulantes, pois esses estariam invadindo um lugar que se destinaria ao lazer e a passagem de transeuntes. Por sua vez, os ambulantes alegam que estão no local há bastante tempo e que, através dessa atividade comercial sustentam a casa e a família, não podendo deixar o local. E respondem que os comerciantes que estão tentando tirá-los do calçadão são da CDL, já que com a venda dos produtos a preços mais baixos atraem pessoas em busca de pechincha, coisa que as lojas não oferecem. Também com relação a isso, no relato de um vendedor ambulante:

A pressão maior era da Associação Comercial. Como ainda hoje existe. A associação comercial faz pressão todo o tempo. Não muda não... Eles alegavam que o trabalho da gente era irregular, que tava prejudicando eles (...). (SILVA NETO, 2011)

A “invasão” causada pelos ambulantes no espaço público não fere aos comerciantes estabelecidos apenas no que esses últimos consideram ser seu de direito, por contribuírem com o pagamento de impostos. Essa “invasão” vai se dá no campo simbólico, no sentido de pertencimento que o grupo dos comerciantes já construiu para si. Os ambulantes, que vão chegar depois, mais do que não compartilhem do mesmo sentido de trabalho nem da mesma categoria de trabalhadores (juridicamente falando), eles não compartilham os sentimentos comuns aos comerciantes. A disputa que é travada não se limita apenas ao espaço físico, das ruas. Ela parte para as sensibilidades, para as subjetividades que estão intimamente relacionadas com o material. Até porque, a construção da territorialidade se dá pela ação dos sujeitos e pelo sentido de pertencimento. Mesmo que estes dois grupos de trabalhadores ocupem o mesmo espaço, estarão separados pelo que marca ou define suas relações de sociabilidades e afetividades, o que leva ao desentendimento e a disputa pelo território.

Um dia após a ordem de “limpeza”, ao passar pelo calçadão, sem a presença dos camelôs e o “tumulto” causado por eles, esse espaço deixou de ser “o calçadão”. Aquela (des)ordem que o caracteriza(va), não estava mais lá. As pessoas passavam pelo calçadão. Apenas passavam. Os discursos e xingamentos, gritos e risos não estavam

mais lá. O que se tinha eram apenas passantes, e o calçadão, por um dia, torna-se lugar de circulação de pessoas.

Alguns dias depois após a expulsão, os ambulantes haviam se reapropriado do lugar. Essa retirada dos camelôs do calçadão pode ser vista como “disciplinar” por parte das autoridades envolvidas, que pregam o discurso do espaço “limpo” para que as pessoas possam transitar, e “anti-disciplinar” pelos ambulantes que dias depois, retomaram o lugar, aos seus “pontos de venda”, voltando, também, a dar outros sentidos ao calçadão, como espaço de disputas e relações de poder, em que, como relatado pelo nosso colaborador, ambulante e ex-presidente do sindicato dos vendedores ambulantes, “*o meio da rua é uma conquista*”⁵⁷. É uma disputa por território.

A cidade foge ao controle repressor e “disciplinar”⁵⁸ do início do século XX, do controle sobre os espaços públicos e da higienização desses, e a cidade vai sendo tomada por vendedores ambulantes, o que denuncia que dentro da cidade formal há uma cidade (ou cidades) informal, clandestina e indesejável que se faz presente a cada dia. (BRESCIANI: 2005)

Os vendedores de frutas

Os vendedores de frutas foram desapropriados e realocados diversas vezes. Em vários pontos da cidade, sofrendo muitas vezes o processo de desterritorialização, que se caracteriza pela forma conflituosa que se dá, pois que, nesses casos, usa-se da força para a retirada, expulsão de pessoas de um local para outro. Estes vendedores foram agredidos várias vezes pelos fiscais da Prefeitura e da SSU (Secretaria de Serviços Urbanos), sofrendo violências morais e ataques físicos, com a ação do “rapa” nestes pontos e ruas centrais, assim como acontecia na feira central, da presença dos fiscais e o temido “rapa”.

Os problemas alegados pelo poder público geralmente estavam ligados ao ordenamento e higiene do espaço público que, segundo o secretário, os vendedores de frutas além de impedirem a passagem dos pedestres por estas artérias e pelos calçadões,

⁵⁷ Entrevista com o vendedor ambulante João Bosco Barbosa da Silva, concedida em 07 de outubro de 2011.

⁵⁸ Ver: CHALHOUB, Sidney. Op. cit.

com suas carroças e balaios de frutas⁵⁹, estes não apresentavam qualquer forma de higiene, estando seus produtos expostos a todo tipo de sujeira e germes. Seria um caso de risco com a saúde alguém consumir tais produtos. Outra questão ligada à higiene destes espaços e outro ponto também levantado pelo secretário é o da sujeira que esses vendedores produzem quando que as frutas são consumidas nas calçadas e as cascas são jogadas no chão, sem um lugar adequado para ser depositado o lixo ou qualquer tipo de preocupação com a limpeza e estética urbana.

Estes pontos que foram apresentados são argumentos que partem do secretário de urbanismo para justificar a retirada dos vendedores de frutas das ruas centrais de Campina. A ordem agora seria remanejar estas pessoas para ruas adjacentes, cada vez mais se afastando das ruas centrais, na tentativa de “limpar” o espaço público da presença destes sujeitos, pois necessitavam de um centro comercial atraente, limpo, ordenado e bonito, que atentasse aos olhos dos visitantes e dos consumidores para o comércio, as lojas, as vitrines com roupas da última moda e não se deparassem com um verdadeiro “mercado persa”, no que diz a matéria do Diário da Borborema a seguir:

E os calçadões realmente se transformaram em mercados persas, ante a conivência da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Inconcebivelmente a área destinada a abrigar todos os camelôs, ao lado da Praça da Bandeira, continua livre, enquanto que os calçadões, principalmente o da Maciel Pinheiro, estão tomados pelos vendedores ambulantes, desfigurando o ambiente e impedindo a passagem dos transeuntes. Os calçadões não foram construídos para os pedestres? Os próprios camelôs concordaram com a transferência para a Praça da Bandeira, apenas exigindo que não houvesse discriminação e que mudança fosse para todos. O que fez a Prefeitura? Nada.⁶⁰

Estes vendedores foram realocados nas praças Rosil Cavalcanti, da Ternura e Praça da Bandeira. Depois, eles foram removidos para a Estação Rodoviária, seguindo determinação do então secretário, o agrônomo Roberto Cabral, na gestão do prefeito Evaldo Cruz (1973-1977). Os ambulantes tentavam resistir, alegando que estes locais não apresentavam o fluxo de pessoas e de consumidores que se tinha nas ruas mais centrais, como na Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro e por esta razão, resistiam à

⁵⁹ Os cestos de frutas eram encontrados em grande quantidade e também variedade. As frutas variavam de acordo com a estação do ano. Caju, cajá, manga, jambo, abacaxi, acerola, maracujá, limão, banana, seriguela, laranja, jaboticaba, entre outras.

⁶⁰ Diário da Borborema, Campina Grande, 03 de abril de 1982.

realocação em outros pontos da cidade. Estes fatores levaram, muitas vezes, ao embate de forças entre os vendedores de frutas e o secretário de serviços urbanos, gerando conflitos pela posse do território definido pelos primeiros como o lugar adequado para vender e assim sustentar suas famílias, já que as ruas e os calçadões apresentavam boa clientela, e para o secretário, estes espaços se destinavam à circulação de pessoas, pretendendo um ordenamento que obedecesse à estética urbana de outras cidades brasileiras, de forma que este ordenamento atraísse os olhares de investidores e de turistas, causando assim, uma boa impressão a todos.

Da realocação dos vendedores de frutas para a rua Rosil Cavalcanti, estes se viram obrigados a sair mais uma vez e procurar outros locais de venda⁶¹, como aconteceu no dia 22 de novembro de 1975, com pouco tempo firmados nesse local, os vendedores já se viram obrigados a procurar outros lugares para comercializar, sofrendo mais uma vez o processo de desterritorialização;

Os comerciantes que ficam situados na Praça Rosil Cavalcanti, nas proximidades da Estação Rodoviária estão preocupados com a existência de um projeto na Prefeitura objetivando a retirada da feira daquele local, pois acreditam que tal decisão seja devido à existência de um ambiente muito pesado moralmente quando mulheres de vida livre e estudantes tentam deturpar a paz do local (...). (DB. 22.11.75) (*grifo nosso*)

As táticas utilizadas pelos ambulantes podem ser detectadas em seus discursos, em que eles se utilizavam de argumentos como o fato de serem pais de família e que precisavam do trabalho para o sustento dos filhos ou que:

Alegavam os camelôs que negociavam ali até hoje, sofrendo as conseqüências do inverno e que o movimento estava começando agora, e quando todos esperavam recuperar, eram obrigados a se transferirem.⁶²

E quando essas medidas eram tomadas pela Prefeitura, comumente em períodos que a cidade recebia um maior número de visitantes para os festejos natalinos, fazendo

⁶¹ O projeto de lei defendido na câmara pelo vereador Ary Rodrigues, tinha por finalidade a retirada da feirinha de frutas da praça Cristiano Lauritzen para a construção de uma estátua de Rosil Cavalcanti "numa homenagem da cidade à memória daquele ilustre compositor que tanta vida deu a Campina Grande, divulgando-a no Brasil inteiro através de suas músicas". *Jornal da Paraíba, Campina Grande*, 26 de julho de 1972.

⁶² *Camelôs permanecerão na Maciel Pinheiro*. *Diário da Borborema, Campina Grande*, 15 de novembro de 1975.

com que aumentasse o fluxo de pessoas e aumentava também o número de vendedores ocupando as ruas centrais.

Em novembro de 1975 o número de barracas nas principais ruas do centro de Campina era de oitenta, tendendo a aumentar devido às festas natalinas e de fim de ano que se aproximava. Com isso, os órgãos públicos, juntamente com a Secretaria de Serviços Urbanos do município tinham que agir para evitar um número cada vez maior de barracas nas ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e Cardoso Vieira, que segundo o secretário, impedia a passagem dos pedestres nas calçadas, além de enfeiar a cidade. Em alguns depoimentos dos próprios ambulantes, alguns chegavam a dizer que as barracas de lona enfileiradas tomando toda a rua não apresentava uma estética muito boa, chegando a comparando-as com uma favela:

Eu mesmo trabalhava debaixo daquelas lonas quentes pra danar! Quando era chuva era se molhando dentro d'água (...). Quando você chegava que olhava pra trás, que via, achava aquilo feio! Uma favela! Realmente. Mas não tinha outro meio... A gente só tinha aquilo ali.⁶³

As fontes nos direcionam na nossa pesquisa. Ao falar de violência contra os vendedores ambulantes em Campina Grande, nos remetemos às questões sociais, de conflitos entre diferentes sujeitos. Mas, ao falar da violência que acontece de forma invisível, esta só pode ser captada através dos relatos orais de memória. Com isso abordamos a violência na cidade de Campina Grande, tanto no seu aspecto físico quanto simbólico. Há diferentes formas de reação por parte destes sujeitos quando coagidos de alguma forma, mas estes se utilizam de táticas para driblar tais coerções. Exemplo desta violência simbólica é o que vemos nos ambulantes serem chamados de camelôs; nas matérias dos jornais noticiando que suas barracas enfeiam as ruas; nas políticas públicas que não favorecem estes trabalhadores; do julgamento da procedência de suas mercadorias e das pessoas de poder aquisitivo mais elevado consumirem os produtos vendidos pelos ambulantes, mas não assumem que compram para si, e sim que estão comprando para suas empregadas ou para presentear alguém de classe inferior.

Estas situações que acabamos de citar podem ser captadas em alguns relatos dos próprios vendedores, como da senhora Maria José, que nos diz que o processo de mudança da rua para um espaço oferecido pela Prefeitura...

⁶³ Depoimento do senhor Antonio José de Moraes, em entrevista concedida no dia 04 de outubro de 2011.

Foi muito constrangedor pra gente porque... a gente... tinha gente que não ganhou os pontos... teve muita gente que teve muita dificuldade porque não coube todo mundo lá, entendeu? (...) eu fui prejudicada no bom sentido porque o combinado foi para as pessoas que tinham mais tempo, mais de dez anos na rua, iam ficarem na parte, nos melhores lugares. Então não houve isso. Houve muita distorção de pessoas que entraram sem até ser camelô. Entendeu? Tem pessoas ali que nunca levou nem um sol nem uma chuva e nem passou nenhum tipo de dificuldade pra montar barraca e desmontar, que era o que a gente fazia todos os dias.

A senhora Maria José nos fala das dificuldades e de um dos muitos constrangimentos pelos quais estes vendedores passaram no período que ocupavam as ruas centrais de Campina. Esse, e outros tipos de constrangimento, é uma forma de violência que estes trabalhadores sofreram por se apropriarem do espaço “público”. Estas formas de violência vivenciadas pelos ambulantes não estão registradas nas páginas dos jornais, não foram noticiadas em nenhuma matéria referente ao assunto. Pelo contrário, o que temos e vemos através de nossas pesquisas com estas duas fontes, tanto com o jornal como com os depoimentos é que muitas vezes precisamos contrapô-los aqui para melhor entender o processo de apropriação do espaço em questão, e mais, entender quais sensações as mudanças e as interferências causaram nestes sujeitos. Como noticiado na matéria do Diário da Borborema “calçadas congestionadas pelos camelôs” do dia 11 de novembro de 1975:

O secretário de Urbanismo do município, agrônomo Roberto Cabral, irá determinar a retirada dos camelôs da Rua Maciel Pinheiro, no sentido de oferecer melhores condições de trânsito aos campinenses, por ocasião da grande movimentação que deverá se registrar durante o mês de dezembro, por ocasião da época natalina.

O mês de dezembro, um mês comemorativo, em que o comércio passa a vender mais pela movimentação de pessoas que vão comprar presentes, pessoas não só de Campina, mas de toda região, seria um mês que favoreceria aos vendedores ambulantes, pois estes também estariam vendendo seus produtos. Com a retirada destes no período natalino, o prejuízo material e os danos causados a muitos pais de família que comercializavam nas ruas seria grande. O natal deles não estaria garantido. E a matéria segue com uma possível reunião para a resolução deste impasse entre secretário, pedestres e ambulantes. Por conta disso, continua a matéria, dizendo que:

Em reunião realizada anteriormente com os camelôs instalados nas referidas artérias, o titular da pasta de urbanismo havia prometido aos ambulantes que iria estudar a possibilidade de permanência dos mesmos naqueles locais, até o final deste ano. Mas, sabedores desta possibilidade, camelôs que negociam em outros locais da cidade estão invadindo as ruas Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira, principais artérias comerciais, aumentando em grandes proporções o problema para os pedestres, por causa das invasões às calçadas.

Vemos que, na possibilidade de abertura para que os ambulantes permanecessem nas ruas e comercializassem seus produtos no período natalino, fez com que outros vendedores que ocupavam outros espaços da cidade também seguisse para as principais artérias do centro, no sentido de também, com isso, terem o seu natal garantido, já que grande parte do movimento de pessoas, pedestres e consumidores se condensava nestas ruas. A partir desta passagem do jornal podemos detectar a ação astuciosa dos ambulantes em, aproveitando-se da possibilidade noticiada, da permanência destes nas ruas Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro no período natalino, também poderiam tirar algum proveito da situação. Mostrando também que estes vendedores acompanhavam o que estava sendo publicado sobre eles.

Nesse momento, podemos contrastar o discurso jornalístico com os depoimentos dos vendedores ambulantes, no sentido de que, o primeiro noticia aquilo que diz respeito à cidade na sua forma material, organizacional e funcional. Ou seja, das ruas desobstruídas para a passagem dos pedestres; do ordenamento nas calçadas com melhor visibilidade para as lojas modernas que vendiam às elites campinenses; do embelezamento da cidade, especialmente em datas comemorativas como o natal, para que os consumidores e os visitantes se deparassem com uma cidade organizada, limpa, ordenada. Do outro lado, os depoimentos dos vendedores ambulantes e das dificuldades enfrentadas por eles em montar e desmontar suas barracas, da precariedade no armazenamento dos seus produtos, ainda mais quando chovia; dos prejuízos e dos constrangimentos causados quando da sua remoção de um lugar para o outro sem nenhum tipo de planejamento por parte daqueles que reclamavam a ordem no espaço urbano.

Com isso, nossas fontes nos direcionam como rastros a serem seguidos, quando na fala de um depoente, este nos informa a gestão do prefeito em que tais mudanças

ocorreram. A partir desta informação, buscamos o período exato do qual fala nosso colaborador em seu depoimento, e a partir da data e da gestão do prefeito citado no depoimento, buscamos nos jornais o que estava sendo noticiado naquele período a respeito do problema que levantamos. Com isso vemos a ligação entre as fontes, que pode ser contrapostas, confrontadas ou complementadas. Para desenvolver este trabalho, a proposta que fizemos de início era falar do rapa que ocorreu na Rua Maciel Pinheiro no ano de 1986 e que um vendedor ambulante foi assassinado. Bem, estas informações nos foram passadas por alguns depoentes, ambulantes que presenciaram o fato e outros que ouviram falar sobre o acontecido em anos seguintes.

Ao analisarmos as relações sociais entre vendedores ambulantes, comerciantes, jornalistas e órgãos públicos que estavam ligados ao ordenamento e planejamento urbano, os conflitos são iminentes e de uma forma ou de outra vem à tona, seja de forma material, quando dos “rapas”, ou simbólica, quando dos discursos que são construídos pelos letrados em torno destes sujeitos.

Alguns comerciantes não concordam com a opinião de que os ambulantes prejudicam as vendas nos seus estabelecimentos. Pelo contrário. Mesmo usando métodos antigos para “provar as roupas em pleno meio da rua ou medindo a cintura no pescoço”, os camelôs ajudam a movimentar as áreas comerciais e em nada atrapalham o movimento das lojas. Essa contradição nas informações que são publicadas no jornal, em que, hora justificam a remoção dos ambulantes das ruas centrais por causa das freqüentes reclamações dos comerciantes, em constante desacordo e disputas CDL e sindicato dos ambulantes, como segue a matéria:

Para evitar os constantes congestionamentos, principalmente nos calçadões do centro da cidade, em épocas de grandes festas tradicionais, como junina e natalina, a partir do próximo mês de janeiro, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Serviços Urbanos, dará início a um estudo objetivando resolver definitivamente o problema dos camelôs, em Campina Grande.

Foi o que anunciou ontem o secretário de serviços urbanos, Mário de Sousa Araújo, ao ser abordado sobre a proliferação de comerciantes ambulantes, nas principais ruas centrais que inclusive, tem dificultado o tráfego de pedestres pelos Calçadões das ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva.

O estudo, segundo Mário Araújo, visa encontrar uma forma de afastar os camelôs das portas das lojas da cidade, que em

consequência da aglomeração, têm surgido inúmeras reclamações por parte dos lojistas, que se sentem prejudicados com a concorrência desleal, empreendida pelos pequenos comerciantes, que negociam mercadorias que variam desde o enfeite de cabeça para moças, até mesmo, às roupas, calçados e artigos para presente por preços muito mais baixos.⁶⁴

E num outro momento, esse mesmo veículo de comunicação publica uma matéria em que podemos mostrar que as opiniões dos comerciantes divergiam, assim como divergiam as pessoas que se diferenciavam umas das outras;

Há quem questione a concorrência paralela que os camelôs fazem às lojas, mas as opiniões entre os comerciantes a este respeito são divididas, pois, enquanto uns se sentem prejudicados pela atuação dos ambulantes, outros, como é o caso de José Torres, gerente de Patrícia Calçados, acreditam que os camelôs ajudam a movimentar as áreas comerciais e em nada atrapalham o movimento das lojas.⁶⁵

Assim como falar dos comerciantes estabelecidos com suas lojas no centro da cidade não implica dizer que todos estavam de acordo ou pensavam da mesma forma com relação aos vendedores ambulantes. Estas pessoas se diferenciam nas suas relações cotidianas, nas suas experiências de vida. Alguns comerciantes ou um determinado número deles até podia se posicionar contra o comércio ambulante, mas seus motivos poderiam/podiam divergir uns dos outros.

O discurso que era propagado pelos veículos de comunicação como o rádio, o jornal ou a televisão passam a se condensar nas formas de expressão de algumas pessoas, que passam a tomar estas afirmativas como sendo verdadeiras. Mas essa é uma verdade que não demora em desaparecer ou ser esquecida por aqueles que, por alguns instantes, acreditaram ou até ajudaram a propagar tais afirmativas como verdades.

Quando pensamos ou falamos de determinados grupos sociais ou de trabalhadores, devemos pontuar as diferenças que marcam estes grupos. Falar de vendedores ambulantes não remete a uma homogeneidade/igualdade de sujeitos e ações. Exemplo nos depoimentos de alguns colaboradores, vendedores ambulantes, que

⁶⁴ *Secretaria estuda forma de remanejar os camelôs*. Diário da Borborema, Campina Grande, 28 de dezembro de 1985. Nesse momento, são vinte mil vendedores ambulantes em Campina Grande, sendo seis mil só no centro da cidade. Apenas dois mil são filiados ao sindicato. In: "sindicato dos ambulantes reivindica novos calçados". DB 1.12.1990.

⁶⁵ *Comércio entra em ritmo de loucura e insegurança*. Diário da Borborema, Campina Grande, 21 de dezembro de 1985.

exerceram a atividade de vender nas ruas centrais de Campina e que tiveram a oportunidade de conseguir um lugar adequado com a construção do camelódromo. E perguntados sobre qual a melhor fase, se no lugar novo ou antigamente, estes apresentaram opiniões contraditórias, o que mostra que as experiências individuais, mesmo fazendo parte de uma coletividade, são específicas e subjetivas.

Nos relatos de alguns vendedores ambulantes estes pontos foram analisados por nós, quando que temos alguns depoentes usando destes discursos pregados pelos letrados e sendo tomados para si, na construção de um discurso próprio, que se condensa em suas falas. Estes pontos (e contrapontos) a respeito do que se noticiava sobre os ambulantes foram detectados por nós nos depoimentos dos entrevistados e serão apresentados no capítulo seguinte.

Capítulo III

Os vendedores ambulantes: sujeitos transformadores do espaço

Assim como um artista deixa sua marca nas suas criações, fazendo parte dela a ponto de se confundir, os nossos sujeitos também deixam suas marcas, seja na ação e nas suas práticas cotidianas que, mesmo de forma invisível ou imperceptível aos olhos de alguns, deixam suas marcas num traçado da rua, numa remodelação espacial e num reordenamento do centro da cidade que antes não fora pensado ou planejado para tal. Estes sujeitos, os vendedores ambulantes, atuam silenciosa e invisivelmente na forma como novos espaços serão pensados, construídos e como serão reordenados. São participantes e protagonistas da suas histórias, da História ou de uma história que construímos a partir dos seus relatos. Sujeito e objeto se confundem na forma como o abordamos ou, da forma como eles se mostram para nós, quando tentamos construir nossa representação sobre o que é tido e lido por nós como representação a partir de suas lembranças.

Para além da apropriação do espaço físico da cidade, os vendedores ambulantes pertencem a uma determinada comunidade e ao espaço que tomam para si, das relações cotidianas com seus clientes e com seus companheiros de negociações. É interessante desenvolver essa lógica para os espaços públicos: “as distâncias espaciais coincidem com as distâncias sociais”. As pessoas muito afastadas no espaço social podem se encontrar, entrar em interação, ao menos por um breve tempo, no espaço físico da cidade. (BOURDIEU, 1990:153)

Não poderíamos deixar de mencionar a cidade como o “espetáculo da pobreza” do século XIX, com as cidades de Londres e Paris, e a partir de quando vai ser pensada e exigida uma cidade limpa, em que os odores e as sujeiras causadas pelos pobres e pelos excluídos não mais poluam, visualmente, o cenário em construção, que atendessem aos caprichos de uma burguesia que ansiava pelo progresso e pela civilidade. Bresciani (1982) parte de uma lógica que seria apresentar o crescimento dos grandes centros urbanos em decorrência do desenvolvimento industrial e do sistema capitalista. Já o

planejamento urbano seria pensado, segundo a autora, em decorrência do crescimento populacional e, conseqüentemente, dos problemas gerados por ele.

Figuras fugidias, indecifráveis para além de sua forma exterior, só se deixam surpreender por um momento num cruzar de olhares que dificilmente voltarão a se encontrar. Permanecer incógnito, dissolvido no movimento ondulante desse viver coletivo; ter suspensa a identidade individual, substituída pela condição de habitante de um grande aglomerado urbano. (BRESCIANI, 1982:11)

Essa passagem nos ajuda a pensar sobre os sujeitos na cidade, fazendo uma comparação com os personagens apresentados por Bresciani com os que encontramos na Campina Grande de 1970 a 1996. Os idosos, os miseráveis, pedintes, mendigos, drogados são os personagens apresentados pela autora que configuravam as capitais européias oitocentistas e que encontraremos no espaço urbano de Campina Grande num outro tempo e espaço, portanto, tomando sentidos diferentes.

A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia.⁶⁶

O que cabe destacar no viés de análise introduzido pela história cultural é que a cidade não é mais considerada só como um locus privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais. (PESAVENTO, 2007: 13) Este seria o conceito de representação que Pesavento nos apresenta ao analisar as cidades, em que os estudos de uma história cultural urbana se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade.

Os vendedores ambulantes compõem este cenário urbano como sujeitos que ajudaram a modificar um lugar a partir do momento em que se apropriam de determinados espaços.

⁶⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53. 2007. p.14.

Os sujeitos, os personagens da cidade em sua cotidianidade não se caracterizaram apenas pelo embate de forças ou pelos conflitos entre grupos sociais distintos, que mostramos no segundo capítulo e que não passaram despercebidos em nossa análise, mas que, trata-se ainda de interpretar os usos e representações que fazem os diversos grupos sociais deste espaço nas suas formas mais dinâmicas, no momento em que eles fogem ao controle e a repressão e nos momentos que constroem seus laços de sociabilidade com as demais pessoas quando estes nos falam sobre amizades construídas com clientes, comerciantes, companheiros de rua e com os próprios fiscais da Prefeitura.

Assim como os personagens que nos deparamos lendo algumas destas matérias, vem à tona o que do contrário poderia passar despercebido. Assim como escritores e jornalistas, nós recortamos um cenário, uma situação e determinados sujeitos para dar uma ampliada na lente e captar os movimentos, direcionando-a e reduzindo quando necessário. Lançamos um olhar mais apurado na tentativa de uma contextualização e reconstrução do passado, algo que pode parecer fácil de ser dito, mas não é. No nosso papel de historiadores, selecionamos aquilo que pretendemos mostrar aos outros, aos pares, e esta seleção parte de subjetividades, de sensibilidades indispensáveis já que não estamos mais desligados e separados do nosso objeto.

As pessoas, os sujeitos, o cotidiano, os jornalistas, eles sabem que estão lá, fazem parte desse passado que se faz presente no momento em que o representamos nesta escrita. E é nesse momento, que escrevemos aos pares, que mostramos e, mais que isso: chamamos atenção para determinadas práticas que a partir daqui serão vistas a partir dos relatos orais de memória dos nossos colaboradores.

3.1. A história do cotidiano aplicada ao cenário campinense através dos relatos orais de memória

Quando falamos em cotidiano devemos também tentar ultrapassar a oposição entre “detentores” e “excluídos”, atentos para evidências de que, no interior das relações entre os dois grupos, inscreve-se outra coisa além de uma configuração sucedendo-se a outra; inscrevem-se formas de visibilidade e de modos de enunciação próprios a fazer emergir cada grupo enquanto sujeito da história.

De acordo com Burke (2000),

Os historiadores se interessam, ou de qualquer modo precisam se interessar, pela memória a partir de dois pontos de vista. Em primeiro lugar, têm de estudar a memória como uma fonte histórica, elaborar uma crítica da confiabilidade da reminiscência no teor da crítica tradicional de documentos históricos.(BURKE, 2000; p.72)

Ao falarmos da fabricação das fontes, temos a oralidade como uma fonte provocada por nós, pesquisadores, ao registrarmos os depoimentos e transcrevermos, transformando-os em documento. Historiadores estão sempre a fabricar suas fontes a partir do momento em que olham para um objeto, um papel, um documento, uma carta ou um jornal e lançam uma pergunta sobre ou através dele.

Vemos a história oral como uma metodologia que nos ajuda a ampliar as possibilidades de interpretações do passado.⁶⁷ Análise que Alberti (2010) faz, parte de uma abordagem metodológica, da oralidade como ferramenta utilizada em várias disciplinas e que está sendo utilizada por nós como recurso metodológico para uma melhor compreensão da realidade⁶⁸ pretendida.

A História Oral chega ao Brasil na década de 1970 e ao longo da década de 1980, formaram-se núcleos de pesquisa e programas de História Oral voltados para diferentes objetos e temas de estudo, e com o surgimento destes novos objetos, vida cotidiana, família, gestos do trabalho, rituais, festas, formas de sociabilidade, surgem novos métodos, como da história oral, para que façamos ou levantemos outras questões, novas abordagens, aliadas à ajuda de métodos trazidos de outras disciplinas, como a Antropologia. Caso contrário, como poderíamos representar o que os ambulantes sentiam do momento em que trabalhavam nas ruas? Como poderíamos captar as suas angústias, as alegrias que vivenciaram?

As perguntas e dúvidas que serão levantadas com relação ao uso da História Oral são: como controlar essa oralidade, como estabelecer sua versão definitiva, como lhe atribuir uma autoria, como decifrar o seu sentido?⁶⁹

⁶⁷ ALBERTI, Verena. Fontes orais - Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2010. Pp.155-202.

⁶⁸ JUCÁ, op. Cit. p.20.

⁶⁹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. As dobras do dizer: da (im)possibilidade da História Oral. In: *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc. 2007.

As fontes escritas nos dão uma configuração da Campina Grande diferente da que encontraremos nos relatos orais de memória dos nossos entrevistados. Em alguns momentos estas fontes se encontrarão, seja de forma complementar, de entrecruzamento de informações ou de confrontar algumas informações que nos mostrarão as contradições urbanas em uma cidade que se diz progressista e desenvolvida. Mas, o mais importante será o significado e o uso diferenciado que daremos a cada uma delas, de acordo com o assunto que estaremos abordando.

Ao contrapormos ou confrontarmos as informações obtidas no depoimento de um entrevistado com outro tipo de fonte, no caso do vendedor ambulante José Bernardino, que em seu depoimento sobre o sindicato que comporta a categoria dos vendedores ambulantes nos diz que o fundador do sindicato foi seu cunhado, Martins. Consultando o boletim *Notícias Sindicais*, obtivemos informações a respeito de um outro fundador do sindicato, o senhor Antonio Pereira de Moraes.

Nesse caso, a quem dar credibilidade? Afinal, qual das duas fontes estaria fornecendo uma proximidade com a verdade? Este caso, nos parece, requer a aplicação do método indiciário de Carlo Ginzburg. Ao buscarmos indícios dos possíveis fundadores do sindicato. Talvez não tivesse sido fundado por uma única pessoa. Talvez o senhor José Martins, por ter sido citado como o fundador da Associação, possa ter sido um dos primeiros a filiar-se à organização.

Com isso, vemos que a fonte não é uma prova que nos dirá a verdade. Ela nos dá subsídios para uma aproximação do real a partir de versões que nos são apresentadas. O documento impresso nos mostra uma versão que se diferencia da oralidade. A visão que os ambulantes terão do sindicato e correspondentes informações serão diferentes daquelas tidas pelos jornalistas.

3.2. A oralidade que nos chega pelas fissuras das rochas da memória

Não haveria como fazermos esta análise dos espaços e suas subjetividades sem falarmos do passado e dos lugares que se tornaram impregnados de memória, compartilhando do mesmo conceito apresentado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, de memória coletiva, em que “são os indivíduos que lembram, mas são os grupos sociais que determinam o que é memorável”. Estes lugares de memória de que

nos fala Halbwachs pode ser remetido às ruas do centro de Campina Grande em que, as experiências compartilhadas pelos ambulantes irão compor aquilo que eles vão rememorar, ao falar do que vivenciaram, das relações com o sindicato, com os companheiros de trabalho, com as autoridades.

Assim fizemos com os depoimentos dos nossos colaboradores, os vendedores ambulantes que nos mostraram, através dos seus relatos o quanto pode ser dito e mostrado, o que não encontramos em outro tipo de fontes. Eles nos deram subsídios para que mostrássemos o quanto diferem uns dos outros. Suas experiências e visões sobre o trabalho, sobre as amizades, sobre o que vivenciaram são compostas por fragmentos de vivências e experiências de outros, pois “uma memória pessoal é também uma memória social, familiar e grupal” (BOSI, 2004:37) que, ao rememorar, vem à tona na fala. Mas que, faz com que suas falas se tornem individuais, pois que compartilharam de experiências diferentes. A opinião de um não seria a mesma do outro sobre um determinado tema apenas pelo fato de pertencerem a mesma categoria de trabalhadores ou de ocuparem o mesmo espaço.

A intencionalidade contida na fala dos depoentes ao narrar as suas experiências nas ruas centrais de Campina Grande e sobre as diferentes formas de se relacionarem com poder público, políticos, comerciantes e companheiros de trabalho está pautada na forma do rememorar, tocando nos pontos que mais marcaram positiva ou negativamente a vida de cada um, como numa tentativa de ter algum reconhecimento depois de tantas dificuldades enfrentadas nas ruas. Temos como exemplo o depoimento do senhor José Bernardino da Silva Neto⁷⁰, que na sua narrativa repete a palavra mudança em várias ocasiões. Uma delas diz respeito à mudança no traçado das ruas quando se refere à Maciel Pinheiro, no ano de 1993:

A mudança, né. Toda mudança é bom pra uns e ruim pra outros. Na mudança eu tive muita dificuldade e no momento quando foi, porque teve mudança na rua mesmo. A minha esposa tinha sofrido um acidente, aí foi meio difícil. (SILVA NETO, 2011)

O senhor Bernardino se refere tanto a mudança que ocorreu nas ruas, com a reabertura da Maciel Pinheiro no ano de 1993 e da circulação de carros por esta artéria, fato que vitimou a sua esposa, que foi atropelada. Para ele, esta é uma lembrança ruim

⁷⁰ Entrevista com o senhor José Bernardino da Silva Neto, realizada no dia 21 de setembro de 2011.

porque foi muito difícil, já que a sua companheira, na vida pessoal e profissional havia sido prejudicada devido ao acidente que sofreu, ficando um bom tempo sem poder trabalhar. Depois disso, o nosso colaborador fala da mudança com relação à transferência dos ambulantes para o camelódromo⁷¹ que vai se dá anos depois desse acontecido, em que, novamente a palavra “mudança” é referenciada por ele:

A data eu não me lembro bem não, mas eu me lembro bem da mudança, né. É porque no começo dessa mudança o sindicato foi olhar o prédio em São Paulo. Convidou umas pessoas pra ir olhar o prédio pra eles se basearem e fazer igual lá, né, a estrutura. Aí, nisso aí quem levou vantagem foi o presidente, o vice presidente. Os diretores né. E ainda hoje ambulante vê ficou sem ponto, principalmente a minha esposa que botaram ela lá pra arca. Depois dela lutar muito foi que ela conseguiu um ponto aqui embaixo. (SILVA NETO, 2011)

Novamente, Bernardino, através do seu depoimento com voz pausada, cabeça quase todo momento abaixada, remexendo na memória àquilo que o deixou descontente, parecendo que estava sentindo a mesma sensação de decepção que teve quando da época em que trabalhava nas ruas, presta-nos subsídios para que associemos as suas lembranças e a forma como ela é narrada à composição do que foi lembrado por ele como sendo de momentos difíceis e marcantes. A sua narrativa mostra a relação da memória pessoal ligada à familiar, ao relatar os problemas pelos quais passou sua esposa e relacionando-os ao próprio grupo que fazia parte (e ainda faz), ao falar da ação dos dirigentes do sindicato dos ambulantes ao dizer que os maiores beneficiados com as mudanças foram eles, “os cabeça”, segundo seu Bernardino.

Diferentemente dos fatos, as datas são difíceis de serem lembradas: “a data eu não me lembro bem, mas eu me lembro bem da mudança”. Aqui, fica mais marcante na memória do nosso colaborador àquilo que vêm à tona com maior facilidade, seja ao falar dos bons momentos, como (e principalmente) dos momentos difíceis. Mesmo o depoente afirmando que lembra bem o momento da mudança, é muito difícil, até impossível recuperar, tanto para ele como para nós historiadores, as impressões e os sentimentos vivenciados por ele, pois que, segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2007), “as sensibilidades são sutis, difíceis de capturar, pois se inscrevem

⁷¹ O camelódromo foi construído na segunda gestão do prefeito Cássio Cunha Lima (1999-2002).

sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são mais os nossos”.

A autora fala do trabalho do historiador da cultura e de sua tentativa em abordar novas questões que vão ser colocadas, e uma delas é atuar no campo das sensibilidades em que o historiador busca representar a forma como as pessoas sentiam numa determinada época, mas que “ao trazer o passado para o presente precisa dar a ver esta diferença no tempo”, precisa separar esse tempo; o tempo que busca representar na sua escrita ao mostrar ou tentar se aproximar ao máximo de como as pessoas sentiam num tempo passado com o tempo presente, recriando nesse intervalo uma nova temporalidade, “onde estejam contidas as formas de ver e sentir dos homens de uma outra época”. (PESAVENTO, 2007:15)

E falando dos sentimentos relacionados à mudança dos ambulantes para o camelódromo, estes não foram marcantes apenas para o senhor José Bernardino, mas também para a senhora Maria José⁷² que, ao ser questionada sobre a remoção dos vendedores da rua Maciel Pinheiro vai dizer que:

Foi muito constrangedor pra gente porque a gente não... tinha gente que não ganhou os pontos. Teve muita gente que teve dificuldade porque não coube todo mundo lá, entendeu. Eu fui prejudicada no bom sentido porque o combinado foi para as pessoas que tinham mais tempo, mais de dez anos na rua iam ficar na parte, nos melhores lugares. Então não houve isso. Houve muita distorção de pessoas que entraram sem até ser camelô. Entendeu? Tem pessoas ali que nunca levou nem um sol, nem uma chuva, nem passou nenhum tipo de dificuldade pra montar barraca e desmontar, que era o que a gente fazia todos os dias. (PEQUENO, 2011)

A palavra que Maria José vai utilizar para descrever o que sentiu naquela época é que foi “constrangedor”, não só para ela como para outras pessoas que ficaram sem ponto, acabando por ficar num local que, segundo ela, não tinha tanta visibilidade como nos pontos que se localizavam no primeiro piso. E o que deixou Maria José mais indignada foi justamente o fato de ter pessoas que não vivenciaram as mesmas

⁷² Entrevista com Maria José Tavares Pequeno, vendedora ambulante, realizada no dia 06 de outubro de 2011.

experiências e dificuldades que ela enfrentou no tempo das ruas, pois não levaram “nem um sol nem uma chuva, nem dificuldades para montar e desmontar barracas”.

Para além da apropriação do espaço físico da cidade, os vendedores ambulantes pertencem a uma determinada comunidade e ao espaço que tomam para si, das relações cotidianas com seus clientes e com seus companheiros de negociações. Ao falar de suas experiências, fala-se de um grupo ao qual pertencia, a dos vendedores ambulantes, o que remete a outras pessoas do grupo. É interessante desenvolver essa lógica para os espaços públicos em que os laços de amizades são construídos, e Dona Maria José vai dizer que:

Isso aí é muito bom. Isso é importante, a amizade. Graças a deus eu construí um laço muito bom de amizade, eu não tenho nenhum inimigo. São todos meus amigos. Eu chego lá é, tem canto que eu nem subo, nem vou porque não dá pra abraçar todo mundo, entendeu? Aí eu falo só ‘por cima’ porque não dá pra construir, ir lá e abraçar todo mundo. O tempo é pouco, corrido né. Mas graças a deus são todos meus amigos.

A depoente Maria José se refere aos companheiros de rua, àqueles que assim como ela, levaram muito sol e muita chuva, perderam mercadorias, foram removidos de um lugar para outro, ou que tenham entrado em conflito com comerciantes, coisas que, segundo ela, aconteciam cada vez que tomavam um novo lugar para montar sua barraca e comercializar. A relação que a depoente teve com os comerciantes não parece ter sido tão prazerosa quanto a que teve com outros ambulantes;

Eles não gostavam que a gente tomasse a frente das lojas deles, aí reclamavam muito com a gente. Quando era muito próximo, ficava muito próximo eles ficavam muito aborrecidos. Ficavam com inveja porque a gente vendia mais. (PEQUENO, 2011)

Todo depoimento, assim como o de Maria José, tem em comum a referência a outras pessoas que cercam ou que cercaram os depoentes, uma prova de que essa memória, ao ser formada, transformada e compartilhada através dos tempos (em relação ao tempo do vivido e o tempo do rememorado) com outras pessoas e com o meio social, mostra-se cada vez mais amarrada a uma coerência de acontecimentos e da realidade que buscamos representar, por ser uma produção social compartilhada. Ao falar dos laços que construiu com os companheiros de trabalho, lembrança prazerosa, e com os comerciantes estabelecidos nas ruas ocupadas pelos vendedores, uma lembrança

rancorosa, dona Maria José também nos fala da relação que se deu entre ela e seus clientes, em que:

Tinha o fato que vinha muita gente do sítio e tinha vergonha de entrar nas lojas, entendeu? Muita gente que vinha de sandália, de havaianas, vinham sujos. Assim, não vinham com a roupa adequada. Porque antigamente o pessoal só queria entrar numa loja se viesse bem arrumado. Vinham assim, um pessoal tudo arrumado, tudo bem arrumado né, e para entrar nas lojas tinha que ter uma boa aparência. Então o pessoal que vinha do sítio gostava de comprar a gente porque vinha de todo jeito, que vinha desarrumado. Tinha muitos clientes mesmos que era do sítio, eles diziam: não gosto de entrar nas lojas porque quando a gente entra na loja todo mundo fica logo olhando a gente. E aqui a gente vem pro meio da rua, vem e compra aqui. E a gente vende de todo jeito. Arrumado, de sandália, suado, de qualquer jeito a gente compra e vocês não fazem nem um tipo de discriminação.

A memória coletiva é definida por Halbwachs como:

Uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.⁷³

Optamos por trabalhar com os relatos orais de memória neste capítulo por tratar diretamente com estes sujeitos no centro da cidade e, queremos dar ênfase a alguns momentos, sendo necessário utilizarmos de outras fontes para entrecruzá-las quando necessário.

Instituição preocupada com o estabelecimento da verdade, com a metodização da produção e da transmissão do saber, a Universidade vai desqualificar as obras, fruto das oralidades, por estas estarem sujeitas à abertura constante do sentido, por serem produto das 'deturpações' incessantes, por não terem originalidade, por sua falta de coerência, por sua errância, por seu anonimato (...) (ALBUQUERQUE JR., 231)

Essa verdade, antes buscada e legitimada apenas através da escrita, dos documentos oficiais, que seriam inquestionáveis, absolutos, foi permitindo brechas e por entre essas brechas passaram sentidos, que não poderiam e não podem ser

⁷³ HALBWACHS, Maurice. et ali JUCÁ, p. 30.

registrados e petrificados para a eternidade. As errâncias ganharam voz e puderam ser condensadas e transformadas em palavras, em escrita, na proximidade das verdades. O anonimato influenciou justamente essa volta à oralidade. As brechas ou fissuras que as rochas rígidas dos metódicos e de um pensamento de outrora trouxeram em si, de uma verdade rígida, inquestionável e coerente foram suficientes para que por elas pudesse passar a fluidez dos sentidos, das sensibilidades, das incoerências e de outras tantas verdades.

Albuquerque Jr. vai dizer da tentativa romântica dos folcloristas e etnógrafos, segundo ele, “profissionais da saudade”, contrários ao progresso, na tentativa de recuperação de um passado eterno. Mas o nosso intuito em trabalhar com as fontes orais não foi a busca por esse passado eterno ou perfeito e na sua totalidade, que são coisas que estão fora da nossa capacidade. O uso que demos às fontes orais se vincula à busca por outros sentidos. Os sentidos, as sensações de quem trabalhou, circulou e conviveu com uma coletividade dentro do espaço urbano e que foram muitas vezes ditos contrários à ordem que se estabelecia a estes espaços através de discursos progressistas que se chocavam com tantas singularidades.

O vendedor ambulante José Martins⁷⁴ há sessenta anos comercializa nas ruas de Campina Grande, desde menino, para ajudar a mãe nas despesas da casa. Com o passar do tempo passa a vender lacinhos e meias bordadas. Ao rememorar suas experiências, de quando começou a trabalhar nas ruas, ele responde de forma direta, com se já tivesse repetido a sua trajetória de vida em vários outros momentos, para outras pessoas e relata:

Eu trabalho nas ruas de Campina desde menino. Comecei menino. Não tem aquele... a mãe bota pra vender pipoca, vender amendoim, vender cocada, tudo isso eu vendi. Cocada, pipoca, amendoim... eles me chama lá de quando eu trabalhava na Maciel Pinheiro, de lacinho. Eu tenho o apelido de lacinho, por quê? porque eu fui vender na época, no... sessenta e nove, né. Setenta, no sexagenário⁷⁵, aqueles ‘frama’ que teve, umas bandeirinhas que botavam, que o pessoal botava assim, no sexagenário e tinha a bandeirinha do Brasil. Tinha uns rabinho assim, que os colégios foram obrigados tudo a vender, né. A

⁷⁴ Entrevista com José Martins, realizada no dia 30 de janeiro de 2012. O vendedor com seus sessenta anos de rua.

⁷⁵ Possivelmente ele se refere ao Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972.

botar, né. A desfilar em 1970 com aquelas bandeirinhas. E eu fui vender aquelas bandeirinhas.

Como havíamos dito, o depoente começa falando de sua experiência quando criança, ao vender cocada, amendoim e pipoca nas ruas, faz uma pequena pausa e pula para outro momento da sua vida, a vida adulta, de quando passou a vender outro tipo de produtos, como meias e lacinhos para cabelo. Parece que nosso colaborador, ao buscar nas suas lembranças algo de interessante para contar, retoma a época em que vendia os lacinhos para cabelo, ficando conhecido por isso e continua:

Eu era bem cabeludo, tinha a cabeleira cheia, aí... depois da... porque era umas framazinha (sic) umas bandeirinhas assim como um alfinete, com um broche, aí eu botava. Eu enchia a cabeça e dizia no meio da rua... saí em revista no meio do mundo por aí com a cabeça enfeitada daquelas bandeirinhas.

Martins prendia os lacinhos no cabelo, chamando a atenção das pessoas que passavam e paravam pra comprar. Por conta disso, segundo seu relato, ele ficou bastante conhecido, sendo alvo de publicações em periódicos nacionais. Não tivemos acesso a estas reportagens que nos falou o depoente, mas o fato dele se colocar como alguém bastante conhecido nos chamou atenção e nos fez pensar que os indivíduos buscam se firmar através do que nos falam. É nesse momento, no momento da fala que eles encontram campo para se firmarem enquanto sujeitos de sua própria história. Mas a fama de José Martins não parou por aí. Nas ruas de Campina Grande, tem um dia de triunfo ao vender broches comemorativos, sendo que, todos os alunos das escolas de Campina Grande no início da década de 1970 foram obrigados a usar o emblema simbolizando a pátria e por se tratar do período militar, os alunos campinenses não fugiam à regra, saindo favorecido, neste caso, o ambulante, que nesse dia vendeu bastante.

O trecho do depoente, a seguir, se refere às bandeirinhas decorativas que os alunos foram obrigados a usar, como flâmulas, em comemoração aos 150 anos da independência do Brasil, completados no ano de 1972. O nosso colaborador, ao ser questionado em comemoração a quê as escolas obrigaram o uso das bandeirinhas aos alunos, ele responde:

150 anos de independência, parece. Era uma comemoração. Não sei se era nacional... Era nacional. 150 anos. Um negócio de sexagenário, um negócio lá. Eu acho que ainda tenho uma framazinha por aí, meio solta. (BARBOSA, 2012)

Ao pedirmos para que o depoente rememorasse o fato que estava sendo comemorado naquela ocasião, ele não consegue precisar se acontecia a nível local ou nacional, o que podemos dizer com isso que o que lhe marcou não foi toda a simbologia de uma data comemorativa a nível nacional, e sim a forma como ele ficou conhecido, chamando à atenção das pessoas e da mídia com seus lacinhos e bandeirinhas pregados por todo o cabelo, enquanto que o fato, o evento de comemoração nacional não o marcara tanto, como marcou o sucesso que obteve com a venda das bandeirinhas naquele dia e da “fama” repentina que aquele fato representou na sua vida. Ou seja, a lembrança é mais forte quando relacionada à sua própria experiência, àquilo que está mais próximo dele, que está intimamente ligado ao que vivenciou, ao se colocar como protagonista da data comemorativa a qual fez referência.

Sobre História e Memória, Jucá vai dizer que “a interpretação social que pode ser extraída da memória nos remete a um campo mais abrangente, onde o individual se movimenta através de espaços sociais dinâmicos, que nos revelam aspectos nem sempre considerados em outras reconstruções históricas” (JUCÁ, 2003:17) E não apenas isto. Além do movimento através dos espaços sociais, há o movimento de tempos distintos: o rememorar e o presente, relação comparativa que faz com que a memória, construída individual e coletivamente, interfira no presente através da busca por lembranças no passado e vice versa. Continuando o seu relato a respeito do que vivenciou e de como desenvolvia o seu trabalho, o nosso colaborador José Martins descreverá a forma como ele e alguns colegas expunham os produtos para serem comercializados:

Tempo bom foi na época de setenta. Nós botava uma caixa de meia no meio da rua, botava a caixa com um pé aqui embaixo e um pé na calçada. com uma caixa de meia aqui, com aquelas meinhas de pomponzim, nerá? No tempo que usava. Botava uma caixa assim de meia com cinco dúzias de meia, num instante vendia, comprava dali mesmo. Tudo era bom pra Campina que ninguém ia comprar em canto nenhum, no Paraguai nem no Uruguai. Era bom. Chegava na loja lá, tinha João Casa Ideal, João vendia tanto negócio popular... meia... vendia muita meia. A gente ia lá e comprava duas dúzias de meia, botava aqui, vendia tudim. Ali era tempo bom...

Para José Martins, o tempo de antigamente é lembrado com saudades, como se esse tempo tivesse lhe rendido mais benefícios do que depois da mudança para o camelódromo, ao relatar as suas vendas, que era melhores do que os dias de hoje. Nesse trecho do depoimento, também podemos detectar a relação que esse vendedor ambulante tinha com alguns comerciantes da rua Maciel Pinheiro, onde ele adquiria as meias e as vendia nas calçadas.

Lançamos perguntas aos entrevistados sobre suas percepções a respeito do antes, quando ocupavam as ruas da cidade, e do depois, quando muitos foram realocados no shopping popular ou que buscaram outros meios de sobreviver. Ao fazer esta pergunta para Sr. Martins, ele nos disse:

Trocando em miúdos, olhando direitinho, não tem nada de diferente de quarenta anos atrás, de cinquenta, não. Nada de diferente. A diferença é que hoje é mais. Eu comecei a trabalhar na Maciel Pinheiro com meus lacinhos, naquela época Campina Grande tinha trinta mil habitantes. No mercado central, o pessoal vai no mercado central... o mercado central foi construído pra trinta mil habitantes, hoje tem quantos? Se olhar, vamos dizer, trinta mil... a grande Campina tinha uma faixa de trinta mil habitantes. Hoje tem "hum" milhão na grande Campina. (BARBOSA, 2012)

O depoente faz referência ao número de vendedores ambulantes que ocupavam as ruas antes, falando do espaço do mercado central e do número de pessoas que esse abrigaria com a sua construção, fazendo uma comparação com os dias de hoje. Ele lança o olhar que tem sobre o número de vendedores que ocupam as ruas hoje, para comparar com antigamente, que para ele seria a mesma coisa. A mesma situação. O diferencial seria dado ao crescimento da população, momento em que nosso colaborador vai citar as instalações de grandes redes de supermercados:

Diferente hoje é diferente, porque na época não tinha supermercado, não tinha feirinha das Malvinas... só tinha a feirinha da prata e a feira central. Porque a feira da prata é antiga. A feira da prata, a gente trabalhava, geralmente eu trabalhava na feira da prata na quinta e no domingo. Tinha duas feiras. Só na quinta e no domingo. Depois foi que ficaram aquelas barracas aberta lá direto e tal... mas era as feira que a gente tinha. Não existia supermercado. Hoje a cidade é grande, as cidades vizinhas são tudo grande e o mercado central continua o mesmo mercado central.

Ao indagarmos aos nossos depoentes a respeito da época em que trabalhavam nas ruas do centro comercial campinense com a situação nos dias atuais, fazendo um exercício comparativo entre o passado e o presente, vemos que “a experiência da releitura [ou do rememorar] é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual”. (BOSI, 2004:59) Não há como evitar o ir e vir da memória ao transportar para o passado o olhar do presente, tanto para nós, pesquisadores, como para os depoentes. Um dos exemplos que podemos citar a respeito está presente no depoimento do senhor Antonio José de Moraes⁷⁶, quando esse tenta comparar a situação do vendedor ambulante da década de 1980 com os dias atuais.

Segundo ele, “a dificuldade era quando vinha muita chuva, tinha que desmontar as barracas todo dia e montar... e aquilo molhava mercadoria... e a gente perdia”. (MORAIS, 2011) no depoimento deste último, ele atribui as dificuldades enfrentadas nas ruas às condições naturais, de quando chovia e estragava toda a mercadoria, causando com isso prejuízos irreparáveis.

Para Antonio José, as lembranças do passado não são rememoradas com tanta saudade como o que representou para o senhor Martins. No seu depoimento, ele vai fazer comparações constantes do ontem com os dias de hoje, o último ganha vantagem sobre o primeiro. Ou seja, para seu Antonio José, diferentemente do que vimos nos depoimentos de José Martins e José Bernardino, que vão falar do passado de forma saudosista, o senhor Antônio José irá nos apontar elementos, através dos seus relatos que comprovam isso, quando fala da sua transferência para o espaço do camelódromo:

Eu mesmo trabalhava debaixo daquelas lonas quente pra lascar (sic) quando era chuva, era se molhando por dentro da água. Todo carro que passava, molhava... quando você chegava que olhava pra trás que via, achava aquilo feio, uma favela. Realmente. Mas não tinha outro meio. A gente só tinha aquilo ali. Aqui não. Aqui, o público é diverso. Aqui eles anda (sic) tudo, vai pras loja, volta pra aqui. Sai uma pessoa daqui e vai pras lojas, depois volta pra aqui de novo... e assim a gente vai vivendo até... vendendo o que a gente tem pra vender... vai apresentando, tem isso, tem aquilo... (MORAIS, 2011)

Ao lembrar das dificuldades enfrentadas quando trabalhava nas ruas do centro, Antônio José faz referência às condições climáticas, como o sol forte, ou com as chuvas

⁷⁶ Entrevista com Antonio José de Moraes, vendedor ambulante, realizada no dia 04 de outubro de 2011.

que alagavam o centro, além de molhar os seus produtos, chegando a dizer que as barracas postas no meio das ruas pareciam com uma favela. Nesta parte do relato, não podemos dizer se o termo que o depoente usa para comparar a estética nas ruas com favelas remetia ao que ele percebia de fato, ou se essa sua percepção se pautava nos discursos que secretários urbanistas ou jornalistas pregavam. Em seguida, ele fala da movimentação das pessoas, que entravam tanto nas lojas, como no camelódromo para comparar preços e comprar. Nesse momento, ele dá um salto da época das ruas para a situação que se encontra atualmente, instalado no shopping popular, dizendo que:

Agora aqui a gente tem mais um relacionamento com o pessoal, com o público, porque o público é... assim, é... das vez da rua tinha até uma vergonha, uma certa... um medo, mais ou menos. Tinha a vergonha de comprar na rua. Hoje quando chega aqui já fica mais satisfeito, porque isso aqui ficou bom, e lá vai... e a gente tem uma mercadoria mais que agrada... o ambiente ajuda. Ajuda e muito. A gente tem mais relacionamento com os clientes, com o público que vai entrando e saindo... isso aí é a gente que vai se informando melhor, tendo um relacionamento melhor... é influência do ambiente também. Da localidade que você está trabalhando.

No depoimento do senhor Antônio, ele fala da forma como passa a se relacionar com seu público, com os clientes, e diz que isso tem influencia do novo ambiente que agora comercializa. Diz ele que passa a se informar melhor. Essa parece ser uma nova experiência para o nosso depoente, em que suas experiências passadas passam a se somar com as novas de forma positiva. Suas lembranças da época das ruas talvez não sejam rememoradas com tanta saudade como foi para outros colegas ambulantes. Mas isso não descarta a importância que teve tais experiências para a sua vida.

Através dos relatos de memória até então apresentados, podemos afirmar que as pessoas, mesmo se enquadrando numa mesma categoria de trabalhadores ou até ocupando os mesmos espaços, não faz com que relembrem da mesma forma o passado. Cada um terá sua percepção do que aconteceu, lembrando principalmente aquelas situações em que os tocaram de forma mais subjetiva, mais pessoal, mais íntima. Cada um destes vendedores que entrevistamos nos mostrou as particularidades vivenciadas nas ruas, apontando aquilo que foi prazeroso e o que não foi.

Ao entrevistarmos um dos presidentes do sindicato na década de 1980, Manoel Soares, este vai apontar maiores diferenças do que as relatadas pelos outros vendedores

pelo fato dele se encaixar numa relação de poder, como representante do sindicato dos ambulantes e que, ao adquirir este poder, esse transparece na forma como fala, como se posiciona perante os outros. A mesma pergunta feita aos outros entrevistados, foi feita para ele, sobre as conquistas e atuação do sindicato. Ele, como representante direto do sindicato apresentará, obviamente, outra versão dos fatos.

Sempre fui atuante no sindicato. Eu fui o fundador do Sindicato daqui, de Campina Grande. Ajudei a... como é que se diz...a fundar o de João pessoa, o nosso primeiro, e assim é uma vida que nós temos aqui. Sou o fundador do Sindicato dos Ambulantes. Há vinte e dois anos tô no sindicato, fui o fundador dele, tô como presidente dele até hoje. Infelizmente a gente fica procurando um substituto, mas as pessoas fogem da responsabilidade. (SOARES, 2011)

Foi-lhe perguntado sobre a relação que tinha com o sindicato, e ele nos respondeu sobre o papel que representava dentro da associação, e não diretamente àquilo que dizia respeito às relações de sociabilidades com demais companheiros ou com outras pessoas. No seu depoimento, disse que:

Olha, não só o vendedor ambulante, como em qualquer outra categoria, o ser humano são (sic) pessoas de situação. Uma hora ele tá pedindo a deus, lhe aplaudindo como se aplaude Jesus Cristo e outra hora eles estão jogando pedra. Isso é do ser humano. Na hora que tá beneficiando a eles, eles batem palma, elogiam. E na hora que não beneficiam ele faz a crítica. Então eu já tô acostumado com isso.

Para Manoel Soares, o ser humano é um ser de situação e tudo não passa de jogo de interesses. Ele nos responde, através do seu depoimento, de forma generalizada, não entrando em pormenores, nem da sua vida particular, nem das relações com outras pessoas ou outros órgãos públicos. O seu interesse é destacar as questões pertinentes aos jogos de interesses em que a política e a imprensa estão intimamente relacionadas. Uma das perguntas que fizemos dizia respeito à ação do “rapa” no centro da cidade, da ação dos fiscais da Prefeitura no combate à venda de produtos pelos ambulantes nas ruas. Ao responder a questão do rapa, dirá:

Olha, o rapa é comum até os dias de hoje. Se você passar observando, tem um rapa aí com o nome apoio e eles passam, agora há pouco, uns vinte dias eles espancaram um vendedor ambulante dentro de uma loja. O cara correu para não perder o produto e foi espancado. Mostrou na mídia, né. Os direitos

humanos não aparecem nessa hora, os canais de comunicação se fecha (sic). Digamos assim, o nosso maior adversário não foi nem os políticos dessa cidade. Foi a imprensa dessa cidade, que é suja. A imprensa é suja como uma forma que... suja no bom sentido né, porque ela, os patrões, os donos das redes de comunicações tem compromissos com os empresários e tem compromisso com os prefeitos. (SOARES, 2011) (*grifo nosso*)

Ao falar da ação do “rapa” no centro da cidade, o depoente remete às ações que ocorrem nos dias de hoje, o que para ele, não condizem com tanta mudanças em algumas práticas, como da violência sofrida pelos ambulantes.

Mas, diz Soares, o maior adversário da categoria não será o “rapa” e sim os canais de comunicação, o que mostra que o depoente, como dito anteriormente, reconhece a sua posição, através do poder que lhe foi delegado, quando assumiu a presidência do sindicato dos vendedores, e que recorre aos meios de comunicação para reivindicar os direitos e acompanhando o que é noticiado.

O ambulante tem conhecimento do jogo de interesses que permeia a imprensa, os comerciantes e o mundo da política, ainda mais quando compete resolver os problemas do comerciante informal. Mesmo que a mídia divulgue alguma matéria para favorecer à categoria dos ambulantes, esta não se faz da forma que deveria ser feita. Os políticos também, segundo João Bosco, não sabem resolver os problemas da cidade.

Sobre os discursos que a mídia divulgava com relação à estética urbana e da forma como era vista do ponto de vista de outras pessoas, Soares vai dizer que:

O discurso que se usava era esse, era porque estava tirando a arquitetura da cidade... a cidade estava ficando feia, mas não existe cidade bonita com o povo com fome não! Cidade bonita tem o povo com comida na mesa. Então, o homem sem ter comida na mesa, ele vira bicho. É por isso que tá aí os assaltos, as coisas do nosso país... não deixam as pessoas trabalhar. Pra você ter uma ideia, nós vivemos numa cidade, num país tão sujo, né, que... se você estiver vendendo um amendoim, uma bala no sinal, vem o conselho tutelar, vem... cria um problema pra você. Mas, se você tiver fumando crack ou roubando, tem uma lei que protege. Você não pode prender porque é menor. Mas se você tiver trabalhando... “você ta vendendo isso pra quem? Você pode ser preso...” não. Parar com isso. É uma demagogia barata, né, das pessoas que fazem a justiça ou então quem ta à frente do poder, que tira quem quer trabalhar e deixa quem quer roubar. Isso é um... eu tenho pra mim que... acho que

o ser humano estando trabalhando, pra mim, ele tá certo. (SOARES, 2011)

Para responder às questões que colocamos a respeito da estética da cidade e dos vendedores ambulantes, Manoel Soares dá uma resposta longa e pausada, na tentativa de fazer entender aquilo que ele queria dizer. O nosso colaborador atribui a responsabilidade pela estética da cidade aos gestores públicos, aos políticos que clamam por uma cidade ordenada, bonita, mas com tantas pessoas desempregadas. Bosco continua dizendo:

Agora, se o poder público não tem capacidade de dialogar e organizar a sociedade é outra coisa. O nosso problema hoje é de desorganização. Você veja uma cidade como a nossa, não oferece emprego, né.. aí se você cria um projeto pra sobreviver, aí eles mandam uma fiscalização pra prender. Em vez de ensinar pra você, aqui não pode, mas em tal canto pode, né... então você não pode... Olhe, e outra coisa, olha... o disciplinamento é muito importante em qualquer canto. Até a gente comerciante precisa do disciplinamento pra poder crescer. Porque se não tem ordem não tem progresso. Então a gente defende o camarada que trabalha, mas dentro de ordem, dentro do espaço, dentro de limpeza. (SOARES, 2011) (*grifos nossos*)

O depoente fala do fator disciplina, da ordem que tanto é imposta pelos órgãos públicos, como políticos, jornalistas e secretários do urbanismo. Ao afirmar essa necessidade da cidade pelo ordenamento, dizendo que ela se apresenta numa desorganização, esta que ele relata inclui a sua categoria de trabalhadores. Nisso, ele acaba por reproduzir o discurso das autoridades e dos jornalistas, do disciplinamento das pessoas, ou de determinadas pessoas, ao que se espera de uma grande cidade, que é assim vista e dita Campina Grande. Para Bosco, “se não tem ordem, não tem progresso”.

A ordem e o progresso que Soares ressalta no seu depoimento, referem-se a uma ordem que corresponde falar de diferentes sujeitos. Mesmo que eles se enquadrem no discurso da imprensa como uma categoria que provoca a desordem no centro da cidade, o depoente Manoel Soares vai comparar o conceito de ordem entendido por ele, com as práticas exemplificadas por ele:

A determinada ordem, por exemplo... vou dar um grande exemplo pra você... Campina Grande hoje! A preço de hoje, o cidadão que está no poder é o que tem de mais canalha prá

nossa cidade, na minha opinião. ‘Seu Bosco, está sendo agressivo chamar o cara de canalha’, mas chamo!

Mostrando-se aprofundado no conhecimento dos jogos políticos e da imprensa, o nosso colaborador demonstrou, através do seu relato, que esse momento da sua vida se enquadrava numa categoria de análise diferenciada dos demais depoentes, quando no tocante ao debate político, já que ele, como presidente do sindicato, teve mais contato com o poder público. Mas, no que toca ao que vivenciou nas ruas, compara-se ao que foi dito tanto por dona Maria José como por Antonio José:

E o vendedor ambulante é aquele que ele tá aqui vendendo, mas a fiscalização não deixa ele trabalhar. Aí ele tá aqui e amanhã ele pode tá [?]. mas aqui, o vendedor ambulante é aquele que está andando. Aqui em Campina Grande... Como o próprio nome diz. Mas também dá pra ele o nome também, e se botar de manhã e tirar a tarde... ou seja, de manhã e tirar a noite. E... a nossa conquista, aqui, era uma coisa que ninguém valorizava, né, as pessoas tinham a mania... As pessoas... quando a gente trabalhava no meio da rua, a gente tinha uma perda de produto. O sol que queimava, né... da poeira, nera? (sic)... Da chuva... a gente não tinha um espaço pras mulheres irem ao banheiro, os homens também...aqui a gente hoje, o shopping popular que abre espaço que tem segurança. Quem, enfim, deu uma melhorada. (SOARES, 2011)

Antes de tudo, ao trabalharmos a partir destes relatos orais de memória aqui apresentados, devemos considerar que esta é uma fonte construída por nós, historiadores, e demais profissionais e pesquisadores que a utiliza, ao serem provocadas por questões que buscamos responder e que são pertinentes para a história. Ela não é a própria história e o nosso papel não é de “dar voz” aos despossuídos.

Em todos os depoimentos aqui citados, todos eles, carregam informações próprias, que nem sempre correspondem ao que antes era pretendido por nós. É justamente nestes espaços deixados, sem respostas que nos apoiamos e conseguimos demonstrar e representar o que seriam indícios das práticas de vivências em outros tempos.

Considerações finais

As contradições da modernidade são fáceis de ser detectadas em qualquer cidade. O paradoxo que marca o avanço e o atraso, o que é dito moderno e o que representa o atraso é uma característica que acompanha àqueles que habitam a cidade. Um lugar que se reinventa o tempo todo, através dos tempos, a partir das ações dos seus moradores. São estes sujeitos que dão diferentes sentidos aos lugares, transformando-os, moldando-os para si e para os outros, indiretamente, de acordo com suas práticas cotidianas, movidas por suas necessidades e desejos.

Mas foi o centro da cidade de Campina Grande que nos rendeu elementos para que pudéssemos detectar as ações de um dos muitos sujeitos, usuários do espaço urbano: os vendedores ambulantes. Estes nos chamaram atenção pela forma com agiam ao se apropriarem das ruas centrais da cidade, se enquadrando naquele que seria o homem ordinário apresentado por Michel de Certeau, nas suas maneiras de inventar e reinventar lugares, quando da apropriação espacial e das táticas utilizadas em suas ações. Exemplo disso é a rua Maciel Pinheiro que, como colocamos no texto, representava, para uma pequena parcela da população campinense, o cartão-postal do comércio. Esse discurso, da rua central como o cartão-postal, atraía olhares diferenciados sobre a mesma. Mas, não apenas sobre ela, como para as demais ruas próximas, como a Cardoso Vieira, Venâncio Neiva, Simeão Leal, Monsenhor Sales, dentre outras que se tornaram territórios dos ambulantes.

As ações dos vendedores ambulantes tomam o não-lugar. Eles agem numa retaguarda ofensiva, ocupam determinados espaços, causando um choque de interesses quanto ao uso do espaço urbano. Eles agem de forma inesperada quando se apropriam de uma rua do centro, estendem uma lona no chão e colocam suas mercadorias em cima para que os passantes pudessem olhar e comprar; ou improvisando barracas de lona, que ao final do dia eram desmontadas para que no dia seguinte fossem remontadas, talvez numa outra rua, sendo, em seguida, expulsos e voltando a ocupar a mesma, dias depois. Se não a mesma rua, ocupam também as adjacências. São ações não controladas, não planejadas. E, que, a partir delas, buscados reconstituir uma ação passada.

A História enquanto corrente de pensamento que estuda o passado, nos possibilita investigar as ações do homem no tempo e no espaço, e este passado será representado através da escrita, tendo como aporte teórico na História Cultural e contribuições certeunianas, e metodológica no campo das representações.

Assim, partimos para os arquivos públicos em busca das fontes que nos acariciaram com as sutilezas do cotidiano que aqui fizemos o esforço de representar. A busca por documentos no arquivo Átila Almeida, da Universidade Estadual da Paraíba; o arquivo Bioca, do Museu Histórico de Campina Grande; A Gráfica do Jornal da Paraíba e o Arquivo do Diário da Borborema nos renderam a definição dos dois jornais citados como fontes indispensáveis para obtermos este resultado e para detectarmos as contradições que a cidade apresentava, através dos escritos e publicações dos jornalistas, assim apontadas no decorrer do texto, como o exemplo do consumo do leite cru, vendido pelas ruas da cidade em carroças de burro.

Portanto, ao pensarmos na possibilidade de trabalhar com a cidade e com a ação dos ambulantes no centro de Campina Grande, buscamos nas fontes escritas, como os jornais e alguns periódicos, indícios de como estes sujeitos eram representados e descritos pelas mãos de uma elite letrada. Ao mesmo tempo, priorizamos ou entrecruzamos outro tipo de fonte que atentasse para peculiaridades nem sempre, ou quase nunca, registradas nas fontes escritas a que nos remetemos. Aqui entrou a função da oralidade, que nos ajudou a “penetrar nos meandros das contradições urbanas” (JUCÁ, 2003: 22) de uma Campina Grande que se dizia desenvolvida e progressista, mas que, como toda cidade, mostrava suas contradições.

Através dos depoimentos dos entrevistados, foi-nos possibilitado detectar as formas diversas de sociabilidades destes sujeitos com outros usuários do espaço urbano, além de ser possível chegarem até nós, as sensibilidades envolvidas nesse processo, da apropriação espacial, através de práticas astuciosas, que fugiam ao controle disciplinador dos órgãos públicos e de alguns letrados, de como estes sujeitos redesenhavam uma cidade através de suas desapropriações e reconstruções territoriais. As ações dos vendedores ambulantes também ditaram uma cidade, mesmo estando posicionados contrários a uma lei imposta, mesmo não sendo detentores de um poder na forma da lei, isso demonstra mais que ações que se deram num recorte espacial. Isto demonstrou que para uma teia de poder imposta, correspondem diversos poderes

minúsculos, imperceptíveis, invisíveis, detectado nas práticas astuciosas destes usuários e transformadores do espaço urbano.

Portanto, o uso da História Oral nos proporcionou uma melhor e maior compreensão da realidade estudada, mesmo que essa realidade tenha tido um significado diferente no passado, fazendo com que nossos depoentes demonstrassem maior clareza em suas lembranças a partir do distanciamento do que passou. Ao mesmo tempo em que seus depoimentos são carregados de discursos de outros, de experiências compartilhadas, nas vivências e contatos com outras pessoas, seus relatos nunca poderão ser iguais, a forma como dito não pode ser igual, porque as sensações não são. Mesmo dividindo e convivendo no mesmo espaço, as lembranças não se dão no mesmo tempo. O tempo presente e as mudanças que este carrega, serve de suporte para estas memórias.

Deixamos aqui nossa contribuição para o que apontamos no início do texto, na construção da nossa representação sobre um grupo de sujeitos, num determinado espaço da cidade e no tempo próprio. Pois, como diria Carlos Drummond de Andrade, todo tempo é tempo de reviver, relembrar, rerepresentar; “tempo, contratempo, anula-se. Mas o sonho resta, de viver”⁷⁷.

⁷⁷ *Qualquer tempo* In: DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Boitempo & A falta de quem ama*. 3ª Ed., Rio de Janeiro, J. Olympo, 1976.

Referências

AGRA, Giscard F. *A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935*. Campina Grande, 2006.

-----, *A modernidade aos goles. A produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904-1935*. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3ª Ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

-----, *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ARANHA, Gervácio Batista. *Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)*. In: A Paraíba no império e na república: Estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2005.

ARRAIS, Raimundo. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal. RN: EDUFRRN, 2008. p.13.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História Especialidades e Abordagens – Petrópolis*; Vozes; 2008; p. 9-43.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BRESCIANI, Maria Stella. *Paris e Londres no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRESCIANI, Maria Stella. *Historia e historiografia das cidades, um percurso*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: contexto, 2005. 6ª Ed.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História*. Campina Grande, EDUFPG, 2009.

CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. 8ª Ed. 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2009. p.51. (Repensando a Geografia)

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, vol. 1.

-----*A invenção do cotidiano. Morar, cozinhar.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, vol. 2.

CERTEAU, Michel. A Operação Historiográfica In: *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Variolá, vacina e "Vacinophobia"* - A historiografia recente sobre a revolta da vacina in: *Cidade Febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991; p. 203-214.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A Oralidade dos velhos na Polifonia urbana*. Fortaleza: Imprensa universitária, 2003.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995; pp. 279-290.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

-----, *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*.

PIMENTEL, Cristino. *Pedaços da História de Campina Grande*. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ª Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REZENDE, Antonio Paulo. A cidade: seduções, desejos e imagens In: *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

REVEL, Jacques. (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997. (coleção Cidade Aberta)

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3ª Ed. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção*. 4ªed. 5. Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2009. (coleção Milton Santos 1)

------. *A Urbanização Brasileira*. 5ªed. 2. Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2009. (coleção Milton Santos 6)

SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. Cristino Pimentel: cidade e civilização em Crônicas. In: *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2005. Pp. 133-184.

------. *Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. *Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer*. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (org.) João Pessoa, Ideia, 2011.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. *Perdidos nos labirintos da modernidade e da pós-modernidade*.

------. *Cidades e experiências modernas*. Campina Grande: EDUFCEG, 2010.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. *Lazeres permitidos: Prazeres Proibidos: Sociedade, cultura e lazer na Campina Grande dos anos 1945-1965*. Recife, Tese de Doutorado em História- PPGH/UFPE, 2001

SOUZA, Antonio Clarindo B. de e BURITI, Iranilson de O. (orgs.)– *Cultura e Cidades*: Campina Grande; EDUFCEG; 2009.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Arrochar a titela, chambregar e criar um furdunço in: *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*; 2ª edição; João Pessoa; Idéia, 2005.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Periódicos consultados

O Sol. *Capiba: 80 anos de frevo*. ANO I nº 04, Jan/fev 1985.

O Sol. *O Nordeste em São Paulo*. ANO IV nº 18, novembro de 1987.

O Sol. *No RgN o governo é do povo*. ANO IV nº 22, Março de 1988.

Veja. *Os militares e o poder: teoria e prática do poder*. Edição de nº 82. 01 de abril de 1970.

Veja. *O Nordeste em debate: a mesma paisagem de seca há três séculos*. Edição de nº 86, 29 de abril de 1970.

Veja. *A surpresa no nordeste*. Edição de nº 93, 17 de junho de 1970.

Fontes orais

BARBOSA, José Martins. Entrevista concedida a autora. Campina Grande, 30 de janeiro de 2012.

MORAIS, Antonio José de. Entrevista concedida a autora. Campina Grande, 04 de outubro de 2011.

PEQUENO, Maria José Tavares. Entrevista concedida a autora. Campina Grande, 06 de outubro de 2011.

SILVA NETO, José Bernardino da. Entrevista concedida a autora. Campina Grande, 21 de setembro de 2011.

SOARES, Manoel. Entrevista concedida a autora. Campina Grande, 7 de outubro de 2011.